

Universidade Federal Fluminense  
Faculdade de Educação  
Programa de Pós-Graduação em Educação

Mônica Ribeiro de Araújo

**A (CON) FORMAÇÃO DOS TRABALHADORES  
NO GOVERNO LULA SOB O SIGNO DO MERCADO**

ORIENTADOR:  
PROF. DR. JOSÉ DOS SANTOS RODRIGUES  
CO-ORIENTADORA:  
PROF<sup>a</sup>. DRA. MARIA SUSANA VASCONCELOS JIMENEZ

Niterói  
2007

Mônica Ribeiro de Araújo

**A (CON) FORMAÇÃO DOS TRABALHADORES NO GOVERNO LULA SOB O  
SIGNO DO MERCADO**

Dissertação apresentada ao Programa de  
Pós-Graduação em Educação da  
Universidade Federal Fluminense, como  
exigência parcial para obtenção do título  
de Mestre em Educação, campo de  
confluência de Trabalho e Educação.

Niterói  
2007

Mônica Ribeiro de Araújo

A (CON) FORMAÇÃO DOS TRABALHADORES NO GOVERNO LULA SOB O SIGNO  
DO MERCADO

Dissertação apresentada ao Programa de  
Pós-Graduação em Educação da  
Universidade Federal Fluminense, como  
exigência parcial para obtenção do título  
de Mestre em Educação, campo de  
confluência de Trabalho e Educação.

Aprovada em 27/02/2007

Banca Examinadora

---

Prof. Dr. José dos Santos Rodrigues  
Universidade Federal Fluminense

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Maria Susana Vasconcelos Jimenez  
Universidade Estadual do Ceará

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Aparecida de Fátima Tiradentes dos Santos  
Fiocruz

---

Prof. Dr. Ronaldo Rosas Reis  
Universidade Federal Fluminense  
(Suplente)

Niterói  
2007

### **Dedicatória**

Dedico esta dissertação a três pessoas que considero de suma importância em minha vida: à dona Isaura, minha mãe, que mesmo distante se fez presente a cada minuto dos meus estudos, me mandando com sua linda ingenuidade, sentar-me nas primeiras fileiras e prestar atenção à fala dos professores, como costumava fazer desde o tempo de menininha; à Aldenir, que carinhosamente chamo de Dini, por fazer o papel de mãe aqui em Niterói, e mesmo sem ter filho, teve a sabedoria e sensibilidade de conhecer meus defeitos (muitos), minhas virtudes e ainda assim me amar, e especialmente, ao orientador, mestre, amigo, psicólogo, o moderno príncipe Zé, por tudo que me ensinou, por sua paciência, por apoiar as minhas decisões, por apostar em minhas idéias e por me ensinar a caminhar com minhas próprias pernas tantas vezes bambas. Meus sinceros agradecimentos.

### **Agradecimentos.**

À minha **enorme** família, especialmente a minha irmã Naná, amiga de todas as horas, cúmplice e confidente da minha vida.

À minha amiga **declarada** Crysanthia Bruno, que carinhosamente chamo de Kiki, por contribuir com que esse sonho de mestrado pudesse tornar-se real, desde a procuração para fazer matrícula até me apresentar ao Rogério Ladeira, seu amigo, que me abrigou durante quase um ano em sua casa, na época de mais dureza enfrentada neste percurso.

À minha amada co-orientadora, Su, que por meio de sua co-orientação ou será **COR(rient)AÇÃO?** Doou-me tantos conhecimentos desde os tempos do IMO (Instituto de Estudos e Pesquisa do Movimento Operário).

Ao Zé, pela acolhida desde a desastrosa entrevista... Meu príncipe! Até o dia de hoje. Essa parceria não acabou.

Aos professores Eunice Trein, Lia Tiriba, Maria Ciavatta, Ronaldo Rosas e Sônia Rummert por suas valiosas contribuições durante as orientações coletivas.

À professora Aparecida Tiradentes que docemente fez-me entender onde estava exagerando.

Ao mega-professor Roberto Leher da UFRJ que lecionou a disciplina Marxismo e Educação e que sempre foi tão gentil e paciente ao ensinar as categorias marxianas.

A minha amada Tetê que nunca me deixou desamparada, mesmo não estando junto a mim.

Ao Jorge o anjo da(s) minha(s) vida(s), todo meu amor, meu carinho e admiração.

À família Bruno Barreiros, em especial a Juslei e Manuel que abriram as portas de sua casa e ainda me mandavam comidinha pronta, uma vez que sabiam que meu cardápio não variava muito (miojo ou sopa instantânea).

Aos amigos do campo de Trabalho e Educação os doutorandos: Maria Inês Bonfim, (minha MIB), Filipina Chinelli (Pina) e Jaqueline Ventura (Jack), pelos ensinamentos e críticas que contribuíram para melhoria deste trabalho.

Aos meus amigos mestrandos da turma anterior: André Elias, Adriana Penna e Ozias Soares, (agora mestres) por me incentivarem a cada apresentação coletiva que eu sempre temia.

À minha turma de Trabalho e Educação, Jane Barros e sua sabedoria de militante, à Zuleide Silveira (minha coco-orientadora) obrigada pela parceria em alguns trabalhos e por tanta tolerância e, especialmente a Ana Cristina Castro que chamo de ir**MÃE** por tudo que fez por mim. Não poderia esquecer, de forma alguma, da nova integrante do Trabalho e Educação Themis de Farias, pelas gargalhadas, maluquices, e por momentos étlicos inesquecíveis.

Aos amigos que ingressaram em 2005: Ellen, Patrícia, Antônio Dourado e Roberto Batata que apesar de pertencerem a campos de confluências diferentes, permaneceram em contato.

A República da Raí, lugar onde morei por oito meses. Lá conheci três pessoas que ao seu estilo trouxeram-me muitos ensinamentos: a Rachel Lau, mineirinha linda, meu agradecimento pela acolhida, pelos conselhos, por enxugar tantas lágrimas, isso me ajudou a crescer; a Raimunda Assis, mulher nordestina, baiana porreta, que tentou, mas não conseguiu ensinar-me seus dons culinários, que fazia aquele papel de durona, mas que será sempre a nossa Raí, nossa rainha e à Edinalva Moreira, mato-grossense, por mostrar-me quão difícil é conviver em uma república. É necessário despir-se de si moldar-se ao modelo “correto”. Fazendo-me entender que eu não poderia abrir mão de mim, não poderia deixar de ser *over* e isso me fez repensar e tomar a decisão de morar sozinha. Edi, muito obrigada por tudo. Eu sou over. Me expresso com as mãos, dou altas gargalhadas, derramo vinho na cama, gosto de fazer faxina ouvindo Janes Joplin, Led Zeppelin e Stones, sempre Stones, enfim, sou over, mas é assim que sou feliz.

À Kátia Zanvettor e Lauriana Paiva pelos momentos de descontração!

À Leomar Vazzoler provando-me que a primeira impressão não é a que fica. Você é fantástica, maravilhosa e admirável.

À Fátima que cuida tão bem do nosso ambiente de aula, responsável por toda limpeza do 5º andar, minha Fatinha, grande pessoa!

Aos funcionários da secretaria de Pós-Graduação em Educação, Fátima, Isabella e Vanda que sempre faziam a mesma pergunta: O que é que você quer desta fez cearense? Obrigada por quebrarem as regras.

Aos meus alunos da UERJ de Duque de Caxias por tanta troca, tanta alegria e tanta juventude!

Aos colegas da UERJ: Joana de Angelis, Karina Pinto, Luiz Octávio e Mônica Martins, trabalhadores precarizados, porém, jamais professores precários!

Aos trabalhadores que continuam lutando, quando a regra é vender!

A Deus por tudo!

### **Resumo**

O presente estudo tem o objetivo de analisar criticamente a política educacional do Governo Lula, particularmente expressa nos projetos: Programa Escola de Fábrica, Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego, Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio para Jovens e Adultos e Programa Nacional de Inclusão de Jovens, os quais aludem mais diretamente às relações entre trabalho e educação. O estudo apoiou-se na revisão bibliográfica e no exame documental, para dissertar-se sobre a crise estrutural do capital, como forma de situar historicamente a relação entre os modelos de acumulação do capital e a política educacional brasileira. Quanto a esta última, delimitou-se o período compreendido entre os anos de 1990 até 2006, revisitando, desta forma, os governos de Fernando Collor de Mello, Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso e, finalmente, de Luiz Inácio Lula da Silva. A análise revelou que os programas supracitados, destinados à educação dos trabalhadores – ou, da juventude, conforme a nomenclatura oficial, calcadas na ótica imediatista do mercado, a pretexto de, através de parcerias com empresas privadas e/ou instituições internacionais, capacitar os trabalhadores, em um menor tempo possível, para o mercado de trabalho, sob o manto apologético da cidadania, oferecem aos trabalhadores, ainda mais, uma educação fragmentada, negando-lhes o conhecimento necessário para romper com os grilhões do capitalismo. O estudo permite concluir que se houve um descaso pela política educacional voltada para a formação plena do trabalhador, por parte de cada governo da referida época, é no “governo do presidente dos trabalhadores” que este agravamento torna-se ainda mais visível, sendo este produzido pela boa acolhida do Governo Lula às políticas neoliberais.

### **Abstract**

The present study has the objective of analyzing government Lula's education politics critically, particularly expressed in the projects: Program School of Factory, Programs National of Incentive to the First Job, Program of Integration of the Professional Education to the Medium Teaching for Youths and Adults and National Program of Inclusion of Youths, which mention more directly to the relationships between work and education. The study leaned on in the bibliographical revision and in the documental exam, to lecture on her the structural crisis of the capital, as form of placing the relationship historically between the models of accumulation of the capital and the Brazilian education politics. As for this last one, the period was delimited understood among the years of 1990 up to 2006, revisiting, this way, Fernando Collor de Mello governments, Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso and, finally, of Luiz Inácio Lula da Silva. The analysis revealed that the foregoing programs, destined to the workers' education - or of the youth, according to the official nomenclature, stepped on in the optics imediatista of the market, on the pretext of, through partnerships with deprived companies and/or international institutions, to qualify the workers, in a smaller possible time, for the job market, under the apologetic mantle of the citizenship, they offer to the workers, still plus, a fragmented education, denying them the necessary knowledge to break with the metal chains of the capitalism. The study allows to conclude that a disregard there was been by the education politics returned for the worker's full formation, on the part of each government of the referred time, it is in the workers'" president's "government that this aggravation becomes still more visible, being this produced by the good welcome of the government Lula to the neo liberal politics.



*"Chegou-se finalmente a uma época em que tudo aquilo que os homens tinham considerado como inalienável se tornou objeto de troca, de tráfico e se pode alienar. É a época em que as coisas até então eram comunicadas, mas jamais trocadas; dadas, mas jamais vendidas; adquiridas, mas jamais compradas - virtude, amor, opinião, ciência, consciência, etc - em que tudo finalmente entra no comércio. É a época da corrupção geral, da venalidade universal, ou para falar em termos de economia política, a época em que, tendo-se todas as coisas, morais ou físicas, tornado valores venais, entram no mercado para serem apreciados pelo seu mais justo valor".*

*(Karl Marx)*

## **LISTA DE SIGLAS**

BA -Banco do Amazonas.

BB -Banco do Brasil.

BM -Banco Mundial.

BNB-Banco do Nordeste do Brasil.

CAGED - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados.

CEF-Caixa Econômica Federal.

CEFET-Centro Federal de Educação Tecnológica.

CLT-Código de Leis Trabalhistas.

CODEFAT-Conselho Deliberativo do Fundo do Amparo ao Trabalhador.

CSJ-Consórcio Social da Juventude.

CUT-Central Única dos Trabalhadores.

DRTs-Delegacias Regionais do Trabalho.

EAF-Escolas Agrotécnicas Federais .

EC-Emenda Constitucional.

EJA-Educação de Jovens e Adultos.

ENC-Exame Nacional de Cursos (provão).

ENEM-Exame Nacional do Ensino Médio.

FAMPE-Fundo de Aval da Micro e Pequena Empresa.

FAT - Fundo de Amparo Ao Trabalhador.

FGTS - Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço.

FHC-Fernando Henrique Cardoso.

FMI - Fundo Monetário Internacional.

FUNDEF-Fundo de Manutenção e Desenvolvimento de Ensino Fundamental e Valorização do Magistério.

FUNPROGER-Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas.

INSS-Instituto Nacional do Seguro Social.

IPEA-Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

LDBEN-Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

MEC - Ministério da Educação.

MTE-Ministério do Trabalho e Emprego.

NEBAS-Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem.

ONGs-Organizações Não Governamentais.

ONU - Organização das Nações Unidas.

PCN-Parâmetros Curriculares Nacionais.

PEF-Programa Escola de Fábrica.

PJE-Programa Jovem Empreendedor.

PNAD-Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

PNPE-Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego.

PNUD-Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

PRN-Partido da Reconstrução Nacional.

PROEJA -Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio para Jovens e Adultos.

PROJOVEM-Programa Nacional de Inclusão de Jovens.

PT - Partido dos Trabalhadores.

RAIS-Registro Anual de Informações Sociais.

SAEB-Sistema de Avaliação da Educação Básica.

SETEC Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica.

SIGO-Sistema de Informações.

SINE-Sistema Nacional de Empregos.

UECE-Universidade Estadual do Ceará.

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância.

## Sumário

<b>Introdução .....</b>	<b>13</b>
1. Problemática	
2. Objetivos	
3. Aspectos metodológicos	
4. Organização do trabalho	
 <b>Capítulo I - Neoliberalismo e crise do capital .....</b>	 <b>20</b>
1.1 A crise estrutural do capital e os modelos de acumulação desta (des) ordem.	
1.2 Parcerias e terceiro setor como formas de privatização do público.	
 <b>Capítulo II - Trabalho e educação no Brasil neoliberal .....</b>	 <b>40</b>
2.1 - A precarização do trabalho e o discurso cidadão	
2.2 - A precarização do trabalho e o <i>elogio</i> à juventude	
2.3 - As reformas educacionais empreendidas a partir do Governo Collor	
 <b>Capítulo III - As políticas nacionais para a juventude no Governo Lula da Silva .....</b>	 <b>71</b>
3.1 - Escola de fábrica	
3.2 - Primeiro emprego	
3.3 - Projovem	
3.4 - ProEJA	
3.5 - Educação – e emprego – para todos? (Síntese do capítulo)	
 <b>Considerações finais.....</b>	 <b>114</b>
 <b>Referências bibliográficas.....</b>	 <b>119</b>
 <b>Anexos.....</b>	 <b>121</b>

## Introdução

*O que temos diante de nós é a perspectiva de uma sociedade de trabalhadores sem trabalho, isto é, privados da única atividade que lhes resta. É impossível imaginar algo pior.*

*Hannah Arendt*

## **1 Problemática**

A epígrafe acima norteia o presente estudo que se situa no campo das relações entre trabalho e educação. Neste, pretendemos reafirmar a centralidade do trabalho na construção da sociabilidade humana, considerando o antagonismo de classes que marca nossa experiência social, apontando ainda para o dualismo educacional historicamente reproduzido sob a regência do capital, mormente, no atual momento de crise estrutural (MÉSZÁROS 2002) que o sistema vem enfrentando nas últimas décadas.

O atual estudo pretende aprofundar o que iniciamos em 2002, quando desenvolvemos nossa monografia de conclusão do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Ceará — UECE — intitulada: Um breve olhar sobre o Projeto Educação e as incursões empresarias no campo educacional.<sup>1</sup>

Desde esse momento, temos a preocupação concreta: apreender como os empresários apresentam-se como atores educativos na conjuntura das políticas neoliberais no Brasil conjecturando acerca dos mecanismos às parcerias no setor educacional, estabelecidas a partir do ano de 1990.

Ao escolhermos o objeto de estudo da nossa dissertação, levamos em conta o reconhecimento de pontos em comum encontrados entre o Projeto Educação e os Programas do Governo Lula por nós elencados: Escola de Fábrica, Programa Nacional de Estimulo ao

---

<sup>1</sup> Em comum acordo com a nossa orientadora Susana Jimenez, a monografia foi intitulada como tal, uma vez que a interdição por parte do Grupo Pão de Açúcar quanto a observação do trabalho desenvolvida nas salas de aula do Projeto ou à realização de entrevistas com seus monitores ou alunos não nos permitiu senão lançar um “breve olhar” sobre a referida experiência, através, basicamente, de um estudo documental.

Primeiro Emprego (PNPE) Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio para Jovens e Adultos (PROEJA) e Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem). Todos os programas são informados por uma política educacional voltada para a (con)formação da classe trabalhadora ao sistema capitalista; contam com a participação dos empresários na educação do trabalhador; e visam como fim imediato, o mercado. Nesse cenário nascem nossas preocupações em descortinar as políticas que relacionam a educação à chamada empregabilidade.

Conforme assinalaremos no decorrer do estudo, a crise contemporânea enfrentada pelo capital, de intensidade e extensão inéditas na história, vem exigindo que o capital empreenda um processo radical de reestruturação com vistas à manutenção do processo de reprodução do lucro. Nesse contexto, a política educacional destinada à classe trabalhadora vem adequando-se, às exigências da referida reestruturação, submetendo-se de forma particularmente intensa aos ditames do mercado, atraindo, ademais, para o campo da educação, para o mercado da educação, melhor dizendo, um número crescente de “empreendedores”, que, através de parcerias diversas oferecidas pelos poderes públicos, adentram esta área, na busca pela fatia mais gorda do lucro.

O eixo temático de nossa pesquisa situa-se no próprio debate sobre as questões ligadas à relação entre trabalho e educação, focalizando os programas de educação do Governo Lula acima citados, buscando a resposta, fundamentalmente, para as seguintes perguntas: Porque as políticas neoliberais que afetam mais fortemente o setor social e, por conseguinte, as políticas educacionais regidas pelos organismos internacionais de defesa do capital, encontrou tão boa acolhida no governo Lula? Em que medida e de que forma tais relações promovem o aprofundamento dos processos de mercantilização do ensino, de negação do conhecimento e

de manipulação ideológica que, conforme pressupomos, marcam a educação dos trabalhadores brasileiros, distanciando-se *ad infinitum* de uma perspectiva emancipatória?

Na esteira dessa política neoliberal, o Governo Lula, em parcerias com empresas privadas e organismos internacionais de defesa do capital vem certificando a classe trabalhadora, oferecendo cursos através de salas, dentro do próprio ambiente de trabalho, sem, contudo, garantir-lhe a apreensão dos conhecimentos científico-técnicos os mais elementares. Afinal, com esse aligeiramento do ensino, os trabalhadores obtêm um certificado de conclusão de seus estudos naquele nível de ensino — Fundamental ou Médio, sem uma consideração mais rigorosa quanto correspondência entre o certificado outorgado e a natureza dos conhecimentos efetivamente alcançados. Ademais, havemos de discordar da aplicação desses programas educacionais que mutilam o processo formativo, cuidando tão somente de rudimentos fragmentados da instrução necessária e requerida pela Lei 9394/96 para a conclusão dos estudos em determinado nível de ensino.

Nossa escolha pelo objeto é também justificada pela possibilidade de colaborar para um debate teórico em torno das pesquisas na área de trabalho e educação. E também pela própria necessidade de compreender as políticas educacionais do Governo Lula, que sendo, um governo do Partido dos Trabalhadores deu boa acolhida às políticas neoliberais.

## **2 Objetivos**

Nossa pesquisa teve como objetivo geral, analisar as políticas neoliberais que afetam mais fortemente o setor social e, por conseguinte, as políticas educacionais regidas pelos organismos internacionais de defesa do capital no que tange o Governo Lula.

No sentido de adentrar nas especificidades do tema e aprofundar teoricamente a discussão, esboçamos, ainda, como objetivos específicos: a) analisar a crise do capital



buscando identificar as imbricações da referida crise com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva; b) contextualizar o momento atual através do Estado Neoliberal e a precarização do trabalho e c) compreender a mudança na nomenclatura da educação da classe trabalhadora; educação cidadã e educação para juventude.

### **3 Aspectos metodológicos**

Para analisarmos de forma mais abrangente e rigorosa como se configura, o objeto do nosso estudo, revisitamos, de um modo geral, as relações entre trabalho e educação, explicitando à luz da centralidade do trabalho, como se configuram as políticas educacionais no contexto da crise estrutural do capital. Para tanto, realizamos uma revisão bibliográfica em torno da ontologia marxiana, com apóio fundamentalmente em MARX, GRAMSCI E LUKÁCS; passando à caracterização dos elementos fundamentais da crise contemporânea, a partir de MÉSZÁROS; CHESNAIS; COGGIOLA; HARVEY e KATZ, buscando, ademais, apreender os rebatimentos dessa crise na educação do trabalhador. As leituras de FRIGOTTO; JIMENEZ; PETRAS; RODRIGUES e RUMMERT propiciaram-nos uma melhor compreensão da relação educação e mundo do trabalho na proposta de escolarização dos Programas de Educação do Governo Lula da Silva<sup>2</sup>, por meio de parcerias diversas com a chamada sociedade civil.

Como nosso estudo está situado em larga medida no chamado terceiro setor, ocupamo-nos de compreender melhor a construção do terceiro setor mediada pelos estudos de CASTEL e MONTAÑO.

---

<sup>2</sup> Versaremos sobre esses programas de educação do Governo Lula da Silva no capítulo III

Com a finalidade de abarcar a mudança no seio do sindicato que apóia e fortalece esse tipo de educação fragmentada ofertada pelos programas aqui enfocados, recorremos a ANTUNES, BOITO JR E POCHMANN.

Na tentativa de desvelar os sentidos ideológicos embutidos no discurso que embasa a política educacional vigente com ênfase na formação para cidadania e, mais recentemente, também, na apologia à educação da juventude, examinamos as teorizações de RUMMERT e TONET.

Alicerçando nosso objeto de estudo, buscamos apreender a crise do neoliberalismo no Brasil, de modo a compreender numa perspectiva crítica, o que os empresários pensam e estão implementando nas relações de trabalho e educação e as práticas pedagógicas no chão da fábrica, para tanto, necessitamos dos estudos de JIMENEZ (2000) KÜENZER (1995), RODRIGUES (1998) e RUMMERT (2000) que subsidiaram as análises sobre nosso objeto de estudo.

Além do estudo da literatura especializada, consideramos fundamental a observação e análise dos documentos oficiais (resoluções, decretos, leis, pareceres) que dispõem acerca da educação brasileira, particularmente ao que concerne aos quatro Programas do Governo Lula por nós investigados, ou seja, Escola de Fábrica, PNPE<sup>3</sup>, ProEJA e ProJovem.

#### **4 Organização do trabalho**

A presente dissertação está organizada em três capítulos ordenados de acordo com o desenvolvimento da pesquisa, além desta introdução, das considerações finais e das referências bibliográficas.

---

<sup>3</sup> A partir deste momento iremos nos referir ao Programa Nacional de Estimulo ao Primeiro Emprego, utilizando esta sigla.

No primeiro capítulo intitulado: **Neoliberalismo e crise do capital**, analisamos a crise estrutural do capital, as parcerias público/privado e o terceiro setor. Para tanto, consideramos importante versar sobre a crise do capital no cenário mundial e no Brasil, enfocando, *a priori*, o processo constituinte da década de 1980.

No segundo capítulo, **Trabalho e Educação no Brasil neoliberal**, destacamos o processo de implementação da política neoliberal no país, mormente ao campo educacional. Avaliamos, ainda, a precarização do trabalho e a educação do trabalhador subsumida à educação cidadã, esta, por sua vez, subsumida ao paradigma referente à educação para a juventude. Discorremos acerca da educação, considerando os aspectos mais relevantes dos governos de Fernando Collor de Mello (1990-1992) finalizado através do *impeachment* por Itamar Franco (1992-1994), Fernando Henrique Cardoso (1994-1998 e 1999-2002) e finalmente, Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006).

Nessas análises, destacamos o processo de implementação da política neoliberal no país, mormente no campo educacional.

No último capítulo, **As políticas nacionais para a juventude no Governo Lula da Silva**, abordamos os quatro Programas da Política Nacional para Juventude por nós elencados: Escola de Fábrica, Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (PNPE), Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio para Jovens e Adultos (ProEJA) e Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem). Para este fim, analisamos o que caracteriza a educação dos alunos-trabalhadores e/ ou alunos-pré-trabalhadores à luz das atuações empresarias que surgem por meio de parcerias com o governo.

**Capitulo I**  
**Neoliberalismo e crise do capital**

*Expansionista, destrutivo e, no limite, incontrollável, o capital assume cada vez mais a forma de uma crise endêmica, crônica e permanente, com a irresolubilidade de sua crise estrutural fazendo emergir, na sua linha de tendência já visível, o espectro da destruição global da humanidade, sendo que a única forma de evitá-la é colocar em pauta a atualidade histórica da alternativa societal socialista.*  
*Ricardo Antunes(2002)*

O capitalismo vive uma profunda crise e um momento balizado por diversas transformações. Essa conjuntura de crise vem sendo escoltada pelo ingresso do padrão de acumulação flexível acoplado às mudanças técnico-organizativas do mundo do trabalho.

Concomitante a este processo de reestruturação produtiva do capital e das mutações no mundo do trabalho, amplia-se o debate acerca dos rumos tomados no que tange à educação dos trabalhadores e, nesta acepção, buscamos compreender as parcerias Estado-empresa; Estado-instituições e/ou Estado-ONGs<sup>4</sup>, melhor dizendo as relações do Estado com o chamado Terceiro Setor no campo educacional.

Este capítulo tem o intento de oferecer uma melhor compreensão do contexto das modificações produtivas onde está arraigado o novo modelo de educação do trabalhador, a educação como mercadoria. Não obstante, antes de iniciarmos esse discurso, é essencial explanarmos a importante concepção de trabalho e educação em MARX.

Entendemos que a análise da sociedade vigente baseada na perspectiva marxista permitirá uma compreensão ampla do mote que nos conduz à origem das categorias trabalho e educação.

Sendo assim, iniciamos nosso raciocínio tendo como ponto de partida a compreensão de que o trabalho é o fundamento ontológico do ser social, sendo, por conseguinte, o alicerce para os demais complexos sociais.

---

<sup>4</sup> Organizações Não Governamentais, porém, assistidas tanto pelo Estado quanto pelos organismos multilaterais.

Mais adiante, versamos acerca das especificidades dos padrões capitalistas de acumulação e finalizamos o capítulo ilustrando o cenário brasileiro.



Notamos, a partir do excerto acima, que diferentemente do animal, o homem se apropria da natureza como um ser apto a estabelecer um objetivo e buscar os meios para sua objetivação. A ação do homem é conduzida por um telos.

Não obstante, o ato do homem ao interferir na natureza transforma-o e modifica também as relações sociais permitindo a construção de novas conjunturas históricas. Deste modo, o trabalho produz sempre o novo e cada vez mais para além das necessidades imediatas, por essa razão, torna-se a pedra angular sobre a qual se constrói a totalidade da realidade social.

Conforme nos aponta LUKÁCS,

Nesse sentido mais originário e restrito, o trabalho é um processo entre a atividade humana e a natureza: seus atos tendem a transformar alguns objetos naturais em valores de uso. Junto a isso, nas formas ulteriores e mais evoluídas da práxis social, destaca-se mais, acentuadamente, a ação sobre os homens [uma consciência atuando sobre outras consciências], cujo objetivo é, em última instância — mas, somente em última instância — mediar a produção de valores de uso. (1991:35)

Destarte, do ponto de vista ontológico, a educação não tem função direta de transformar a natureza, muito menos a realidade, essa função só cabe ao trabalho que é a protoforma do ser social.

Portanto, não existe a possibilidade de desvincular o trabalho e a educação do processo histórico, pois a história do capital está estritamente ligada aos modelos de organização de produção criados para dar suporte à expansão capitalista.

Nessa trajetória histórica, o capital produziu formas variadas de acumular riquezas, dentre elas, o taylorismo, fordismo e, mais recentemente, o toyotismo.





decai na mesma proporção em que cresce o desinteresse pelo trabalho que está sendo realizado. (1995, p.24)

O taylorismo entra em uma crise que tem como pilares a rejeição dos trabalhadores aos cronômetros; prejuízos causados em função do boicote nos postos de trabalho e a nova maquinaria que requisitava um operário melhor qualificado. Diante disso, o taylorismo tornou-se alvo de críticas advindas não somente da classe operária, mas, também, dos donos dos meios de produção.

Em meio a essa crise estabelecida ao modelo de produção taylorista, surge na fábrica de Henry Ford, um processo de trabalho, no qual existe a combinação de produção em série com consumo em massa, o fordismo<sup>7</sup>.

Se no taylorismo havia notoriamente coerção e esse fator desencadeou um desinteresse pelo trabalho e uma queda de produção, o novo modelo, o fordismo, necessitava usar de outros argumentos: os altos salários.

Nas palavras de GRAMSCI:

A coerção deve ser sabiamente combinada com a persuasão e o consentimento, e isto pode ser obtido, nas formas adequadas de uma determinada sociedade, por uma maior retribuição que permita um determinado nível de vida, capaz de manter e reintegrar as forças desgastadas pelo novo tipo de trabalho. (1996, p.405)

Os anos ulteriores à II Guerra Mundial, tempo conhecido como a era dourada do capital<sup>8</sup>, balizados por intensas rupturas<sup>9</sup> e pela origem do mundo industrial, acabaram por

---

<sup>7</sup> Modelo de produção de trabalho idealizado pelo Henry Ford que, somado ao sistema criado por Taylor formou o sistema Taylorista–fordista que, percebe as organizações como máquinas e administrá-las significa fixar metas e estabelecer formas de atingi-las; organizar tudo de forma racional, clara e eficiente, detalhar todas as tarefas e principalmente, controlar.

<sup>8</sup> Sobre isso ver Eric Hobsbawm: A era dos extremos.

<sup>9</sup> Fim do campesinato e início do mundo industrializado.

nortear após duas décadas da referida guerra um crescimento do mundo industrial e comercial de forma espantosa.

Sob a égide do Welfare State<sup>10</sup>, o modelo de produção fordista incorporou o antigo modelo, o taylorismo, sendo assim, a divisão entre trabalho intelectual e trabalho manual permanece.

Observamos que não houve muita mudança, o capital, diante da insatisfação dos trabalhadores ao taylorismo, buscou estratégias para impedir um levante por parte dos trabalhadores. Diante disso, implantou o fordismo, tendo como atrativo, como já assinalamos anteriormente, salários mais elevados, fato esse que silenciou, em grande medida, o movimento sindical da classe trabalhadora.

Porém, em meados da década de 1970, precisamente em 1973, com a crise do petróleo, dentre outros fatores, a economia dos países capitalistas entra em crise e questiona o modelo de produção fordista quanto à idéia Keynesiana do Estado de Bem Estar Social.

De fato, a conhecida crise da década de 1970 foi um mecanismo utilizado para superação da crise da depressão da bolsa de valores de Nova Iorque em 1929, o que nos leva a crer, que o capital necessita de crises cíclicas para recompor sua lucratividade, embora, esta atual crise, indubitavelmente, seja a maior de todas.

Segundo nos aponta FRIGOTTO,

A problemática crucial de ordem político-econômica e social da crise dos anos 30 manifestava-se tanto no desemprego em massa, quanto na queda brutal das taxas de acumulação. Mais de meio século depois a mesma questão volta à baila, porém com uma materialidade bem diversa. (1995:60)

---

<sup>10</sup> Estado de Bem Estado Social, idealizado por John Maynard Keynes, como estratégia para estabilizar a economia no pós-guerra.

Neste contexto, o capital adentra na profunda crise, que, segundo MÉSZÁROS, é diferente das anteriores, por nós citadas, Mészáros analisa capital e capitalismo como fenômenos distintos. Por esse motivo, as experiências de formação de uma sociedade socialista fracassaram pela incapacidade de superação do que o autor denomina de “sistema de sociometabolismo do capital”. Em outras palavras, o capital precede ao capitalismo e é a ele também posterior. O capitalismo, por sua vez, é uma das formas possíveis de realização do capital. O autor entende que existia capital antes da generalização do sistema produtor de mercadorias, sendo assim, possivelmente podemos assistir a continuidade do mesmo após o capitalismo, pela constituição daquilo que Mészáros denomina como “sistema de capital pós-capitalista”, fato ocorrido na União Soviética e no Leste Europeu que foram incapazes de romper com o embrião do capital.

Ainda acerca do estudo de Mészáros, concordamos com MENDES SEGUNDO

A crise atual do capitalismo pode ser atribuída ao imperialismo extremamente endividado, comandado pelos Estados Unidos da América, batizado pelo autor como “Imperialismo de Cartão de Crédito”. O capitalismo ora presenciado é ditado por um complexo militar industrial, financiado diretamente pelo Estado americano para a produção científica e tecnológica, que inviabiliza a concorrência da economia civil e produz mais dependência e subordinação dos demais países aos EUA. Além do mais, impõe regras a toda sociedade denominada de globalizada, sob a coordenação de organismos internacionais, tais como Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial e outros bancos multilaterais. (2005, p.26)

Em síntese e de acordo com Mészáros, o modelo sociometabólico do capital é sustentado pela articulação entre o capital, o trabalho e o Estado, sendo que a função de cada um é diferente. O capital domina e subordina as condições do trabalho, enquanto que o Estado toma para si o papel de regulador e reproduzidor desse processo.

Nesse sentido, conforme ANTUNES,

Como resposta a sua própria crise, iniciou-se um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação, cujos contornos mais evidentes foram o advento do neoliberalismo, com a

privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal do qual a era Thatcher/Reagan foi a expressão mais forte; a isso se seguiu também um intenso processo de reestruturação da produção e do trabalho para tentar repor os patamares de expansão anteriores. (2002.p.31)

Neste panorama, os sindicatos são alvos fáceis da desregulamentação das políticas trabalhistas. Esse movimento enfraquece grande parte dos sindicatos que, acuados, ficam à mercê dos patrões, que aumentam a exploração da força de trabalho e diminuem os direitos historicamente conquistados.

Conforme BOITO JÚNIOR ,

O campo pelego aderiu, portanto, ao neoliberalismo, mas isso se deu em decorrência da constituição de governos neoliberais. Esse fato, a despeito de não configurar a constituição de uma corrente sindical enraizada nas massas e consistentemente neoliberal, contribui, contudo, para a difusão da ideologia e da política neoliberal junto aos trabalhadores. Na medida em que o neopeleguismo é produto da estrutura sindical corporativa de Estado, que, embora reformada pela Constituição de 1988, permanece em pé, podemos afirmar que essa estrutura sindical, herdada do período populista, é, hoje, um dos recursos de que dispõe o neoliberalismo para obter sua hegemonia no Brasil. (1996, p3)

Nessa conjuntura e buscando a qualquer preço manter o controle dos meios de produção e aumentar a lucratividade, o capital, agora alicerçado no Estado Neoliberal, cujo traço mais marcante reside no repasse das responsabilidades sociais à esfera civil, dá lugar a um novo modo de produção conhecido como toyotismo<sup>11</sup>.

O toyotismo é um novo modelo de organização da produção capitalista que se desenvolveu a partir da mundialização do capital nos anos 1980. Embora tenha surgido no

---

<sup>11</sup> Modelo de produção criado por Toyoda e o engenheiro Ohno, composto por automatização, just-in-time, trabalho em equipe, flexibilização da mão-de-obra, gestão participativa, controle de qualidade e subcontratação. Vale destacar que as idéias neoliberais são anteriores a crise do capital alicerçado sob o Estado do Bem Estar Social. A primeira manifestação neoliberal aparece no final da Segunda Grande Guerra, como nos conta a obra de Hayek: O caminho da servidão.

Japão na década de 1950, contudo, só a partir da crise capitalista dos anos 1970, precisamente com a crise do petróleo em 1973, como já assinalamos, começa a ser "traduzido" como uma nova ideologia orgânica da produção de mercadorias, surgindo como "modelo japonês" e assumindo uma projeção global, surgindo com o fito de acelerar a produção, manter a qualidade e aumentar o lucro, conseguindo tudo isso através do controle de produção trabalhista e diferentes técnicas de trabalho.

É oportuno destacar que, contrariamente ao fordismo, a produção no toyotismo, modelo que passa a vigorar nos países desenvolvidos após o início da crise capitalista, estrutura-se a partir de um número mínimo de trabalhadores, os quais atuam em mais de uma função, com técnicas de trabalho que variam entre: *lean productions*<sup>12</sup>, *just-in-time*<sup>13</sup>, *team work*<sup>14</sup> e *kan-ban*<sup>15</sup>.

Todas essas técnicas supra citadas geraram discussões relacionadas às condições de trabalho determinada pela produção, que, assentada em um novo modelo, o toyotismo, mais fortemente atingiu os trabalhadores precarizando ainda mais a força de trabalho dessa classe.

O referido modelo de produção de riqueza também causou uma maior separação dos trabalhadores, pois, parte da produção é terceirizada e apenas vinte e cinco por cento (25%) da produção está localizada no chão da fábrica, em consequência disso, ocorre um enfraquecimento dos sindicatos que agora não lutam pelos direitos historicamente

---

<sup>12</sup> Traduz-se numa produção controlada, onde o trabalhador deve lutar para alcançar as metas de produção.

<sup>13</sup> Configura-se como uma forma de administração, surgida no Japão, como estratégia, em busca de uma maior otimização do processo produtivo.

<sup>14</sup> São times de trabalhos, organizados para aumentar a produção, e conseqüentemente, receberem ganhos extras. Nesse time de trabalho há um líder e a esse líder, é apontado, pelos próprios companheiros de trabalho, aquele que, por algum motivo não está produzindo de acordo com patamares estabelecidos, colocando em "risco" a produção. Em outras palavras, uns vigiam os trabalhos dos outros. Aumentando ainda mais a alienação do homem a si e ao semelhante.

<sup>15</sup> O método de produção KAN-BAN consiste, pois, em dirigir à fábrica, com ordens de serviço em consonância com as peças ou os produtos que forem vendidos. É dessa informação que se faz a programação do que tem que ser fabricado.

conquistados, mas sentam à mesa do patrão e negociam a permanência dos trabalhadores nas empresas. Sobre isso concordamos com JIMENEZ, pois,

Dada à impossibilidade de reverter-se tal processo, esta talvez a tese mais caramente apregoada por seus ideólogos, restaria como única alternativa aos trabalhadores e suas organizações, render-se á dita realidade dos fatos e tentar negociar dentro da ordem... naquela perspectiva desesperada de entregar a mão para não perder os dedos. (2001, p.95)

Além disso, o toyotismo, no cenário neoliberal, caracteriza-se por uma lógica racionalizada da produção, onde há uma transferência de responsabilidade para o trabalhador que tem de dar conta de elementos quantitativos e qualitativos. Em outras palavras, o produto deve ser produzido em larga escala e deve ser de qualidade<sup>16</sup>, dentro dos padrões de exigência do mercado.

Depois de analisar os modelos de acumulação é imprescindível compreender como a política Keynesiana perde espaço para a política neoliberal surgida no final na década de 1970, tomando força e forma na era Thatcher (1979-1990) e em seguida com Ronald Reagan (1981-1989) foram o esteio para a propagação dessa

marcha por sobre as instituições e passaram a dominar a política, primeiramente no mundo anglo-saxão, porém, mais tarde, da Europa e do mundo. (2004, p.130)

A globalização é ora apresentada como algo obrigatório, como se não houvesse alternativa econômica para os países senão esta. Assim, os grandes países batem à porta dos países subdesenvolvidos, ou ditos desenvolvidos, oferecendo-lhes possibilidades de ganho que no real, não se traduzem para estes, mas para o fortalecimento das riquezas daqueles que já têm o domínio do poder.

Segundo CHESNAIS,

A perda para a esmagadora maioria dos países capitalistas, de boa parte de sua capacidade de conduzir um desenvolvimento parcialmente autocentrado e independente; o desaparecimento de certa especificidade dos mercados nacionais a destruição, para muitos Estados, da possibilidade de levar adiante políticas próprias, não são consequência mecânica da globalização, intervindo como processo “externo”, sempre mais coercitivas, impondo a cada país, a seus partidos e a seus governos uma determinada linha de conduta. (1996, p.34)

Com a globalização, o capital tenta desatinadamente reaver os anos dourados de lucro, visto que essa globalização é uma intenção descarada para perpetuação do imperialismo em todo mundo.

Os hegemônicos buscam novos mercados em espaços geográficos distintos, para isso, estabelecem suas indústrias nos países do Terceiro Mundo, na tentativa de vender seus produtos e retornar os patamares de acumulação capitalista.

No Brasil, após a fase redemocratizada e com a primeira eleição direta para presidente<sup>17</sup>, Fernando Collor de Mello pode, finalmente, aderir ao receituário neoliberal

---

<sup>17</sup> O primeiro presidente da era redemocratizada, ou seja, da retirada do poder das mãos dos militares foi Tancredo Neves, eleito por eleição indireta, porém, com sua morte antes mesmo da posse, seu vice, José Sarney, assumiu.



seguindo a reorientação política e econômica imposta sob a tutela dos organismos internacionais.

A idéia balizadora do neoliberalismo é a de que o Estado enquanto setor público tem responsabilidade pela crise do capital, uma vez que alimenta um sistema de privilégios, ineficiência, onde o mercado privado é entendido como sinônimo de eficiência e qualidade de produção de bens e na prestação de serviços. Esta idéia sustenta a tese do Estado Mínimo, elemento cristizador do ideário neoliberal.

O Estado Neoliberal foi caracterizado por várias privatizações das empresas estatais, desregulado crescimento de empresas privadas em setores até então públicos e pelo enfraquecimento, vale mais uma vez destacar, dos sindicatos.

O tratamento oferecido aos sindicatos é, no Estado Neoliberal, de um mero negociador, aonde ao invés destes irem ao embate, passariam a traçar pactos de cooperação empresa-sindicato, levando as questões de ordem trabalhista às mesas de negociações, como já assinalamos, nas quais a representatividade do trabalhador está necessariamente comprometida.

O neoliberalismo ocasionou, ainda, uma fragilidade ideológica no pensamento partidário da esquerda, que se voltou progressivamente para a social democracia com uma aproximação, íntima aos ditames neoliberais, subordinando-se assim, a lógica do capital.

O neoliberalismo, modelo centrado no individualismo, busca combater o socialismo, o coletivismo, uma vez que a desigualdade é elemento essencial para impulsionar o motor que faz funcionar o mercado. O pensamento coletivo cede lugar ao pensamento individualizado, atomizado, que busca incessantemente encontrar uma forma de satisfazer seu desejo do ter em detrimento do ser.

Finalizamos esta seção, ressaltando que a crise do capital contribuiu com as transformações ocorridas no mundo do trabalho por meio das políticas neoliberais, estimulando a competitividade, a qualidade total e a reestruturação produtiva que redefiniram o campo da educação e do emprego do trabalhador.

## **2 Parcerias e terceiro setor como formas de privatização do público.**

As estratégias do Banco Mundial para o campo educacional enfatizam a necessidade de se praticar mudanças. Baseadas na Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em Tailândia, traz como consequência uma série de transformações no que tange a educação.

É interessante apontarmos que no neoliberalismo houve um crescimento no setor de serviços e do Terceiro Setor, termo cunhado por intelectuais orgânicos do capital e isso sinaliza clara ligação com os interesses de classe, nas transformações necessárias à alta burguesia. Assim, conforme MONTAÑO (2005, p.63), o termo é construído a partir de um recorte da esfera social: o Estado (primeiro setor), o mercado (segundo setor) e a sociedade civil (terceiro setor), em outras palavras, há um aumento no número de empresas que comercializam variadas formas de serviços. Além dessas empresas, e em decorrência da fragilidade das políticas sociais, surgem inúmeras Organizações Não Governamentais<sup>18</sup> que são sustentadas pela sociedade civil ou pelo “incentivo” dos empresários. O que está configurado é a diminuição do espaço público em substituição ao espaço privado, por meio de um discurso acerca da ineficiência do Estado em gerir a educação, corroborando para participação de outros atores na área educacional.

Para alcançar tal objetivo, determinados mecanismos são criados e/ou desenvolvidos para “sanar” os problemas do sistema educacional. Para tanto se destaca o programa de aceleração da aprendizagem, programa esse que seleciona os alunos fora da faixa etária para

---

<sup>18</sup> A partir deste momento utilizaremos a sigla ONGs.

determinada série e juntam todos em uma única sala com o intuito de acelerar o ensino<sup>19</sup> para que esses alunos possam estar incluídos ao mercado de trabalho.

Nessa linha de abordagem as parcerias com o terceiro setor surgem em larga escala para contribuir com o crescimento do país, afinal, se o Estado e o mercado se colocam como ineficientes para subsidiarem a educação, logo, torna-se, inevitável, a “colaboração” e/ou inserção do terceiro setor na educação, principalmente dos países da América Latina, onde situa-se o Brasil.

Estabelece-se, por conseguinte, um lesivo processo de mercantilização do setor educacional, dando fôlego para que as parcerias se apresentem como alternativa e/ou solução de problemas básicos. É nessa perspectiva que os Programas<sup>20</sup> por nós analisados neste estudo, constituem-se um exemplo em que o terceiro setor assume a responsabilidade da escolarização da classe-que-vive-do-trabalho<sup>21</sup>, visando o desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva<sup>22</sup>.

No entanto, o “conhecimento” oferecido pelo terceiro setor baseia-se unicamente no mercado e na inserção do jovem<sup>23</sup> ao mundo produtivo o que não traz nenhuma novidade. A única mudança percebida é o foco, que antes, no modelo fordista visava o ensino técnico e médio e nos dias atuais, o ensino/mercadoria está destinado principalmente ao nível de educação fundamental e à modalidade profissionalizante.

---

<sup>19</sup> Exemplo disso são as classes de aceleração criadas em todo país que selecionam por exemplo alunos com idade entre 15 ou 16 anos que cursam a quinta série do Ensino Fundamental e, que já deveriam ter concluído seu estudos e fazem um tipo de supletivo. Em um ano ou seis meses esses alunos cursam as disciplinas da 5ª, 6ª, 7ª e 8ª séries. Na realidade recebem o certificado, mas o conhecimento fica ainda mais fragmentado.

<sup>20</sup> Versaremos sobre esses Programas no capítulo III

<sup>21</sup> Terno utilizado por Ricardo Antunes.

<sup>22</sup> Artigo 39 Lei 9394/96

<sup>23</sup> Trabalharemos o conceito de juventude no capítulo seguinte.

Nestas parcerias, o Estado exige um número mínimo de partícipes para cada projeto, especificando também a informação étnica quantificando quantos brancos, negros, amarelos, pardos, indígenas ou quilombolas estão inseridos nos programas<sup>24</sup>.

É imperativo ressaltar que dependendo de qual instituição do terceiro setor os critérios para aceitação são diferentes. O exemplo acima citado ocorre principalmente nas ONGs. Contudo, em empresas privadas, o critério é distinto, basta um espaço físico, mobiliário e a contratação de um monitor/facilitador, como queiram denominar, e, é claro a parceria com o Sistema S<sup>25</sup> de educação, órgão qualificado para certificação de escolaridade. Alguns sindicatos de trabalhadores também aderiram a essa parceria, oferecendo aos seus associados cursos de capacitação com o fito de torná-los “empregáveis”.

O mercado impõe uma determinada ‘qualidade’<sup>26</sup> para aceitação no mundo do trabalho, para tanto, os próprios trabalhadores ou pré-trabalhadores<sup>27</sup> buscam, a tão famosa educação ao longo da vida, através de cursos de (re)capacitação, ou reciclagem que contribuem apenas para que a fatia no mercado educacional cresça cada vez mais, sem garantir, no entanto o emprego.

Conforme ARROYO,

A educação da gente comum, dos trabalhadores na visão dos teóricos da economia política, é defend-

370.365(q)ti

9324(d)-10.3

As parcerias e o terceiro setor pulverizam não só a educação dos trabalhadores, mas e principalmente, os direitos trabalhistas por meio do novo contrato social<sup>28</sup>.

De acordo com MONTAÑO, o resultado desse nosso contrato será:

- a) Exclusão dos desempregados, subempregados, empregados em condições de precariedade dos “novos benefícios do ‘novo contrato’”;
- b) Perda geral de direitos e conquistas históricas dos trabalhadores, a não ser para uma pequena minoria de trabalhadores altamente qualificados;
- c) Retirada do Estado o mecanismo de controle e regulamentação social, livrando tudo ao mercado e à relação direta e individualizada entre patrão e empregado. Assim o novo contrato social só poderá ser um bom negócio para o capital, péssimo para o trabalhador. (2005, p.144)

Outro fato importante no que tange ao terceiro setor é a despolitização decorrente das organizações que formam o terceiro setor e que desenvolvem a prática do trabalhador parceiro do empregador.

No que se refere aos sindicatos, percebemos isso na mudança de atitude diante do capital que antes enfrentava a classe que os oprimia e agora, as últimas décadas, estão negociando com a mesma. No que tange as ONGs é interessante que mantenham e eduquem para a (con)formação ao sistema capitalista, uma vez que as mesmas dependem do fundo público para manterem seus projetos e para as mesmas não é interessante educar para libertar, mas para moldar. Por sua vez, os empresários, os quais estão estritamente atrelados a essa educação (ou será mercado educacional?) em suas fábricas e/ou empresas adestram seus funcionários e/ou aprendizes, desde cedo a obedecer e agradecer pelo ensino e oportunidade

---

<sup>28</sup> Ver Carlos Montaña: Terceiro setor e a questão social, Cortez, 2005.

ofertados aos mesmos, que agora, por meio de seus patrões, permanecem ou irão inserir-se no mercado produtivo. .

Num passe de mágica, a relação empregado/empregador que historicamente é antagônica pela diferença de classe, se extinguisse através do discurso, que o trabalhador é alcunhado de “colaborador” compondo harmonicamente a sinfonia do capital.

No nosso entendimento este é o momento em que a cortina de fumaça é lançada aos olhos dos trabalhadores, dificultando-lhes a visão da realidade, que está posta, melhor dizendo, de uma nova organização do trabalho incrementada por uma maior exploração da força do trabalho.

**Capítulo I I**  
**Trabalho e educação no Brasil neoliberal**



*A educação tem duas funções principais numa sociedade capitalista: a produção das qualificações necessárias ao funcionamento da economia, e a formação de quadros e a elaboração de métodos para um controle político. (Mészáros, in Marx e a Teoria da Alienação, 1981).*

Atualmente, o debate sobre educação cidadã e educação para juventude que surgiu com o intento de subsumir a educação da classe trabalhadora<sup>29</sup> - está no bojo das discussões do campo educacional.

Conforme assinalaremos no decorrer do texto, a categoria cidadania surge na Grécia antiga e desde sua noção estrita e seletiva a referida idéia viajou na história até atingir um novo conceito bastante amplo. Na Grécia, o entendimento político de cidadania teve alusão na *pólis* e ou cidade-Estado, atualmente, sua noção contemporizada para concepção de Estado-Nação.

No princípio da ideologia liberal a cidadania era atribuída a um número limitado de pessoas. Vamos encontrar em John Locke<sup>30</sup> a visão de *cidadania restrita*. Esta concepção se fundamenta no postulado lockeano: *os homens são livres e iguais porque são proprietários de seus corpos*.

Todavia John Locke vai aprofundar este postulado vinculando-o à cidadania. Aos poucos vai se esboçando em seus escritos que a propriedade não é exatamente o corpo, mas o fruto que o corpo produz pelo trabalho ao se apropriar da natureza. Lentamente chega-se à conclusão de que somente os que possuem propriedade privada são cidadãos.

---

<sup>29</sup> Desde a derrocada do Leste Europeu, busca-se incansavelmente, demonstrar que não há mais luta de classes. Para tanto, recomenda-se a utilização de terminologias que mistificam a educação da classe trabalhadora.

<sup>30</sup> “Na virada do século XVII par o XVIII, John Locke contribuiu decisivamente para o conceito de cidadania (restrita), na sociedade capitalista, ao considerar em sua definição a liberdade individual e o direito de propriedade privada com o fito de assegurar à burguesia os direitos políticos que lhes eram negados pela nobreza, ainda a classe dominante.” Rodrigues. J.(2006)

Atualmente, fatores como a crise do capitalismo e do Estado de bem estar social, em harmonia com uma nova etapa do capital — o neoliberalismo — a cidadania cria novos conceitos, uma vez que, com a divulgação da nova ideologia que necessita de um Estado enfraquecido<sup>31</sup> e subordinado ao mercado colocando o cidadão como consumidor. O Estado que se exime de suas funções sociais passa a mediar às transações financeiras do mercado e o conceito de cidadania entra em contra-senso, pois o sentido da participação, do direito as necessidades básicas de sobrevivência, lazer, cultura, confronta-se com a dinâmica excludente imposta por meio do sistema que privatiza o direito, aumenta as desigualdades sócio-econômicas e fortalece os organismos de controle.

Iniciaremos pela derrocada do Leste Europeu para explicitar os sentidos da categoria *cidadania* na reestruturação econômica com vistas à manutenção do processo de reprodução do lucro, mediada por meio da política educacional destinada à classe trabalhadora.

Em seguida adentraremos no campo educacional explicitando as vicissitudes produzidas pelo Grande Capital<sup>32</sup> na busca de orientar o seu crescimento por meio das leis<sup>33</sup>, decretos e conferências no campo educacional, principalmente nos países do Terceiro Mundo.

Para uma melhor explicitação sobre os percursos e percalços da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, é necessário, abordarmos, inicialmente, os governos de Collor e Itamar Franco e o rebatimento das ações dos mesmos no campo da educação. Posteriormente versaremos sobre o governo de Fernando Henrique Cardoso.

---

<sup>31</sup> Enfraquecido para garantir os chamados direitos sociais, mas, cada vez mais forte para retirar os direitos trabalhista.

<sup>32</sup> Utilizamos esta expressão fazendo referência, na verdade, aos organismos internacionais, notadamente Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional posto que agem como representantes do capital imperialista.

<sup>33</sup> Sabemos que nem o capital nacional e muito menos o internacional pode diretamente emitir decretos ou promulgar leis. No entanto, o capital internacional pode sim exercer influência político-econômica junto ao Estado para que este sim proceda às alterações jurídicas indicadas.

Na tentativa de expormos como foram recebidos os ditames internacionais por nossos governantes, percorreremos os governos acima citados finalizando com o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, para compreender como se deu o processo da mistificação e da mudança da terminologia da educação da classe trabalhadora para, mais recentemente, educação para a juventude.<sup>34</sup>

---

<sup>34</sup> Sobre o conceito juventude é interessante ver um artigo de Sônia Rummert, no qual ela disserta sobre a alteração da idade jovem. (em prelo 2006)

## 2.1 A precarização do trabalho e o discurso cidadão

*Privatizaram sua vida, seu trabalho, sua hora de amar e seu direito de pensar. É da empresa privada o seu passo em frente, seu pão e seu salário. E agora não contentes, querem privatizar o conhecimento, a sabedoria, o pensamento que só à humanidade pertence.*  
*Bertold Brecht*

Na década de 1980, com a derrocada do chamado socialismo real, há uma reordenação das relações de poder no mundo. A burguesia ganhou esta guerra ideológica ao afirmar que o fim do “socialismo real” no Leste Europeu e o da União Soviética significariam o fim do socialismo, desconsiderando o fato reconhecido por um conjunto de intelectuais e militantes, de que por um complexo de fatores que não nos cabe aqui explicitar, não foi possível à União Soviética e ao Leste Europeu edificar um sistema que verdadeiramente rompesse com o que MÉSZÁROS (2002) define como *metabolismo do capital*, construindo, assim, a sociedade dos trabalhadores livremente associados<sup>35</sup>. Acerca disso, ANTUNES, esclarece que,

Embora rompessem internamente com elementos do capitalismo, os países do Leste Europeu mostraram-se incapazes de romper com a lógica do capital. Resultado: países dotados de insuficiente desenvolvimento das forças produtivas, apesar de configurarem-se internamente como pós-capitalistas, foram pouco a pouco sendo tolhidos e incorporados à lógica do capital mundializado. De modo que a tentativa de transição intentada para o socialismo não foi capaz de romper à lógica do capital, constituindo-se em sociedades híbridas, nem capitalistas, nem socialistas — assemelhando-se neste particular a outros momentos de transição experimentados pela história — e que, no presente, vivenciam uma nítida regressão ao capitalismo. (2000, p.144)

Como contragolpe do capital à sua crise estrutural, várias transformações vêm ocorrendo, com destaque para o aniquilamento do Estado de Bem Estar Social e o surgimento

---

<sup>35</sup> Os pesquisadores Istvan Mészáros (2002), Osvaldo Coggiola (1995), Sérgio Lessa (2002) e Ivo Tonet ([www.geoticias.com.br/ivotonet](http://www.geoticias.com.br/ivotonet)) tecem análise acerca desse assunto.

do Estado Neoliberal<sup>36</sup>, além das metamorfoses ocorridas na organização e gestão da produção e as suas repercussões no processo de trabalho produtivo como sendo um dos aspectos dessas mudanças<sup>37</sup>.

O mercado busca a “qualidade total”, uma designação escolhida para escamotear as relações de exploração da força de trabalho surgindo assim, os trabalhadores parciais, os contratos temporários, a terceirização. Nota-se um aumento no setor de serviço<sup>38</sup>, que embora esteja relacionado com a precarização do trabalho (subcontratação e terceirização), é explicado fundamentalmente pela gigantesca ampliação do trabalho morto (em relação ao trabalho vivo) advindo por meio das novas tecnologias, visto que a atual tendência do mercado é reduzir o número dos trabalhadores para contratar uma força de trabalho<sup>39</sup> que é facilmente demitida sem grandes custos. ANTUNES afirma que,

[...] à massa de trabalhadores que oscilam entre os temporários (que não têm nenhuma garantia de emprego), os parciais (integrados precariamente às empresas), os subcontratados, terceirizados...os trabalhadores da economia informal, enfim, a este enorme contingente que chega até a faixa de 50% da população trabalhadora dos países avançados, quando neles se incluem também os desempregados, que alguns chamam de proletariado pós-industrial e que preferimos denominar de subproletariado moderno. (2000, p.60)

As práticas gerenciais de qualidade total exigem um trabalhador polivalente que seja capaz de atuar em mais de um posto de serviço. Ora, com um trabalhador polivalente, que é chamado a exercer várias funções, o capital tem um custo menor, diminuindo seu quadro de funcionários, seus encargos sociais em busca por lucratividade, o que resulta na precarização

---

<sup>36</sup> Iniciado com Margaret Thatcher em 1979 e seguido por Ronald Reagan em 1981.

<sup>37</sup> Sobre o processo de reestruturação produtiva e transformações no mundo do trabalho ler as obras de Ricardo Antunes Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses do mundo do trabalho (1999) e Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho (2002)

<sup>38</sup> Embora o crescimento do setor de serviços esteja relacionado com a precarização do trabalho, não se explica fundamentalmente por essa precarização. A mais importante razão deste aumento refere-se a gigantesca ampliação do trabalho morto advindo das novas tecnologias em relação ao trabalho vivo.

<sup>39</sup> Referimos-nos aos contratos temporários.



Por fim, há ainda uma outra consequência, de suma importância, no interior da classe trabalhadora, a incorporação do trabalho feminino, não só na indústria têxtil, mas se expandido por todos os setores.

Retirado dos estudos de POCHMANN, o quadro abaixo, nos dá o sentido tomado pela flexibilização empreendida durante a década neoliberal.

### **Quadro 1**

#### **“Síntese da reforma trabalhista no Brasil”**

<b>Flexibilização</b>	<b>Medida</b>	<b>Objetivos</b>
<b>Contratual</b>	1. Cooperativa profissional ou de prestação de serviços. (Lei 8949/94); 2. Contrato por tempo determinado. (lei 9601/98); 3. Contrato por jornada parcial. (MP 1709/98); 4. Suspensão do Contrato de Trabalho. (MP 1726/98); 5. Denúncia da Convenção 158 da OIT. (decreto 2100/96); 6. Setor público: demissão (lei 9801/99 e lei complementar 96/99); 7. Trabalho temporário (Portaria 2, 29/06/96); 8. Contrato para micro e pequenas empresas (Lei do Simples 9517/96); 9. Terceirização (Portaria TEM de 1995 e Enunciado 331 do TST)	1. Cria cooperativas de prestação de serviço, sem caracterização de vínculo empregatício (sem os direitos trabalhista da CLT) 2. Reduz critérios de rescisão contratual e as contribuições sociais; 3. Estabelece jornada de até 25 horas semanais, com salário e os demais direitos proporcionais e sem participação do sindicato na negociação. 4. Suspende o contrato de trabalho, por prazo de 2 a 5 meses, associado à qualificação profissional, por meio de negociação entre as partes; 5. Elimina mecanismos de inibição da demissão imotivada e reafirma a possibilidade de demissão sem justa causa; 6. Define limites de despesas com pessoal, regulamenta e estabelece o prazo de 2 anos para as demissões por excesso de pessoal, regulamentando a demissão de servidores públicos estáveis por excesso de pessoal; 7. Redefine a lei 6.019/74 de contrato temporário, estimulando o contrato de trabalho precário; 8. Estabelece a unificação de impostos e contribuições e a redução de parte do custo de contratação do trabalho; 9. Favorece a terceirização do

		emprego e das cooperativas de trabalho.
<b>Tempo de Trabalho</b>	<p>1. Banco de Horas (Lei 9061/1998 e MP 1709/98);</p> <p>2. Liberação do Trabalho aos domingos (MP 1878-64/99)</p>	<p>1. Define jornada organizada no ano para atender flutuações dos negócios e prazo de até 1 ano para sua compensação, através de acordo ou convenção coletiva;</p> <p>2. Define o trabalho aos domingos no comércio varejista em geral, sem necessidade de negociação coletiva.</p>
<b>Salarial</b>	<p>1. Participação nos lucros e Resultados (MP 1029/94 e Lei 10.10/2000);</p> <p>2. Política Salarial (Plano Real – MP 1053/94);</p> <p>3. Salário Mínimo (MP 1906/97).</p>	<p>1. Define a participação nos lucros e resultados (PLR) da empresa através da negociação coletiva de trabalho;</p> <p>2. Induz a “livre negociação”, através da eliminação da política de reajuste salarial do Estado e proíbe as cláusulas de reajuste automático de salários;</p> <p>3. Fim da correção do salário mínimo, sendo seu valor definido pelo Poder Executivo e introduz o piso salarial regional.</p>
<b>Organização do Trabalho</b>	<p>1. Fim do Juiz classista (PEC 33-A/99);</p> <p>2. Limitação da ação sindical no setor público (Decreto 2066/96);</p> <p>3. Ultratividade acordo/convenção (MP 1620/98);</p> <p>4. Substituição de grevistas no setor público (MP 10/2001).</p>	<p>1. Acaba com o juiz classista na Justiça do Trabalho;</p> <p>2. Estabelece punição para servidores grevistas e limita o número de dirigentes sindicais;</p> <p>3. Inibe a validade de acordos e convenções até que novos sejam renegociados entre as partes;</p> <p>4. Define a contratação temporária de até 3 meses, renováveis, em caso de greve de funcionários públicos por mais de 10 dias.</p>
<b>Demissão</b>	<p>1. Comissão de conciliação prévia – CCP (Lei 8959/2000)</p> <p>2. Rito Sumaríssimo (Lei 9957/2000);</p> <p>3. Fiscalização do TEM (Portaria 865/95).</p>	<p>1. Estabelece condições de julgamento em primeira instância dos dissídios individuais, funcionando de forma paritária, mas sem estabilidade para seus membros;</p> <p>2. Define procedimento sumaríssimo para dissídio individual com valor abaixo de 40 vezes o valor do s.m.;</p> <p>3. Restringe a atuação no caso de conflito da legislação com acordo/convenção e desincentiva a aplicação de multa trabalhista em caso de ilegalidade trabalhista.</p>





Na Grécia de Platão e Aristóteles, eram considerados cidadãos todos aqueles que estivessem em condições de opinar sobre os rumos da sociedade. Entre tais condições, estava a de que fosse um homem totalmente livre, isto é, não tivesse a necessidade de trabalhar para sobreviver, uma vez que o envolvimento nos negócios públicos exigia dedicação integral. Portanto, era pequeno o número de cidadãos, já que estavam excluídos os homens ocupados (comerciantes e artesãos), as mulheres, os escravos e os estrangeiros, restando, então, os proprietários de terras que eram livres para ter o direito de decidir sobre o governo.

A cidadania grega era compreendida apenas por direitos políticos (ancorados na propriedade) identificados com a participação nas decisões sobre a coletividade.

Para os gregos, a *cidadania* era um bem irrenunciável. Dizia respeito à realização pessoal do homem, pois que o introduzia efetivamente no poder, concomitantemente, as decisões políticas da Cidade-Estado. Contudo, somente havia essa participação integral de uma classe altamente selecionada pelo *status quo* nas pequenas comunidades, ou seja, na Grécia antiga, a cidadania tinha o significado de sujeição à pólis. Aristóteles explica a formulação de cidadão presente na Constituição de Atenas, que formaliza a definição para a sociedade grega da época: o direito ou prerrogativa de participar das práticas deliberativas e políticas da comunidade a que pertence.

No século XVII, o filósofo inglês John Locke, acerca da cidadania, defendia a tese de que somente os donos de propriedade poderiam ser livres. Segundo RODRIGUES,

Na virada do século XVII para o XVIII, John Locke contribuiu decisivamente para o conceito de cidadania [restrita] na nascente sociedade capitalista, ao considerar em sua definição a liberdade individual e o direito de propriedade privada, com o fito de assegurar à burguesia os direitos políticos que lhes eram negados pela nobreza, ainda classe dominante. (2006, p.420)

No século XX, o conceito de cidadania surge sob nova forma. Cidadania formal e cidadania subjetiva. De acordo com RODRIGUES (2006) a cidadania formal refere-se à condição de membro de um Estado-Nação democrático, por conseguinte, portador de direitos políticos. No que tange à cidadania subjetiva, a definição emergida depois da Segunda Guerra Mundial, conglomerava múltiplos direitos- civis, políticos e sociais concernentes aos direitos universais: educação, saúde, trabalho, que insurgiram a partir do Estado do Bem Estar Social na Europa.

No caso brasileiro, em função dos vinte e um anos de ditadura militar, grupos envolvidos em diferentes movimentos sociais estavam juntos na busca primeiramente, pela democracia formal, que seria conseguida através da saída dos militares do poder, para então, atingirem, de acordo com seus interesses, a cidadania subjetiva, o que não aconteceu.

Recentemente, com a mudança para o neoliberalismo, mais uma vez, o conceito de cidadania volta à baila, a característica restritiva permanece, no entanto, surge traduzida como liberdade para subsumir com a categoria classe trabalhadora.

É fato, para nós que trabalhamos na concepção marxiana, que a liberdade se traduz através do ato do trabalho realizado pelo ser social por meio de sua ação na natureza, desde modo, não é a política que dará ao homem a sua emancipação, sua liberdade, ou como falam: seus direitos de cidadão.

Concordamos com TONET,

... sem desmerecer os aspectos positivos que a cidadania traz para a autoconstrução humana, fica claro que ela é, por sua natureza mais essencial, ao mesmo tempo, expressão e condição da desigualdade social e por isso da desumanização.  
(acesso 10/12/2005)

A explanação de Tonet nos mostra que os direitos do cidadão são obtidos tão somente na dimensão político-jurídica, então, estamos diante da cidadania formal, posto que a emancipação humana só será atingida , uma vez que as desigualdades sejam superadas. Para tanto precisaríamos de uma mudança societal socialista, para alcançarmos à emancipação.

## 2.2 A precarização do trabalho e o *elogio* à juventude

A nova geração que adentra ou busca inserir-se no mercado de trabalho padece com maior intensidade a precarização do trabalho, uma particularidade trazida pela determinação da crise estrutural do capital.

Como anteriormente assinalamos, a desregulamentação das leis retira os direitos que historicamente foram conquistados pelos trabalhadores e agora os jovens já adentram no mundo do trabalho sem esses direitos, tornando-se presa fácil dos vorazes empresários, que, prematuramente, desde que este jovem busca ser aprendiz, acostuma/adestra/conforma o mesmo à exploração mais cruel. Deste modo, existe nas empresas uma política para quem está perdendo os direitos, ou seja, os mais velhos, e uma política para aqueles que nem direitos possuem, os jovens.

A política neoliberal investe de forma generalizada contra os trabalhadores, todavia, a ofensiva com os jovens é mais acirrada, cruel e covarde.

As políticas para geração de emprego, geram, na verdade, uma imensa conformação ao que é ofertado por aqueles que detêm o poder da propriedade. Nesse contexto, praticamente, são extintos os vínculos empregatícios, uma vez que, protegidos pelo arsenal jurídico, os empregadores oferecem somente contratos temporários - expressão bárbara dos tempos neoliberais que exploram os mais jovens e deixam a margem os que não são tão jovens assim.

Os “menos jovens” que fazem parte de um crescente grupo, hoje buscam quase que em desatino, um ‘bico’, ‘um emprego’, algo que traga dinheiro para subsistência deles e de suas famílias.

A inserção do jovem-aprendiz causa mais um problema para sociedade. Uma vez que ele tem preferência nos postos de emprego, visto que os contratos de trabalhos traduzem-se para empresa como menores encargos sociais. É mais fácil e menos dispendioso demitir, dispensar um contratado<sup>41</sup> que trabalha muito com o intuito de tornar-se efetivo, do que demitir um funcionário efetivado.

As relações de trabalho no capitalismo são balizadas pelo cinismo da burguesia, dirigente de um sistema excludente em que a concorrência candidato/vaga é desumana. Concomitantes a este movimento, existem ‘os não tão jovens’ capazes de se submeterem aos regimes mais repulsivos de trabalho para obter a sobrevivência.

O sistema burguês não permite ao trabalhador uma condição de trabalho digna compensadora, oferece-lhe um salário mínimo, um mínimo auxílio e explora ao máximo sua força de trabalho.

Na atual conjuntura, em que os movimentos reivindicatórios, em grande parcela estão silenciados, é cenário perfeito para a exploração exacerbada da mais valia por parte dos empresários.

A inexperiência juvenil que na busca do primeiro emprego (primeira senzala?), muitas vezes usam junto ao seu uniforme um crachá com as inscrições ‘EM TREINAMENTO’, não poderiam ter escolhido frase melhor, porquanto, os jovens estão sendo treinados para obedecer e se conformar com a divisão do trabalho. Uns nascem para comandar, outros para serem comandados, é o frase que costumam ouvir e achar normal. Ato corriqueiros como ir ao banheiro e beber água, às vezes é o único esparecimento de longas jornadas de trabalho.

---

<sup>41</sup> São denominados de contratados os trabalhadores que prestam serviço a uma empresa e que não é efetivo da mesma. Em outras palavras trabalhador precarizado.

O trabalho no sistema capitalista causa estranheza, dor e individualidade. E os empregadores ainda incentivam seus funcionários a competitividade, fazendo com que cada jovem trabalhador, veja no outro, não um aliado, um a amigo, mas alguém que pode a qualquer momento, tirar seu emprego.

Segundo RUMMERT,

Como vemos, no caso brasileiro, em que pesem declarações oficiais e textos legais, o direito pleno à educação ainda não se efetivou. Assim, ao discurso defensor do universalismo da educação básica opõem-se ações concretas que, quando muito, podem chegar a universalizar certificações de escolaridade que legitimam, no mais das vezes, simulacros de educação enraizados na lógica das ações compensatórias, destinadas ao alívio da pobreza e que exercem claras funções de controle social. (2006, p.5 em PRELO)

Neste âmbito, surge um novo problema. O que fazer com as pessoas que estão fora da faixa etária classificada como jovem e estão fora do mercado de trabalho? Qualificá-las? Sim,

Para compreender melhor o momento vivenciado pela parte considerada jovem da classe trabalhadora é necessário recorremos a RUMMERT, pois,

A centralidade da origem de classe na análise das questões relativas à juventude, possibilita a compreensão da essência das especificidades inscritas na totalidade social em que essa juventude, historicamente, se situa. Deixa-se, assim, de mascarar a origem de classe a partir de eufemismos como, “alvos preferenciais da escola do vício e do crime”, “pobres e desvalidos da sorte”, “reconhecidamente pobres” “em situação de risco social”, “humildes”, que naturalizam a situação de pobreza, para chegarmos ao cerne da questão. A educação de jovens e adultos, tal como aqui referida, destina-se à maioria da classe trabalhadora e é completamente distinta daquela destinada à classe dominante. (ibid ibid)

O excerto acima reafirma o continuísmo da dualidade educacional, o que não é nenhuma novidade, no entanto, é importante determo-nos na política para alívio da pobreza, que agora, mais fortemente, vem tomando conta dos discursos de políticos, de alguns educadores, sociólogos e da mídia.

Ser jovem não é sinônimo de empregabilidade. Ser jovem, por mais que essa adolescência se prolongue, não vai garantir um emprego, pelo contrário, tendo em vista, especialmente, as parcerias entre o Ministério do Trabalho e Emprego com as entidades que compõem o Sistema S<sup>42</sup>. Por conseguinte, o emprego informal, por meio dos cursos profissionalizantes - mormente os oferecidos pelo Sistema S – o qual apregoa da necessidade do jovem ser empreendedor, tem derrocado a formação do jovem trabalhador formal, no que sugere um aleijamento de seus direitos como tal, treinando o aluno\trabalhador na obtenção de seu próprio negócio, do ser empreendedor. Observamos tal acontecimento, claramente, na prática, através do Programa Jovem Empreendedor, uma das parcerias entre as Instituições

---

<sup>42</sup> Já falamos sobre o Sistema S no Capítulo 1.



supracitadas, que visam capacitar estudantes do ensino médio e fundamental, na faixa etária entre 16 a 24 anos, oriundos de famílias com renda per capita de até meio salário mínimo.

Resta-nos relevante complementar que o total de recursos investidos no Programa Jovem Empreendedor é de R\$ 100 milhões de reais, financiados pelo Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco do Amazonas e Banco do Nordeste, creditados pelo Conselho Deliberativo do Fundo do Amparo ao Trabalhador (CODEFAT - Resolução 339/03), pelo Fundo de Aval da Micro e Pequena Empresa (FAMPE) e

## 2. 3 As reformas educacionais empreendidas a partir do Governo Collor

*"O Brasil tem os burocratas mais religiosos do mundo. Nunca assinam um contrato, sem antes pedir um terço". Dito popular*

Nesta seção, abordamos as reformas educacionais ocorridas nos governo de Fernando Collor de Mello, Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso e finalmente Luiz Inácio Lula da Silva. Esta seção tem o fito de compreender o sucateamento crescente da educação e igualmente o movimento de participação da sociedade civil, em especial, dos empresários, na gestão da educação dos trabalhadores.

### Governo Fernando Collor de Mello

Em 16 de dezembro de 1989 Fernando Collor de Mello do Partido da Reconstrução Nacional (PRN), vencia as eleições disputadas com Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT)<sup>43</sup>. Inicia-se um período proeminente de transformações nos campos da política, da economia e da educação, caracterizando-se uma época de desmoronamento do Estado.

Os anos de 1990 são marcados, pela difusão de que os interesses individuais são mais importantes que os interesses coletivos. Buscando desvencilhar-se dos prejuízos causados pela crise econômica da década de 1980 — a crise da dívida externa — o então presidente da República Fernando Collor de Mello em consonância com o governo de Margareth Thatcher na Inglaterra (1979-1990) e com Ronald Reagan (1981-1989) nos Estados Unidos, inaugura, no Brasil, o neoliberalismo. Conforme SHIROMA et al (2004, p.54) *Collor fez irromper mudanças que redefiniram a inserção do país na economia mundial, com amargas conseqüências aos brasileiros.*

---

<sup>43</sup> Naquela década (como ainda hoje), o Partido dos Trabalhadores é visto (por uma parcela da população) como um partido de esquerda que lutaria pela melhoria da classe trabalhadora.

O processo de ajustamento da economia brasileira aos ditames da reestruturação da economia mundial, abriu as portas do mercado consumidor para os produtos manufaturados internacionais no mesmo momento em que as indústrias brasileiras ainda não estavam estruturadas para comercializarem seus próprios produtos o que resultou em um choque, uma vez que os produtos nacionais não conseguiriam competir com os produtos internacionais. Tal fato, para SHIROMA et al,

Disseminou-se a idéia de que para “sobreviver” à concorrência do mercado, para conseguir manter um emprego, para ser cidadão do século XXI, seria preciso dominar os códigos da modernidade. (2004,p.56)

Neste contexto, as novas formas de organização capitalista, em harmonia com o processo de reestruturação das forças produtivas e com a divisão internacional do trabalho, dão potência às relações estabelecidas nos aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais da sociedade brasileira.

O neoliberalismo do governo de Collor apresenta para a educação a necessidade de garantir cada vez mais, o aprofundamento dos padrões de competitividade. Deste modo, o Governo Collor ressalta a questão de qualidade da educação — mais uma vez apresentada como salvação — para possibilidade de melhoria da vida individual, repassando para o indivíduo a total responsabilidade pelo seu (in) sucesso.

Vale destacar que, apesar das discussões acerca da construção do projeto político pedagógico da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional no Governo Collor, esse processo é anterior, visto que as entidades organizadas da sociedade realizaram encontros e

discussões desde 1988 passando por quatro relatores<sup>44</sup> e sendo finalmente aprovada no Governo de Fernando Henrique Cardoso, em 1996.

Um dos principais temas de debate no Brasil tem sido a repercussão das políticas internacionais para a educação brasileira. No ano de 1990, a Conferência Mundial de Educação para Todos (ocorrida em Jomtien, na Tailândia) se constituiu como marco importante para redefinir e elaborar uma agenda educacional destinada aos países da América Latina e Caribe, ou melhor, aos chamados países em vias de desenvolvimento. Promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU), através de alguns de seus principais organismos - UNESCO, UNICEF e PNUD e pelo Banco Mundial - contou com a participação de mais de 150 países (JIMENEZ, MAIA 2003) cuja meta “viável” é a *Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem* (NEBAS), “entendendo que a educação pode contribuir para conquistar um mundo mais seguro, mais sadio, mais próspero e ambientalmente mais puro, que, ao mesmo tempo, favoreça o progresso social, econômico e cultural, a tolerância e a cooperação internacional” (SILVEIRA, 2006)

A Conferência de Jomtien foi um marco para a educação dos países com maiores índices de analfabetismo do mundo, principalmente para Bangladesh, Brasil, China, Egito, Índia, Indonésia, México, Nigéria e Paquistão, países que foram “convidados” a dar início às ações propostas na referida Conferência, sob coordenação da UNESCO, que durante o mesmo ano teve como compromisso realizar reuniões regionais e globais com o intento de avaliar os programas de educação para todos.

Conforme foi indicado, anteriormente, a Educação para Todos, deveria capacitar crianças, jovens e adultos para realização das *necessidades básicas de aprendizagem*,

---

<sup>44</sup> Os relatores foram: Octavio Elisio (PMDB); Jorge Hage (PSDB); Cid Sabóya (PMDB) E José Jorge (PFL). Para uma melhor compreensão ler A nova lei da educação: LDB, trajetórias, limites e perspectivas

conforme, TORRES (In SHIROMA et al, 2004) esse novo conceito de educação prepara para que o sujeito seja capaz de enfrentar suas necessidades básicas nas seguintes situações: 1) sobrevivência; 2) o desenvolvimento pleno de suas capacidades; 3) uma vida e um trabalho dignos; 4) uma participação plena no desenvolvimento; 5) a melhoria da qualidade de vida; 6) a tomada de decisões informadas e 7) Possibilidade de continuar aprendendo.

A controversa idéia de educação para todos, aqui em nosso país, corresponde ao ensino fundamental. Acerca disso, TORRES, resume as táticas acordadas na Conferência da seguinte maneira:

1. satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem de todos — crianças, jovens e adultos. Porém, sendo as necessidades diferentes, também deveriam ser conteúdos, meios e modalidades de ensino e aprendizagem;
2. dar prioridade às meninas e mulheres, eliminando toda forma de discriminação na educação;
3. dar atenção especial aos grupos desamparados e aos portadores de necessidades especiais;
4. concentrar a atenção mais na aprendizagem e menos em aspectos formais, como número de anos de escolarização ou de certificados, assegurando que crianças, jovens e adultos pudessem efetivamente aprender, bem como atualizar sistemas de resultados;
5. valorizar o ambiente para aprendizagem de crianças, jovens e adultos, responsabilizando cada sociedade pela garantia das condições materiais, físicas e emocionais essenciais para aprender, incluindo nutrição, atenção à saúde entre outros;
6. fortalecer o consenso entre os vários interesses reconhecendo a obrigação do Estado e das autoridades educacionais em proporcionar educação básica à população e a necessidade envolver a sociedade: organismos governamentais, setor privado, comunidades locais, grupos religiosos, famílias. Destaca-se urgente a necessidade de melhorar a situação docente;
7. ampliar o alcance e os meios da educação básica que começa no nascimento e se prolonga por toda a vida, envolvendo crianças, jovens e adultos, reconhecendo a validade dos saberes tradicionais e do patrimônio cultural de cada grupo social e que

realizam não apenas na escola, mas também por meio de modalidades não formais e informais.

Durante o evento e por quatro anos, renomados pensadores da educação formaram uma Comissão Internacional sobre a Educação para o Século XXI, sendo essa comissão coordenada pelo Francês Jacques Delors que elaborou o relatório *Educação: um tesouro a descobrir*, ficando também conhecido como o Relatório Delors. (DELORS e et al, 2001)

A sugestão indicada por Delors tornou-se conhecida como os quatro pilares da educação: aprender a conhecer; aprender a fazer; aprender a conviver e aprender a ser. JIMENEZ e MAIA denominaram esse modelo de CHAVE (C de conhecimento, H de habilidades, A de atitudes, V de valores, E de existencial), que segundo os autores,

(...) é a base das atuais reformas educacionais postas em vigor em muitos países, inclusive no Brasil, pois, em tese, apontaria para a superação dos complexos problemas educacionais contemporâneos por dois motivos principais: em primeiro lugar, por sintonizar-se com as importantes mudanças econômicas, políticas e sociais ocorridas no mundo; em segundo lugar, por integrar as quatro dimensões centrais do processo de aprendizagem humana, e, assim, superar os problemas postos pelos paradigmas que focavam o processo em uma, ou no máximo, em duas esferas diferentes (e mais grave, não conectadas) do saber.(2003, p.107)

É importante ressaltar que, apesar do curto governo de Fernando Collor de Mello, ele conseguiu implementar várias medidas de políticas neoliberais que não se restringiam somente ao campo educacional, mas que seriam, certamente, como nos prova a história, aprofundada por seus sucessores —Itamar Franco, após o Impeachment — e mais eficientemente com os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso.

Em 1991, em presença da gravidade da crise do Governo Collor no plano político, tenta-se no cenário educacional retornar um programa de alfabetização que tenha como alvo

a redução do analfabetismo. Mais tarde este, configura-se por meio do Projeto Minha Gente<sup>45</sup> e no Plano Nacional de Alfabetização e Cidadania. PNAC, lançado em setembro de 1990, que objetivava reduzir até setenta por cento (70%) o número de analfabetos no Brasil e universalizar o acesso ao ensino fundamental. Todavia, de maneira geral, esses projetos não saíram do plano das intenções.

### **Governo Itamar Franco**

Itamar Franco assume o governo federal em 1992, momento em que tenta reverter à imagem negativa deixada por Collor, inclusive no que tange a educação. Neste sentido, estabeleceram-se comissões com o objetivo de discutir uma política educacional para jovens e adultos.

O ano de 1993 marcou o governo de Itamar Franco que, no período, tinha como Ministro da Educação Murílio de Avellar Hingel, em razão do lançamento do Plano Decenal de Educação Para Todos.<sup>46</sup>

O referido Plano sinaliza a aceitação formal, pelo governo federal das teses e táticas que estavam sendo formuladas pelos organismos internacionais envolvidos e já citados anteriormente.

As idéias contidas no Plano Decenal, portanto, se originam a partir da ‘preocupação’ da comunidade internacional com a educação, visando, o novo panorama social advindo da chamada sociedade da informação. Nesse sentido, a educação fundamental tem sido considerada um “passaporte para a vida”, devendo desenvolver em todas as pessoas, um corpo

---

<sup>45</sup> O referido Projeto constituiu um programa de assistência social, com lançamento dos CIACs –Centros Integrados de Atendimento a Criança e ao Adolescentes.

<sup>46</sup> Documento elaborado em 1993 pelo Ministério da Educação (MEC) destinado a cumprir, no período de uma década (1993 a 2003), as resoluções da Conferência Mundial de Educação Para Todos, realizada em Jomtien, na Tailândia, em 1990, pela Unesco, Unicef, PNUD e Banco Mundial. Esse documento é considerado "um conjunto e diretrizes políticas voltado para a recuperação da escola fundamental no país".

de conhecimentos essenciais e um conjunto mínimo de competências cognitivas, para que possam viver e continuar aprendendo.

O referido Plano tem como objetivo mais amplo assegurar até o ano de 2003, a crianças, jovens e adultos, conteúdos ínfimos de aprendizagem que atendam as necessidades elementares da vida contemporânea.

O Plano anuncia os sete objetivos de desenvolvimento da educação básica.

1. satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem das crianças, jovens e adultos, provendo-lhes as competências fundamentais requeridas para a participação na vida econômica, social, política e cultural do país, especialmente as necessidades do mundo do trabalho;
2. universalizar, com equidade, as oportunidades de alcançar e manter níveis apropriados de aprendizagem e desenvolvimento;
3. ampliar os meios e o alcance da educação básica;
4. favorecer um ambiente adequado à aprendizagem;
5. fortalecer os espaços institucionais de acordos, parcerias e compromisso;
6. incrementar os recursos financeiros para manutenção e para investimentos na qualidade da educação básica, conferindo maior eficiência e equidade em sua distribuição e aplicação;
7. estabelecer canais mais amplos e qualificados de cooperação e intercâmbio educacional e cultural de caráter bilateral, multilateral e internacional".

É imperativo ressaltar, que durante o governo de Itamar Franco, as políticas educacionais visavam, também, reeditar os subsídios à rede particular de ensino através de bolsas de estudo e crédito educativo, enquanto isso, verbas era cortadas para o ensino público superior, ato que caracterizava mais uma momento de transferência de verba pública para iniciativa privada e, por conseguinte a diminuição de verbas ora destinadas à educação.



## **Governo Fernando Henrique Cardoso**

*Os brasileiros são caipiras desconhecem o outro lado e quando conhecem se encantam. FHC*

Conforme nos confirma a história, todo o projeto dos organismos internacionais para as reformas no sistema educacional brasileiro a ser implantado na década de 1990, concentrou-se nos dois governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998 e 1999-2002), sendo assim, a década de 1990 é marcada pela divulgação das reformas no Brasil, principalmente no primeiro mandato de FHC. Em 1998 a sua reeleição além de dar continuidade, ainda ativa esse processo. FHC por meios dos seus discursos enfatizava a necessidade de modernizar o país através de reformas nos diversos setores sociais, no entanto, essas reformas só diminuía os direitos sociais conquistados historicamente pela classe trabalhadora. Temos como exemplo, a mudança nas formas de aposentadoria a partir da Emenda Constitucional nº. 20/98, que estabeleceu a Reforma da Previdência e a flexibilização das leis trabalhistas.

Posto isso, é imperativo salientar que todas as ações desenvolvidas pelos governos brasileiros ao longo de toda década de 1990, consolidaram-se a partir do fortalecimento dos pactos com os organismos multilaterais de financiamento.

Em 1996, paralelamente à aprovação das Leis de Diretrizes e Bases da Educação, ocorria a aprovação da Emenda Constitucional nº. 14/96, modificando os artigos 34, 208, 211 e 212 da Constituição Federal, garantindo as reformas educacionais, sobretudo no se refere ao financiamento da educação.

Acerca da redação da EC 14/96, vale destacar:

Artigo 2º - é dada nova redação aos incisos I e II do artigo 208 da Constituição Federal: I – ensino fundamental obrigatório e

gratuito assegurado, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria. II progressiva universalização do ensino médio gratuito.

A EC 14/96 ressalta no artigo 5º, § 6º, que:

União aplicará na erradicação do analfabetismo e na manutenção e no desenvolvimento do ensino fundamental, inclusive na complementação a que se refere o § 3º, nunca menos que o equivalente a trinta por cento dos recursos a que se refere o caput do Art. 212 da Constituição Federal.

Por conseguinte, a EC 14/96 serve de base para a criação e aprovação da Lei 9424/96 que estabelece o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento de Ensino Fundamental e Valorização do Magistério - FUNDEF.

Percebemos que essas modificações servirão, por conseguinte, de base para criação e aprovação da Lei 9424/96, de 24 de dezembro de 1996 que estabelece o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério — FUNDEF.

O Fundef é formado por uma cesta de recursos, subvinculados por lei na esfera de cada Estado e do Distrito Federal. Os valores do Fundo para os Estados e seus municípios são determinados pela divisão dos recursos e pelo número de alunos matriculados nas redes estaduais e municipais no ensino fundamental, conforme o Censo Escolar. A princípio foi definido, em 1997, um custo-aluno anual no valor mínimo de R\$ 300, 00. Para o exercício de 2005, os valores mínimos anuais por aluno são da seguinte ordem: da primeira à quarta séries R\$:620, 56 para as escolas urbanas e R\$ 632,97 para as rurais; da quinta à oitava séries, R\$ 651,59 para as urbanas e R\$ 664,59 para as rurais. Para alunos da educação especial, R\$ 664,00.<sup>47</sup> (MENDES SEGUNDO 2005, p.14)

Além da supracitada lei, o referido Governo ainda cria os Parâmetros Curriculares Nacionais, o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), O Exame Nacional do

---

<sup>47</sup> Pela primeira vez, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério terá também valores diferenciados para os alunos de escolas urbanas e rurais. O anúncio foi feito em entrevista coletiva realizada pelo Ministério da Educação (MEC) no dia 2 de fevereiro de 2005. Disponível em: <http://www.cebrap-assessoria.com.br/noticias>. Acesso em: 21.3.2005.

Ensino Médio (ENEM) e no ensino superior o Exame Nacional de Cursos — o provão, além dos programas de várias capacitações para os professores.

### **Governo Luiz Inácio Lula da Silva**

*O que é importante ao analisar um líder político não é de onde ele vem, mas para onde está indo, não é sua corte passada, mas seus grupos de referência atuais e futuros.*

*Os observadores políticos estavam errados nas suas análises sobre Lula da Silva, pois focalizavam seu passado distante, os seus ex-camaradas de sindicato, não os seus aliados do presente, entre os banqueiros neoliberais, homens de negócios e governos imperialistas. James Petras (2005,p.73)*

A quarta tentativa de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2002, à Presidência da República, causou em grande parte dos brasileiros, principalmente da classe trabalhadora, uma enorme expectativa de dias melhores, visto que Lula era sinônimo de povo, de luta do povo contra as elites imperialistas. No entanto, para alguns, essa eleição, não traria - assim como não trouxe - nenhum benefício para a classe trabalhadora.

Conforme COGGIOLA,

Entre 1989 e 2002, o PT percorreu o caminho que o levou da aliança com a “sombra da burguesia” até a aliança com a própria burguesia, definido pela chapa presidencial e pelas alianças da campanha presidencial de 2002 e, sobretudo, pela composição do governo resultante da vitória eleitoral do Lula. (2004, p.12)

O extrato acima reafirma a tendência do PT, expressada por Lula que se afasta da classe trabalhadora e de suas lutas e realiza seu enlace com o mundo dos negócios, com os banqueiros e com líderes de partidos de direita que apóiam sem nenhum pudor a agenda neoliberal, cerceando os direitos trabalhistas.

É claro que a tão famosa “carta ao povo brasileiro”, mais conhecida como “carta aos banqueiros” já anunciava a sua negação à luta pelos direitos dos trabalhadores e a aceitação aos ideários neoliberais. Segue um fragmento da citada carta:

O caminho para superar a fragilidade das finanças públicas é aumentar e melhorar a qualidade das exportações e promover uma substituição competitiva de importações no curto prazo. Aqui ganha toda a sua dimensão de uma política dirigida a valorizar o agronegócio e a agricultura familiar. A reforma tributária, a política alfandegária, os investimentos em infra-estrutura e as fontes de financiamento públicas devem ser canalizadas com absoluta prioridade para gerar divisas. Nossa política externa deve ser reorientada para esse imenso desafio de promover nossos interesses comerciais e remover graves obstáculos impostos pelos países mais ricos às nações em desenvolvimento. Estamos conscientes da gravidade da crise econômica. Para resolvê-la, o PT está disposto a dialogar com todos os segmentos da sociedade e com o próprio governo, de modo a evitar que a crise se agrave e traga mais aflição ao povo brasileiro.

Luiz Inácio Lula da Silva (22/06/2002)

De acordo com os estudos de PETRAS (2005), o Governo Lula da Silva passou e continua passando por grandes modificações. O autor elenca quatro: a conversão do Partido dos Trabalhadores em um partido dos banqueiros e dos exportadores; a economia brasileira transforma-se numa economia mista nacional-pública a um Estado vassalo; a conversão do nosso país de um crítico do FMI e de suas formas retrógradas, em seu maior discípulo-escravo e a última transformação refere-se à crítica antes feita à violação dos direitos humanos e agora a união e cumplicidade as classes que violam os direitos humanos, mas, para o citado autor a grande transformação foi a mudança do *slogan* Lula ‘Fome Zero’ para ‘Lula Emprego Zero’, ‘Reforma Agrária Zero’, e ‘Fome Maior’.

A primeira grande mudança foi percebida logo por meio das pessoas escolhidas para compor os ministérios, as quais demonstravam uma grande afeição às idéias neoliberais.

Outro detalhe que percebemos foi à saída daqueles que ainda faziam resistência/oposição às decisões do presidente/vassalo que eram ditadas pelos organismos multilaterais. A senadora Heloisa Helena foi expulsa do Partido dos Trabalhadores por discordar das deliberações de Lula, principalmente quando ele indicou José Sarney para a presidência do senado.

No que se refere à educação, o Governo Lula com base nas grandes alterações das últimas décadas no que tange à economia, mediante a globalização dos mercados; a reestruturação produtiva concretizada no mundo do trabalho; a intensificação da ciência e da técnica como força produtiva e a revolução da informação e meios de comunicação demandam uma atenção densa e especial com a educação e qualificação de seus cidadãos e trabalhadores.

O plano de desenvolvimento brasileiro exige que todas as políticas públicas estejam comprometidas, no mínimo, com três grandes eixos: *inclusão social* de milhões de brasileiros no mundo do trabalho e na efetiva cidadania; *desenvolvimento das forças produtivas* nacionais e *diminuição das vulnerabilidades*, sejam econômicas, culturais, científicas ou tecnológicas. Tentando deste modo, garantir uma *profissionalização sustentável* esta é uma necessidade para o projeto de nação e de desenvolvimento que este Governo propõe

Nesta conjunção, um grande pacto pela valorização da educação profissional e tecnológica está sendo viabilizado através da articulação entre o Ministério da Educação (MEC/SETEC), Conselhos de Dirigentes e Sindicatos dos Setores Educacionais Públicos e privados e ONGs.

Na tentativa de melhor compreender as ações e os “parceiros” que firmam/formam o campo educacional, discorreremos, a seguir, a respeito das Políticas Educacionais para a

Juventude, no Governo Lula. Para tanto, escolhemos quatro programas que contam com a parceria não só do Ministério da Educação, mas também os Ministérios do Trabalho e Emprego; da Defesa, do Desenvolvimento Social e Combate à fome. Nosso intuito não é puramente abordar cada programa e discorrer sobre eles, mas, principalmente, encontrar entre os quatros programas, que já assinalamos no decorrer deste estudo, a essência que cada um esconde por trás desse fenômeno chamado Política Nacional para a Juventude.

### **Capítulo III**

#### **As políticas Nacionais para a Juventude no Governo Lula da Silva**

No decorrer deste último capítulo, versamos sobre a Política Educacional Para a Juventude, traduzida em um conjunto de programas efetivados pelo Governo Lula. Como já vimos anunciando, elegemos, para nossa análise, quatro programas centrais. O primeiro destes, ou seja, o Programa Nacional de Primeiro Emprego é originário do Ministério do Trabalho e Emprego, enquanto os demais programas, Escola de Fábrica, ProEJA e Projovem fazem parte do Ministério da Educação, todavia, contando com a efetiva participação dos Ministérios da Defesa, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e do Trabalho e Emprego.

É importante assinalar, de saída, que a política educacional do Governo Lula entende que a educação profissional e tecnológica deve estreitar, cada vez mais, o vínculo com aquele espaço que seus representantes denominam de “*contexto maior da educação*” sistematizando, nesse sentido as interações entre trabalho, emprego, escola e profissão.

São diversos os projetos para educação da juventude no Governo Lula, destarte, optamos por trabalhar com os supra citados programas por três motivos: em primeiro lugar, por atuarem estes em níveis de Ensino Fundamental e Médio e na modalidade de Educação Profissionalizante; em segundo, por consentirem a incursão dos empresários na área educacional; e terceiro, por que as análises preliminares indicam que tais programas constituem apenas uma forma de paliativo que visa jogar uma cortina de fumaça nos problemas gerados ao longo da história e que buscam apenas reorganizar o capital em crise, criando “remédios” imediatos para as necessidades desse sistema, como aliás a análise mais acurada confirmou.



### 3.1 Escola de Fábrica

*Para nós, da Fundação Ioschpe, o Projeto Escola de Fábrica significa a realização da principal função do terceiro setor: gerar modelos exitosos de transformação social que subsidiem políticas públicas(...)a iniciativa do MEC contribui, de forma significativa, para a solução das demandas da educação profissional reconhecendo a empresa como um espaço valioso de ensino e aprendizagem. Evelyn Ioschpe<sup>48</sup>*

O Projeto Escola de Fábrica<sup>49</sup> criado em outubro de 2004, através do Ministério da Educação e da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, toma por objetivos:

- Ampliar os espaços educativos de formação profissional incorporando os locais de produção como espaços de aprendizagem;
- Oferecer formação profissional a jovens de 15 a 24 anos<sup>50</sup> para o exercício da cidadania e preparação para o trabalho.
- Estimular o ingresso e a permanência destes jovens na Educação Básica,
- Favorecer o ingresso destes jovens no mundo de trabalho;
- Envolver o setor produtivo na formação dos jovens, aliando responsabilidade social às suas necessidades de trabalhadores qualificados.

Dentre os objetivos citados dois merecem ser aqui mais particularmente destacados, por aludirem diretamente ao vínculo entre educação e o setor produtivo. São eles:

- (a) Favorecer o ingresso desses jovens no mundo do trabalho;
- (b) Envolver o setor produtivo na formação dos jovens, aliando responsabilidade social às

---

<sup>48</sup> Diretora-presidente da Fundação Ioschpe, entidade que desenvolve programas nas áreas de Educação, Cultura e Bem-Estar Social realizando parcerias com entidades públicas e privadas.

<sup>49</sup> Esta exposição baseia-se nas informações contidas em, BRASIL. Ministério da Educação. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/setec>>. Acesso 22/12/2005

<sup>50</sup> Inicialmente o governo considerava jovens as faixas etárias entre 15 e 21 anos, depois alterou colocando como idade máxima de seus programas de políticas educacionais jovens com idade de 24 anos. Na Europa a idade que determina um jovem já aumentou para 30 anos. Aqui, nos programas de agropecuária está juventude se prolonga até 32 anos.

suas necessidade de trabalhadores qualificados.

Como se pode perceber, o governo está aqui sugerindo o aprofundamento da direta inserção dos empresários na área educacional, desde que suas empresas se mostrem “socialmente responsáveis”, atributo este que deverá aliar-se à necessidade de trabalhadores qualificados. Os jovens envolvidos, por sua vez, deverão, certamente, escolher os cursos que favoreçam a empresa, respondendo às necessidades desta em termos de qualificação de mão de obra. Em outras palavras, o Programa em foco atrela de forma imediata e cabal a formação dos jovens às necessidades empresarias.

O Programa em questão, que tem como meta implantar, em seu primeiro ano, ou seja, em 2005, quinhentas Unidades Formadoras<sup>51</sup>, traz como proposta a formação profissional, para dez mil jovens por ano, com cursos de, no mínimo seiscentas horas, oferecidos pelas Unidades Gestoras<sup>52</sup>. O referido Programa objetiva inserir os jovens com renda familiar “per capita” de até um salário mínimo e meio, com faixa etária entre 15 e 24 anos<sup>53</sup>, ao mercado de trabalho, possibilitando assim a “*inclusão social e o exercício da cidadania*”<sup>54</sup>, desde que, esses jovens estejam matriculados no Ensino Fundamental, Médio ou EJA (Educação de Jovens e Adultos) ou, ainda, que seja proveniente do Programa Brasil Alfabetizado.

A Política Educacional descreve como pressupostos da Educação Profissional e Tecnológica:

- Articulação com a educação básica - assumida como direito social, básico e universal;

---

<sup>51</sup> Empresas nos setores de comércio, indústria e serviços, ONGs, governos municipais, estaduais, Centro de Ensino Superior, Universidades, instituições, associações de moradores, fundações, sindicatos e até igrejas.

<sup>52</sup> Qualquer instituição sem fins lucrativos que tenha a experiência mínima de um ano em projetos sociais ou educacionais, em abril de 2006 foi firmado convênio com o Sistema S.

<sup>53</sup> Discorremos acerca da mudança no que tange a faixa-etária prolongando a juventude para atender uma camada da população que conforme índices já citados no capítulo II apresentam maior desemprego.

<sup>54</sup> Conceito de cidadania aqui grifado não se refere à emancipação humana. Sobre isso ver: Cidadania ou Emancipação Humana- Ivo Tonet (UFAL)- Disponível em [www.geocities.com/ivotonet](http://www.geocities.com/ivotonet) 10/12/2005

- A integração ao mundo do trabalho – inserida no contexto do trabalho e pleno de interfaces com o mundo produtivo e a própria sociedade;
- A interação com outras políticas públicas – articulada as políticas de desenvolvimento econômicos locais, regionais e nacionais;
- As políticas de geração de emprego, trabalho e renda, juntamente com aquelas que tratam da formação e da inserção econômica e social da juventude.

O investimento no ano de 2005 foi de R\$: 25 milhões e para esse ano de 2006, serão oferecidos R\$: 54 milhões, totalizando o montante de R\$: 94 milhões. Em face da diversidade regional, 30% (trinta por cento) do total dos recursos deverão ser aplicados nas regiões Norte e Nordeste.

O orçamento está assim distribuído:

**Quadro 2:**  
**Previsão orçamentária do Programa Escola de Fábrica**

Desembolso inicial	30% Para formalização de convênios com empresas.
Desembolso II	40% para elaboração do projeto pedagógico, seleção e qualificação dos formadores e instalação da unidade formadora.
Desembolso III	30% para monitoramento pedagógico, avaliação e certificação.

Tabela elaborada pela autora (dados já citados em nota de rodapé 49)

Cada curso poderá ser ofertado em uma das vinte áreas profissionais reconhecidas pelo Conselho Nacional de Educação <sup>55</sup> e deverá ter duração mínima de seis meses e máxima de doze meses.

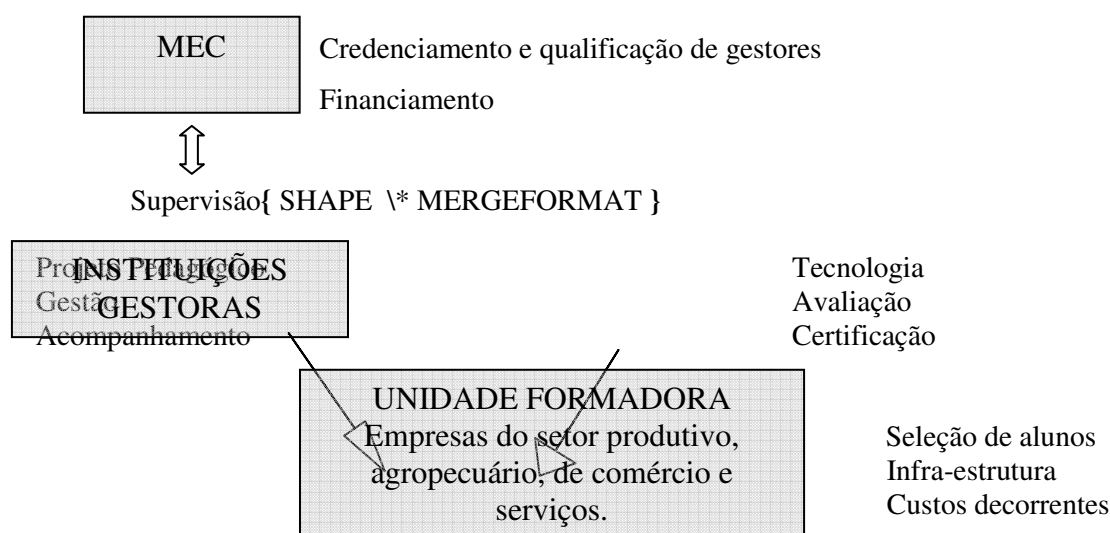
<sup>55</sup> Agropecuária, Artes, Comércio, Comunicação, Construção Civil, Design, Geometria, Gestão, Imagem Pessoal, Indústria, Informática, Lazer e Desenvolvimento Social, Meio Ambiente, Mineração, Química, Recursos Pesqueiros, Saúde, Telecomunicações, Transporte, Turismo e Hospitalidade.

A empresa interessada em articular-se ao Programa pode ser de qualquer porte, ou seja, grande, média ou pequena, desde que reúna condições de fornecer o espaço físico, o mobiliário e o material escolar, além de alimentação, seguro de vida e transporte para os alunos.

Ao MEC cabe a aprovação dos cursos, orientação e supervisão do Projeto Pedagógico construído pelas Unidades Gestoras e Formadoras. Além disso, deve repassar para as Unidades Gestoras trinta mil reais por curso aprovado, oferecendo ao jovem formando, uma bolsa-auxílio<sup>56</sup> no valor de R\$ 150 reais mensais durante todo curso.

Para uma melhor compreensão do papel de cada órgão envolvido na operacionalização do Programa, vale conferir o diagrama abaixo.

**Diagrama 1:**  
**Organograma do Programa Escola de Fábrica**



Fonte: Brasil (2005), Ministério da Educação, Programa Escola de Fábrica.

As Unidades Gestoras têm como atribuições sondar as empresas, capacitar os instrutores, monitores e professores, diagnosticar as áreas de carência de formação

<sup>56</sup> A Bolsa Auxílio é o incentivo oferecido às empresas nos dois primeiros anos de implantação do Projeto

profissional frente às necessidades produtivas, avaliar, certificar e auxiliar na construção do Projeto Pedagógico.

As Unidades Formadoras, ou seja, às empresas, cabe como já relatamos anteriormente, os custos com mobiliário, espaço físico e seleção dos alunos e oferecer bolsa auxílio de meio salário a partir do terceiro ano de existência do Programa em sua empresa, valendo assinalar que, nos três primeiros anos tais bolsas serão custeadas pelo Governo Federal.

O Programa estabelece ainda que os candidato passarão ainda por uma seleção que adotará os seguintes critérios: redação de próprio punho discorrendo sobre as suas expectativas em relação ao curso desejado; e entrevista para diagnóstico de aptidão ao curso desejado. Serão levados também em conta; os princípios referentes às denominadas ações afirmativas, as quais permitem levar em conta a questão de gênero, além de privilegiar portadores de deficiências, ou representantes de minoria étnicas. Excepcionalmente, em caso de demanda acentuada, os candidatos podem ser chamados a realizar uma prova de conhecimento, devidamente autorizada pelo MEC, Caso ocorra empate, o critérios será a renda e/ou o referido princípio relativo às chamadas ações afirmativas.

Consta finalmente nos documentos examinados deste Programa que *é apenas mais uma opção de Iniciação de Formação Profissional com Responsabilidade Social, que será destinado a uma clientela específica, que será atendida no local onde se encontra, não sendo, portanto, substituto ou alternativa à Lei de Aprendiz “Art.429 2 430 da lei Nº. 10.097/2000, que prevê contratação dos jovens pelas empresas.* <sup>57</sup>(grifos do MEC)

Encerramos aqui nossa apresentação acerca no Programa Escola de Fábrica, enfatizando que o mesmo, em nossa avaliação, serve somente às frações de burguesia empresarial do Governo Lula, além de cumprir de maneira irretocável, seu papel mistificador. Através da

---

<sup>57</sup> Ministério da Educação, Programa Escola de Fábrica, seção: viabilidade, p. 11.

aplicação deste Programa (e de outros Programas desta mesma natureza, de um modo geral), o Governo Lula favorece ao mercado, ao mesmo tempo em que exhibe interesse pela educação de jovens, o que pode lhe render ganhos políticos.

Tal educação, contudo, reúne as mais severas facetas de uma formação profundamente comprometida com o aligeiramento do conhecimento e o imediatismo, revelando-se, portanto, anti-teórica, anti-científica, em uma palavra, anti-formativa. E o que nos parece particularmente grave: é que esta (anti)formação ofertada, mesmo ocorrendo dentro das fábricas, não garante sequer a possibilidade de um emprego.

### **3.2 Programa Nacional de Estimulo ao Primeiro Emprego - PNPE<sup>58</sup>**

---

<sup>58</sup>Esta exposição baseia-se nas informações contidas em Brasil, disponível em: { HYPERLINK "http://www.mte.gov.br/FuturoTrabalhor/primeiroemprego" }. 15/01/2006

*O Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (PNPE) é um compromisso do Governo Federal com a sociedade brasileira para o combate à pobreza e à exclusão social, integrando as políticas públicas de emprego e renda a uma política de investimentos públicos e privados geradora de mais e melhores empregos. O objetivo do PNPE é contribuir para a geração de oportunidades de trabalho decente para a juventude brasileira, mobilizando o governo e a sociedade para a construção conjunta de uma Política Nacional de Trabalho Decente para a Juventude. MTE*

O desemprego juvenil, tornou-se uma das principais preocupações, segundo discurso do atual Governo, mormente aos jovens que se situam na faixa etária de 16 a 24 anos, o que representa praticamente o dobro da grande parcela de desempregados deste país. Os homens e mulheres jovens desempregados somam cerca de 3,5 milhões, ou 45% do total de 7,7 milhões de desempregados em todo país<sup>59</sup>.

Segundo os dados da Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO -

Uma significativa parcela dos jovens brasileiros vive em situação de vulnerabilidade e, conseqüentemente, sob o risco de exclusão. De acordo com o relatório de Desenvolvimento Juvenil, 6,7 milhões de jovens não trabalham, nem estudam. Eles representam 20,3% da população entre 15 e 24 anos. (UNESCO-2004)

O Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (PNPE) foi constituído em outubro de 2003. Para tanto, foi preciso fazer alterações na Lei Nº. **9.608, de 18 de fevereiro 1998**, a referida Lei dispõe sobre o trabalho voluntário<sup>60</sup>.

---

<sup>59</sup> Dados retirados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio PNAD/ IBGE 2003 A Pesquisa nacional por Amostras de Domicílios- PNAD/IBGE de 2003, enquanto a taxa de desemprego da população total variou de 9% (nove por cento) o desemprego juvenil chegou a 18%, para jovens entre 16 e 24 anos. Resultados similares são encontrados na Pesquisa Mensal de Emprego (IBGE) e também na Pesquisa de Empregos e Desempregos (DIEESE)/SEAD), ambas realizadas em regiões metropolitanas.

<sup>60</sup> Art. 1º Considera-se serviço voluntário, para fins desta Lei, a atividade não remunerada, prestada por pessoa física a entidade pública de qualquer natureza, ou a instituição privada de fins não lucrativos, que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social, inclusive mutualidade.

O Presidente Lula institui a Lei nº 10.748, que, além de criar o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para os Jovens - PNPE, introduziu o art. 3º - a já citada Lei nº 9.608/98<sup>61</sup>. A inovação da lei 10.748 é que agora se abre a possibilidade para o trabalhador voluntário de receber uma remuneração que a lei denominou de "auxílio financeiro".

Por este dispositivo legal, que era realmente voluntário, havendo apenas a previsão de que o trabalhador-voluntário fosse ressarcido, caso comprovasse eventuais gastos com os desempenhos de suas atividades, pode-se, agora, receber, legalmente, uma remuneração por parte da empresa para qual o trabalhador presta serviço.

Posteriormente, veio a aprovação da Lei 10.940/2004 que promoveu modificações no que tange o aumento do valor de incentivo pago às empresas participantes do mencionado PNPE. A mesma lei também criou o Sistema de Informações (SIGO) que permite adesão ao Programa.

O auxílio financeiro fixado pela nova lei não tem caráter de ressarcimento devendo, no entanto, ter como base um salário mínimo ou, no caso de uma atividade mais lucrativa, o acordo deverá ser firmado entre o aprendiz e o empregador.

O referido auxílio financeiro poderá ser pago por órgão, entidade pública ou entidade privada sem fins lucrativos através do repasse de recursos da União, estipulados mediante convênio<sup>62</sup>. Em relação às entidades privadas sem fins lucrativos, cumpre ressaltar que, para ofertar auxílio financeiro aos seus voluntários, devem estar previamente cadastradas no Ministério do Trabalho e Emprego podendo fazê-lo com recursos próprios, se tiverem condições econômicas para tanto.

---

<sup>61</sup> Art. 3º- Fica a União autorizada a conceder auxílio financeiro ao prestador de serviço voluntário com idade de dezesseis a vinte e quatro anos integrante de família com renda mensal *per capita* de até meio salário mínimo

<sup>62</sup> O contrato da Empresa, entidade ou instituição com a União é selado por um ano, sendo que nos primeiros seis meses, essas empresas, recebem do Governo 150 reais para cada contratado.



Os recursos advindos do Fundo de Amparo Ao Trabalhador (FAT) e do ‘Sistema S’, já mencionado no capítulo II, são direcionados para que o jovem tenha qualificação social e profissional.

A lei ainda sinaliza que o custeio do auxílio financeiro através de recursos da União seja destinado, preferencialmente:

- a) aos jovens egressos de unidades prisionais ou que estejam cumprindo medidas sócio-educativas;
- b) a grupos específicos de jovens trabalhadores submetidos a maiores taxas de desemprego.
- c) ter idade entre dezesseis a vinte e quatro anos;

Para ser beneficiário do Programa Nacional do Estimulo ao Primeiro Emprego –PNPE- é exigido que o jovem esteja matriculado e freqüentando regularmente estabelecimento de ensino fundamental ou médio, ou cursos de Educação de Jovens e Adultos, nos termos dos Arts. 37 e 38 da Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, ou que tenha concluído o ensino médio.

É imperativo ressaltar quanto ao Programa em foco, as parcerias firmadas com o Ministério do Trabalho e Emprego com diferentes ministérios. A parceria com o Ministério da Defesa efetiva-se por via do Projeto Soldado Cidadão, o qual capacita trinta mil soldados por anos. Para que esses jovens possam ter uma profissão ao sair das Forças Armadas. A parceria com o Ministério da Cultura se dá nos chamados Pontos de Cultura; com o Ministério da Educação, por meio da Escola Aberta. Através, por fim, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, consórcios rurais participam na integração das ações do Governo Federal com a juventude.

Ao lado das referidas parcerias, foi firmado com grandes entidades empresarias um convênio que assegura um número aproximado de cinquenta mil vagas em dois anos para o público do PNPE, tanto na linha de subsídio econômico como na de responsabilidade social

Empresas de quaisquer setores econômicos, bem como entidades sem fins lucrativos, ou profissionais liberais e autônomos podem aderir a este Programa, desde que tenham certidão negativa das contribuições para União (INSS, FGTS e Receita Federal).

A empresa poderá gerar até 30%( trinta por cento) dos empregos baseado no seu quadro de funcionários, salvo os casos especiais<sup>63</sup>. Há um prazo de, no mínimo 12 meses para cada contratação. O Governo ainda repassará para cada jovem, durante seis meses, um salário mínimo. As empresas interessadas poderão ingressar no Programa através do Sistema de Informação (SIGO); Sistema Nacional de Empregos (SINE); das Delegacias Regionais do Trabalho (DRTs) ou do Consórcio Social da Juventude<sup>64</sup>.

Acerca da concepção de aprendizagem no PNPE, encontramos em seus documentos que esta se desenvolve a partir de duas linhas: a da qualificação social e profissional, é composta pelos Projetos: Consórcio Sociais da Juventude, Empreendedorismo Juvenil, e Juventude Cidadã, os quais têm como objetivo primeiramente qualificar para depois inserir no mercado de trabalho. A segunda linha de ação alcunhada de inserção imediata ao mercado de trabalho, reúne as ações de captação de vagas no mercado formal, com contratações subsidiadas pelo governo ou não, e as ações alternativas de geração de renda, como empreendedorismo,

---

<sup>63</sup> Portadores de deficiência, de altas habilidades e egressos do FEBEM e do Sistema Penal, (jovens com maiores dificuldade de inserção no mercado de trabalho).

<sup>64</sup> São organizações da sociedade civil compostas de no mínimo dez entidades, que servem de âncoras do Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (PNPE), nos locais que o Estado tradicionalmente não chega. Os Consórcios Sociais constituem instrumento para a consolidação da parceria governo-sociedade e como porta de entrada complementar do Programa. Os Consórcios Sociais da Juventude, que foram implantados inicialmente como projetos-piloto em cinco estados e no Distrito Federal, estão sendo estendidos a todas as capitais do país e às principais regiões metropolitanas, para beneficiar mais 50 mil alunos.

cooperativismo e associativismo, ou ainda, os contratos especiais de trabalho nas linhas da aprendizagem e estágio.

A aprendizagem no PNPE é composta por um módulo básico que compreende os conteúdos de: direito humanos, cidadania, temas transversais, apoio e estímulo à elevação de escolaridade e inserção digital somando-se a este pacote de “conhecimentos” a teoria e a prática específicas da função desempenhada. Para coroar, a instituição responsável pela certificação, ao final do estágio como aprendiz, outorga um certificado de qualificação para determinada posto.

O público alvo deve preencher os seguintes requisitos:

- ter idade entre quatorze e vinte e quatro anos incompletos;  
  
estar matriculado e freqüentando a escola, caso não haja concluído o ensino fundamental;
- apresentar desenvolvimento físico, moral e psicológico compatível com a formação técnico-profissional metódica objeto do contrato de aprendizagem; e
- estar inscrito em curso ou programa de aprendizagem desenvolvidos por instituições de aprendizagem.

É importante ressaltar que a idade máxima de 24 anos não é restritiva para portadores de deficiências

Quanto à garantia de emprego é firmada junto à empresa por ocasião do ingresso da mesma no PNPE. 5% (cinco por cento) dos aprendizes assinam a carteira de trabalho, sim senhor. Os demais poderão ser mantidos por meio de contrato de trabalho, independente de assinatura na carteira.

No que tange ao tempo do trabalhador na condição de aprendiz na empresa, a contratação mínima é de seis meses e máximas de dois anos, podendo ocorrer rescisão de contrato se o aluno-aprendiz não cumprir com as normas estabelecidas a seguir:

- desempenho insuficiente ou inadaptação do aprendiz;
- falta disciplinar grave;
- ausência injustificada à escola que implique perda do ano letivo; ou
- a pedido do aprendiz

Aos jovens acima de 18 anos e que já conseguiram concluir o ensino fundamental, é autorizado o direito de trabalho noturno, com a variação entre seis e oito horas de trabalho.

É dessa forma e nessas condições que os jovens, na busca pelo primeiro emprego, entregam todo seu vigor, toda sua força de trabalho com o objetivo de sobreviver e ainda, por certo, ajudar no orçamento familiar e, por final, sair da estatística que o enquadrava como “excluído”.

### **3.3 Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Jovens e Adultos- ProEJA<sup>65</sup>**

---

<sup>65</sup> Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Jovens e Adultos- ProEJA- Disponível em: { HYPERLINK "http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/\_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5478" } acesso 10/12/2006

*“Com o PROEJA busca-se resgatar e reinserir no sistema escolar brasileiro milhões de jovens e adultos possibilitando-lhes acesso a educação e a formação profissional na perspectiva de uma formação integral.*

*O Proeja é mais que um projeto educacional. Ele, certamente, será um poderoso instrumento de resgate da cidadania de toda uma imensa parcela de brasileiros expulsos do sistema escolar por problemas encontrados dentro e fora da escola. Temos todas as condições para responder positivamente a este desafio e pretendemos fazê-lo.*

*Eliezer Pacheco<sup>66</sup>*

Com as mudanças ocorridas por meio da crise estrutural do capital gerando desemprego estrutural em grande escala, buscaram-se formas de conter esse desemprego e de reaver o lucro. Iniciou-se então, um debate acerca da Educação Profissional culminando no decreto 2208/97<sup>67</sup> que foi revogado a partir da promulgação de um novo decreto 5151/04<sup>68</sup>.

Iniciou-se então, um debate acerca da Educação Profissional culminando no decreto 2208/97<sup>69</sup> que foi revogado a partir da promulgação de um novo decreto 5151/04<sup>70</sup>.

O ProEJA instituído através do { **HYPERLINK** "[http://legislacao.planalto.gov.br/legislacao.nsf/Viw\\_Identificacao/DEC%205.840-2006?OpenDocument](http://legislacao.planalto.gov.br/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/DEC%205.840-2006?OpenDocument)" } expõe a decisão do governo para atender à demanda de jovens e adultos pela oferta de educação profissional técnica de nível médio, da qual, em geral, são excluídos, bem como, em muitas situações, do próprio ensino médio.

---

<sup>66</sup> Secretário de Educação Profissional e Tecnológica

<sup>67</sup> Este decreto especifica que a educação profissional compreende três níveis: básico, técnico e tecnológico, sendo que nos três níveis a educação formal está separada da educação profissionalizante.

<sup>68</sup> Para uma análise mais detalhada sobre esse decreto ler o artigo de Jose Rodrigues: Ainda a educação politécnica: o novo decreto da educação profissional e a permanência da dualidade estrutural. Revista Trabalho, Educação e Saúde.

<sup>69</sup> Este decreto especifica que a educação profissional compreende três níveis: básico, técnico e tecnológico, sendo que nos três níveis a educação formal está separada da educação profissionalizante.

<sup>70</sup> Para uma análise mais detalhada sobre esse decreto ler o artigo de Jose Rodrigues: Ainda a educação politécnica: o novo decreto da educação profissional e a permanência da dualidade estrutural. Revista Trabalho, Educação e Saúde.

O ProEja foi criado pelo Governo Federal sob o argumento de somar a formação humana à formação técnica conjecturando várias alternativas de articulação entre o Ensino Médio e o Ensino Técnico de nível médio.

Em outras palavras, o “novo modelo” é flexível a todas as escolas e estudantes do Brasil. Assim, cada escola decidirá se quer unir ou manter em separado o ensino médio e o ensino técnico de nível médio, ou melhor, dizendo educação integrada ou geral e profissionalizante de forma concomitante.

O ProEJA se destina a jovens com idade variando de 18 a 24 anos, visto que, segundo os indicadores da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD / IBGE), em 2002, o Brasil teria 23.098.462 de jovens com idade entre 18 e 24 anos. A posição de trabalho desses jovens no mercado formal é preocupante. De acordo com o Registro Anual de Informações Sociais (RAIS/MTE, 2002), apenas 5.388.869 — aproximadamente 23,3% dos jovens da idade acima citada — possuíam trabalho formal.

Acerca da escolaridade, PNAD/IBGE 2003 indicam que, neste mesmo ano (2003) 23 milhões de pessoas possuíam 11 anos de estudo, ou seja, haviam concluído o ensino médio. Esse contingente representava apenas 13% do total da população do país. Por conseguinte, pode-se deduzir o baixo nível de escolaridade dos brasileiros que enfrentam o mundo do trabalho. A tabela abaixo retrata o fenômeno.

**Tabela 1:**

**População e anos de estudo: 2003**

Anos de estudos	Total da população
<b>Total</b>	<b>173.966.052</b>
0	41.461.092
1	7.089.749
2	9.137.740
3	10.889.367
4	19.129.760
5	11.583.950
6	7.546.165
7	7.757.360
8	13.280.759
9	4.907.149
10	4.845.985
<b>11</b>	<b>22.932.919</b>
12	2.041.844
13	1.587.909
14	1.466.865
15 ou mais	7.515.178
Não Informado	792.261

Fonte: IBGE/PNAD – 2003

Vale observar que a referida pesquisa não esclarece se os anos de repetência foram computados nesta análise, muito menos as condições gerais de ensino/escola às quais os alunos são submetidos.

A mesma pesquisa presta grande ênfase, por outro lado, a questão da vulnerabilidade, deixando perceber no decorrer da leitura do documento-base, que são indicados com vulneráveis jovens, pobres, negros e integrantes do sistema penitenciário. A tabela abaixo indica a relação entre os anos de escolaridade e as particularidades de cor ou raça da população.





Como observamos na leitura do documento-base do PROEJA, todas as pesquisas realizadas mostravam que só um caminho seria possível: unir a educação formal com a técnica, visto que, as tentativas de formar os jovens e adultos pela EJA ou apenas por cursos profissionalizantes, não estavam conseguindo jogar no mercado de trabalho, a mão-de-obra necessária e isso estava prejudicando o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento do ser social.

Propõe-se o Programa a superar tal dicotomia, para tanto, chegando a mencionar -se Marx, no tratamento da relação entre educação e politecnia. Entretanto, ao contrário de uma visão onto-histórica do marxismo, a concepção de homem privilegia a política e não o trabalho como elemento central na construção do homem. Por esse prisma o homem é definido primordialmente como sujeito político e não como ser social. Tais considerações são, ainda mais, balizadas pelo horizonte da cidadania, descurando o horizonte mais amplo e radicalmente distinto do socialismo. O excerto abaixo retirado do citado documento ilustra a análise que aqui expressamos sinteticamente.

Nesta sociedade, o homem deve ser concebido como um ser integral, “o qual, no confronto com outros sujeitos, afirma a sua identidade social e política e reconhece a identidade de seus semelhantes, ambas construídas nos processos de desenvolvimento da individualização e da intersubjetividade” (CEFET-RN, 1999, p. 47). Essa concepção de homem resulta em pensar um “eu” socialmente competente, um sujeito político, um cidadão capaz de atuar sobre a realidade e, dessa forma, ter participação ativa na história da sociedade da qual faz parte e na construção de sua própria história (idem, p.17)

Pretende ainda inspirar-se na figura emblemática de Paulo Freire, fazendo referência à importância da instrumentalização do aluno para “leitura do mundo”, por exemplo.

Não obstante, ainda que tente assegurar que esta nova modalidade de ensino forme integralmente, evitando restringir a educação à busca de um espaço no mercado de trabalho, entra em contradição quando assume que,

Os sujeitos alunos deste processo não terão garantia de emprego ou melhoria material de vida, mas abrirão possibilidades de alcançar esses objetivos, além de se enriquecerem com outras referências culturais, sociais, históricas, laborais, ou seja, terão a possibilidade de ler o mundo, no sentido freireano, estando no mundo e o compreendendo de forma diferente da anterior ao processo formativo (Idem,p.29)

Os princípios norteadores do ProEja, mormente através do sexto e último desses princípios, deixam antever, outrossim, o afastamento da perspectiva de classe social, em nome da pulverização de identidade não classistas, próprias de uma visão pós-modernista da sociedade de educação. No contexto desses princípios, ainda mais, é oportuno indagar-se até que ponto a menção relativa ao trabalho como princípio educativo, derivaria de uma visão ontológica das relações trabalho-educação na constituição do ser social, ou, ao contrário, figuraria aqui, não mais do que como uma figura de retórica. Citemos então os seis princípios norteadores do EJA:

- Inclusão da população em suas ofertas educacionais;
- Inserção orgânica da modalidade EJA integrada à educação profissional aos sistemas educacionais públicos;
- Ampliação do direito a educação básica pela universalização do ensino médio;
- Trabalho com princípio educativo;
- Pesquisa como fundamento da formação;
- Condições geracionais, de gêneros, de relações ético-raciais como fundamentos da formação humana e dos modos como se produzem as identidades sociais.

Embasado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), o ProEJA define no mesmo horizonte da cidadania, as finalidades de ensino médio. Estas, como se pode perceber na listagem abaixo, não fogem de um direcionamento adaptativo às novas condições do mercado de trabalho, o qual exige, em nome de seus interesses, o indivíduo flexível e disposto a submeter-se a contento no jogo cruel do trabalho precarizado. No mais, apelam aos valores idealistas da ética e da relação teoria-prática, realizações que, a rigor, só se consolidariam plenamente, em uma ordem social para além do sistema do capital, que, em última análise divorcia teoria e prática e aprisiona a ética nos limites do discurso. Abaixo, discriminamos o conjunto de finalidades do ensino médio endossados pelo ProEJA.

I – a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;

II – a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;

III – o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;

IV – a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática. [...] (BRASIL, 1996, Art. 35).

Ainda se valendo da LDBEN esclarece que:

A educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva. (BRASIL, 1996, Art. 39)

O governo federal reservará vagas para a Educação de Jovens e Adultos em cursos de ensino médio integrado ao ensino profissional na rede federal de ensino técnico. Os cursos serão oferecidos em todo o país pelas 144 escolas de educação profissional do Ministério da

Educação: 34 Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets), 43 unidades descentralizadas, 36 Escolas Agrotécnicas Federais (EAF), 30 escolas técnicas vinculadas às Universidades Federais e a Escola Técnica Federal de Palmas (TO). Pelo decreto (5478/2005), na oferta de cursos, as instituições da rede devem observar as demandas de mão-de-obra local e regional, contribuindo para o fortalecimento das estratégias de desenvolvimento socioeconômico, mostrando aqui, seu caráter de efetivo atrelamento às necessidades do setor produtivo.

Para o primeiro ano, ou seja, 2007, o Governo Federal reservará 10% das vagas ofertadas em cada curso. Os cursos de educação inicial terão carga horária de 1600 horas, sendo destinadas 1.200 horas para formação geral e o restante para formação profissional. Enquanto que os cursos de educação profissional técnica de nível médio deverão contar com carga horária máxima de 2.400 horas, com duração de 12 meses. Para tanto será necessário um investimento de R\$ 21 milhões. (Ibid)

No início do ano de 2006, grupos de estudos reuniram-se na tentativa de expandir o ProEJA. O Ministério de Educação unido ao Ministério do Emprego e Trabalho firmaram parcerias com representantes do Sistema S<sup>71</sup> com o objetivo — segundo consta no portal do MEC — “de melhorar a escolaridade e oferecer aos jovens e adultos alternativas gratuitas de qualificação social e profissional por meio do Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja)”.

A mencionada parceria tem o objetivo de dividir devidamente as tarefas. Ao Ministério da Educação caberá encaminhar ao Conselho Nacional de Educação os planos e projetos

---

<sup>71</sup> O sistema é composto por oito entidades ligadas a diferentes serviços: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), Serviço Nacional da Indústria (Sesi), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), Serviço Social do Comércio (Sesc), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop), Serviço Social do Transporte e Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (Sest/Senat).

políticos pedagógicos; avaliar e divulgar os resultados. A contribuição do Ministério do Emprego e Trabalho será a adequação dos currículos dos cursos às modalidades ocupacionais; à elaboração de material didático específico para qualificação social e profissional e as articulações com as políticas públicas de trabalho, emprego e economia solidária<sup>72</sup>. Competirá ao Sistema S oferecer cursos gratuitos de educação profissional e técnica de nível médio, integrados ao ensino médio na modalidade EJA e certificar os alunos.

Diante do exposto, visivelmente os Programas do Governo Lula da Silva e seus parceiros<sup>73</sup> em consonância com os interesses do sistema capitalista, têm como finalidade terceirizar a educação dos jovens trabalhadores através dos empresários que buscam nesse enlace atender seus interesses imediatos em relação à força produtiva e abocanhar mais uma fatia do mercado. É verdade, também, que todas essas parcerias com organismos internacionais objetivam tomar novamente as ‘rédeas do capital’, que vivencia uma crise estrutural jamais antes vista, como relatamos no capítulo I.

É imperativo enfatizar que apesar dos Programas destacarem a importância da educação politécnica que objetiva a formação social do ser em sua totalidade — assim consta nos documentos — a educação politécnica oferecida pelos Programas por nós analisados, está longe do conceito de politecnia de Marx, pois,

A concepção de educação politécnica, principalmente em sua dimensão infra-estrutural, define-se na luta pela liberdade no trabalho, na medida em que busca métodos de reconstrução da identidade do produto do trabalhador, com o seu trabalho, por meio da mediação da compreensão totalizante do trabalho. Politecnia pressupõe, assim, domínio teórico-prático de trabalho. (Rodrigues, 2003,p.272)

---

<sup>72</sup> A economia solidária é um modo específico de organização de atividades econômicas. Ela se caracteriza pela autogestão, ou seja, pela autonomia de cada unidade ou empreendimento e pela igualdade entre os seus

Ao examinarmos os termos dos documentos, entendemos que existe algo nas entrelinhas, se as belas palavras não seduzirem, será fácil de enxergar. Em suma, este é mais um Programa que perpetua a dualidade do ensino, fragmenta e aligeira ainda mais os conhecimentos.

### **3.4 Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação comunitária — PROJOVEM**

*O Brasil é especialista em jogar oportunidade fora e nós queremos que o Brasil não jogue essa oportunidade fora. Acabou o tempo em que, neste país, quando a gente falava: precisa*

*colocar dinheiro na educação, aparecia alguém dizendo: “ah, mas isso é gasto.” Investir em educação não é gasto, investir em educação chama-se investimento de verdade. Fica muito mais barato dar 100 reais para vocês fazerem esse estudo e uma atividade comunitária do que cuidar de um de vocês na cadeia daqui a um ou dois anos. Fica muito mais barato construir uma sala de aula do que construir uma cela.*

*Luiz Inácio Lula da Silva<sup>74</sup>*

No ano de 2004 constituiu-se o Grupo Interministerial da Juventude, que envolveu 19 Ministérios, Secretarias e órgãos técnicos especializados para elaborar um mapeamento e diagnóstico sobre a juventude brasileira. Este grupo estava coadunado com o Instituto de pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e com a UNESCO.

O Grupo Interministerial da juventude sugeriu a implantação de uma política, que segundo consta nos documentos, inovadora para a juventude. Voltado especificamente para os jovens mais vulneráveis, ou seja, os pobre desvalidos, cujo os requisitos são: pertencentes à grupos de deficientes, afro descendentes e com renda *per capita* menor que meio salário mínimo, assumindo assim, um caráter emergencial.

O Grupo também criou a Secretaria Nacional da Juventude com a função de: formular, supervisionar, coordenar, integrar e articular políticas públicas para juventude; articular, promover e executar programas de cooperação com organismos nacionais e internacionais, públicos, privados, voltados para implementação de políticas para juventude.

Como já assinalamos anteriormente, no segundo capítulo, na seção 2.2, o conceito de juventude defendido pelo governo federal e seus congêneres, não corresponde ao conceito de juventude real, ou seja, a adolescência não prolongada.

---

<sup>74</sup> Um excerto do discurso do Presidente proferido em Pernambuco no dia 20 de julho de 2005, na aula inaugural do Projovem.





Para melhor elucidação, descreveremos abaixo, as primeiras cidades contempladas com o mencionado Programa, constando ainda, o número de inscritos, início das aulas e os cursos profissionalizantes que cada cidade mais necessita para formação de mão-de-obra. É imperativo lembrarmos, que apesar de nos documentos do Programa conter um projeto pedagógico cujo objetivo visa à formação “integral”, ou seja, o trabalho complexo, observamos, na realidade, a (de) formação “integral” expressada no trabalho simples:

### **Nordeste**

#### **Aracaju**

Número de matrículas no ProJovem: 2104

Início das Aulas: 09/01/2006

Arcos ocupacionais : Telemática;Construção e Reparos I;Turismo,Serviços Domésticos

#### **Fortaleza**

Número de matrículas no ProJovem: 8524

Início das Aulas: 28/11/2005

Arcos ocupacionais: Telemática,turismo, metalmecânica, alimentação

#### **João Pessoa**

Número de matrículas no ProJovem: 2278

Início das Aulas: 09/01/2006

Arcos Ocupacionais; construção e reparos II, arte e cultura I,gestão pública e Terceiro Setor, educação

#### **Maceió**

Número de matrículas no ProJovem: 3672

Início das Aulas: 03/01/2005

Arcos Ocupacionais: telemática,turismo,vestuário,administração

#### **Natal**

Número de matrículas no ProJovem: 2880

Início das Aulas: 12/12/2005

Arcos Ocupacionais: telemática, construção e reparos II (instalações), turismo, vestuário

Recife

Número de matrículas no ProJovem: 9602

Início das Aulas: 18/07/2005

Arcos Ocupacionais: telemática, construção e reparos I (Revestimentos), esporte e lazer, alimentação

São Luis

Número de matrículas no ProJovem: 4288

Início das Aulas: 19/12/2005

Arcos Ocupacionais: temática, construção e reparos II, turismo, serviços Pessoais, agro-extrativista

Salvador

Número de matrículas no ProJovem: 8342

Início das aulas: 25/07/2005

Arcos Ocupacionais: telemática, construção e reparos II (Instalações), turismo, vestuário

Teresina

Número de matrículas no ProJovem: 3618

Início das Aulas: 16/01/2006

Arcos Ocupacionais: construção e reparos II, vestuário, serviços Pessoais, alimentação

## **NORTE**

Boa Vista

Número de matrículas no ProJovem: 1102

Início das Aulas: 21/11/2005

Arcos Ocupacionais: turismo, metalmecânica, madeira e móveis, transporte

Macapá

Número de matrículas no ProJovem: 973

Início das Aulas: 20/04/2006

Arcos Ocupacionais: telemática, turismo, madeira e móveis, Gestão Pública e 3ª Setor

Manaus

Número de matrículas no ProJovem: 2204

Início das Aulas: 05/12/2005

Arcos Ocupacionais: construção e reparos II; turismo; educação; alimentação

Belém

Número de matrículas no ProJovem: 1750

Início das Aulas: 09/01/2006

Arcos Ocupacionais: construção e reparos I, turismo, serviços domésticos I, agro-extrativista

Rio Branco

Número de matrículas no ProJovem: 1151

Início das Aulas: 06/05/2006

Arcos ocupacionais: telemática, vestuário, madeira e móveis e alimentação.

Porto Velho

Número de matrículas no ProJovem: 2004

Início das aulas: 25/07/2005

Arcos Ocupacionais: construção e reparos I (Revestimentos), construção e reparos II (Instalações), administração, metalmecânica.

## **CENTRO-OESTE**

Cuiabá

Número de matrículas no ProJovem: 4254

Início das Aulas: 28/11/2005

Arcos ocupacionais: telemática, turismo, vestuário, madeira e móveis

Goiânia

Número de matrículas no ProJovem:

Início das aulas: 01/02/2006

Arcos Ocupacionais: telemática, construção e Reparos I, vestuário, alimentação.

Brasília

Número de matrículas no ProJovem: 6973

Início das aulas: sem definição

Arcos Ocupacionais: telemática, turismo, vestuário e saúde.

Campo Grande

Número de matrículas no ProJovem: 6741

Início das aulas: 05/12/2005

Arcos Ocupacionais: telemática, construção e Reparos II (instalações), administração e saúde.

## **SUDESTE**

Belo Horizonte

Número de matrículas no ProJovem: 4195

Início das Aulas: 16/08/2005

Arcos Ocupacionais: construção e reparos I (revestimentos), vestuário, serviços pessoais e alimentação.

Espírito Santo

Número de matrículas no ProJovem: 704

Início das Aulas: 12/12/2005

Arcos Ocupacionais: turismo, administração, metalmecânica, arte e cultura II

Rio de Janeiro

Número de matrículas no ProJovem: 10678

Início das Aulas: 16/11/2005

Arcos Ocupacionais: construção e reparos I, turismo, esporte e lazer, arte e cultura I

São Paulo

Número de matrículas no ProJovem: 7094

Início das aulas: Não consta

Arcos Ocupacionais: construção e reparos I, turismo, esporte e lazer, arte e cultura I

## **SUL**

Curitiba

Número de matrículas no ProJovem: 1328

Início das aulas: 06/02/2006

Arcos Ocupacionais: Telemática, construção e reparos II (instalações), metalmecânica e alimentação.

Florianópolis

Número de matrículas no ProJovem: 245

Início das Aulas: 06/03/2006

Arcos Ocupacionais: Turismo, vestuário, serviços domésticos I, alimentação.

Porto Alegre

Número de matrículas no ProJovem: 2543

Início das aulas: 24/10/2005

Arcos Ocupacionais: construção e reparos I (Revestimentos), vestuário, administração, serviços domésticos I.

A fim de tentarmos compreender a terminologia “Arcos Ocupacionais”, nos apropriamos de uma melhor maneira de visualizarmos a questão:

**Tabela 2:**  
**Arcos ocupacionais**

ARCOS	OCUPACIONAIS
1 Administração	a) Arquivador b) Almoxarife

	c)Contínuo (Office-Boy/Office-Girl) d)Auxiliar Administrativo
2 .Agro-Extrativista	a)Criador de Pequenos Animais b)Trabalhador em Cultivo Regional c)Extrativista Florestal de Produtos Regionais d)Artesão Regional
3. Alimentação	a)Chapista b)Cozinheiro Auxiliar c)Repositor de Mercadorias d)Vendedor Ambulante (Alimentação)
4. Arte e Cultura I	a)Auxiliar de Produção Cultural b)Auxiliar de Cenotecnia c)Auxiliar de Figurino d)DJ/MC
5. Arte e Cultura II	a)Revelador de Filmes Fotográficos b)Fotografo Social c)Operador de Câmara de Vídeo (Cameraman) d)Finalizador de Vídeo
6. Construção e Reparos I (Revestimentos)	a)Ladrilheiro b)Gesseiro c)Pintor d)Trabalhador da Manutenção de Edificações (Revestimentos)
7.Construção e Reparos II (Instalações)	a)Eletricista de Instalações (Edifícios) b)Trabalhador da Manutenção de Edificações c)Instalador-Reparador de Linhas e Aparelhos de Telecomunicações d)Instalador de Sistemas Eletrônicos de Segurança
8. Educação	a)Monitor de Recreação b)Reforço Escolar c)Contador de Histórias d)Assistente Administrativo (Escolas/Bibliotecas)
9. Esporte e Lazer	a)Recreador b)Agente Comunitário de Esporte e Lazer c)Monitor de Esporte e Lazer d)Animador de Eventos
10. Gestão Pública e 3º Setor	a)Assistente Administrativo b)Coletor de Dados em Pesquisas c)Agente de Projetos Sociais d)Agente Comunitário
11. Gráfica	a)Guilhotineiro (Indústria Gráfica) b)Encadernador c)Impressor (Serigrafia) d)Operador de Acabamento (Indústria Gráfica)
12. Joalheria	a)Joalheiro na Confecção de Bijuterias e Jóias de Fantasia b)Joalheiro (Reparações) c)Gravador (Joalheria e Ourivesaria) d)Vendedor de Comércio (Varejista)
13. Madeira e Móveis	a)Marceneiro b)Reformador de Móveis c)Auxiliar de Desenhista de Móveis Vendedor de Móveis d)Vendedor de Móveis
14. Metalmecânica	a)Serralheiro b)Funileiro Industrial c)Auxiliar de Promoção de Vendas d)Assistente de Vendas (Automóveis e Autopeças)
	a)Pescador Artesanal b)Auxiliar de Piscicultor

15. Pesca/Piscicultura	c)Trabalhador no Beneficiamento do Pescado d)Vendedor de Pescado - Peixeiro (Comércio Varejista)
16. Saúde	a)Atendente de Laboratório de Análises Clínicas b)Recepcionista de Consultório Médico ou Dentário c)Atendente de Farmácia (Balconista) d)Auxiliar de Administração (Hospitais e Clínicas)
17. Serviços Domésticos I	a)Faxineiro b)Porteiro c)Empregado Doméstico nos Serviços Gerais (Caseiro) d)Cozinheiro no Serviço Doméstico
18. Serviços Domésticos II	a)Cuidador de Idosos b)Passador de Roupas c)Cuidador de Crianças (Babá) d)Lavadeiro
19. Serviços Pessoais	a)Manicura/Pedicura b)Depilador c) Cabeleireiro d) Maquiador
20. Telemática	a)Operador de Microcomputador b)Helpdesk c)Telemarketing (Vendas) d)Assistente de Vendas (Informática e Celulares)
21. Transporte	a)Cobrador b)Ajudante de Motorista (Entregador) c)Assistente Administrativo (Transporte) d)Despachante de Transportes Coletivos
22. Turismo e Hospitalidade	a)Organizador de Eventos b)Cumim (Auxiliar de Garçon) c)Recepcionista de Hotéis d)Guia de Turismo Local
23. Vestuário	a)Costureiro b)Montador de Artefatos de Couro c)Costureira de Reparação de Roupas d)Vendedor de Comércio Varejista

Como já assinalamos, anteriormente, constata-se, com clareza, através da tabela, que a finalidade do Programa estudado é o trabalho simplificado e não, a formação integral.

Para o ano de 2006, o ProJovem expandiu-se, no entanto, a adesão ao Programa foi mais expressiva na Região Nordeste; em contrapartida, na Região Sul, o número de matriculados foi muito inferior as vagas conveniadas. Fenômeno este explicado pelo maior





O ProJovem tem como objetivos, para formação integral do jovem:

- elevação da escolaridade, tendo em vista a conclusão do ensino fundamental;
- qualificação com certificação de formação inicial;
- desenvolvimento de ações comunitárias de interesse público.

Como objetivos específicos o Programa deverá colaborar para:

- a re-inserção do jovem na escola;
- a identificação de oportunidades de trabalho e capacitação dos jovens para o mundo do trabalho;
- a identificação, elaboração de planos e o desenvolvimento de experiências de ações comunitárias;
- a inclusão digital como instrumento de inserção produtiva e de comunicação.

O Programa que faz parte da Política Nacional da Juventude e define juventude com o seguinte feitiço:

Juventude é uma noção que expressa sentidos culturais diversos e cambiantes, ao longo da História. Na concepção da sociedade ocidental moderna, a etapa da Juventude tem sido associada a um tempo de "moratória social", de passagem entre a infância e o mundo adulto e, assim, de preparação para a inserção no mercado de trabalho e para a constituição de nova família. Entretanto, na perspectiva do ProJovem, a Juventude, com sua diversidade, é vista não apenas como passagem, mas como fase singular da vida, que pressupõe o reconhecimento de direitos e deveres específicos. Portanto, o jovem já é um cidadão, e sua vida escolar, sua preparação para o trabalho e seu engajamento social são entendidos como exercício da cidadania. (idem)

Contudo, como já assinalamos na seção 2.2, discordamos desse conceito de juventude pois o mesmo, assim, como já sinalizamos anteriormente, surgiu para subsumir com a educação da classe trabalhadora.

O programa pedagógico é constituído por quatro unidades formativas e cada uma delas possuem o que o Programa denominou de Instrumental conceitual e ações curriculares. Neste momento iremos privilegiar somente o eixo estruturante.

### **Unidade Formativa I: Juventude e Cidade**

Eixo estruturante: A juventude e as práticas de ocupação do espaço urbano pelos jovens (vivência na cidade globalizada)

- **Unidade Formativa II: Juventude e Trabalho**

Eixo estruturante: O mundo do trabalho, as transformações pelas quais vem passando na sociedade contemporânea e as práticas de inserção dos jovens no trabalho.

- **Unidade Formativa III: Juventude e Comunicação**

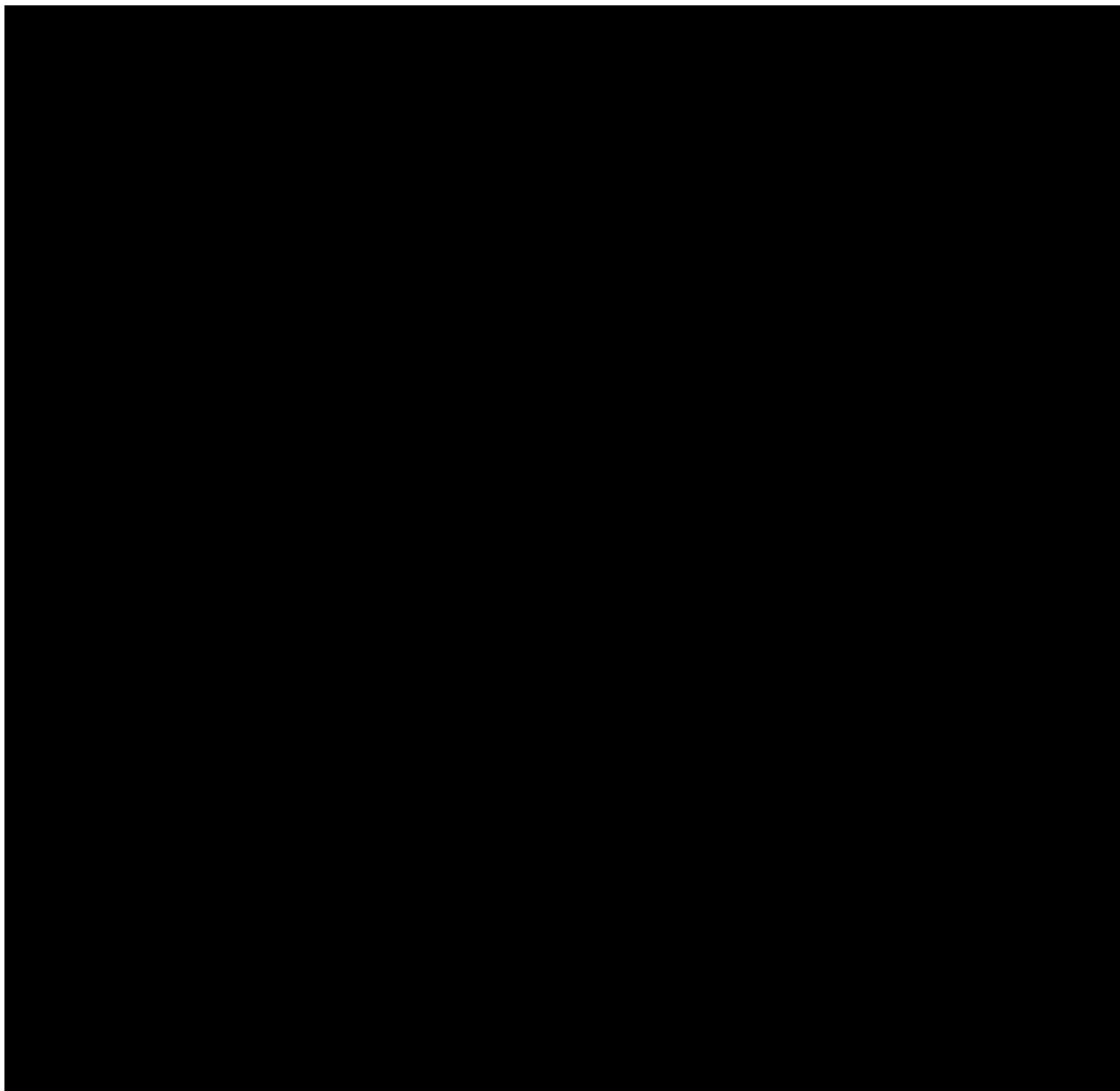
Eixo estruturante: Informação e comunicação na sociedade contemporânea e as práticas jovens.

- **Unidade Formativa IV: Juventude e Cidadania**

Eixo estruturante: Diferenças sócio-culturais que segmentam a juventude brasileira: preconceitos e discriminações intra e intergerenciais.

O Programa será desenvolvido em núcleos, compostos de cinco turmas, contendo trinta alunos em cada turma. Os núcleos, por sua vez, estarão vinculados a uma Estação Juventude, local para onde os jovens e os educadores, que atuam nos núcleos, possam se deslocar com alguma frequência.

**Diagrama 2:**  
**Organograma do ProJovem**



A Estação da Juventude, assim denominada pelo Programa, servirá como espaço de referência para troca entre os núcleos; para maior participação dos profissionais e jovens envolvidos; realizações de eventos culturais; uso da biblioteca e para o planejamento de ações comunitárias em parceria com os ministérios da cultura, do desenvolvimento social e combate à fome. O primeiro se incumbirá, como já está explícito no nome, dos eventos culturais,

enquanto que o segundo, de acordo com a necessidade da comunidade, desenvolverá projetos comunitários que serão monitorados pelos alunos.

### 3.5 - Educação – e emprego – para todos?

*Uma esmola pro desempregado  
Uma esmolinha pro preto pobre doente  
Uma esmola pro que resta do Brasil  
Pro mendigo, pro indigente<sup>77</sup>  
Samuel Rosa e Chico Amaral*

Iniciar esta seção utilizando fragmentos de uma música dos compositores acima citados demonstra o sentido exato como enxergamos a Política Nacional para Juventude do Governo Lula, expressa nos Programas: Escola de Fábrica, Primeiro Emprego, ProEJA e ProJovem.

Por mais que, em seus documentos, no que tange à educação conste um discurso que em boa parte se apropria das idéias marxianas, como já citados neste mesmo capítulo na seção 3.3, por meio dos documentos estudados e que estão em anexo, essas idéias, quando executadas, afastam-se do sentido de educação politécnica de Marx.

Na verdade, a educação, nos projetos de pedagogia dos quatros Programas que ensinam/adestram para uma pedagogia da docilidade<sup>78</sup>, que como já assinalamos no capítulo II têm como base a precarização do trabalho tanto de jovens como de adultos.

É imperativo enfatizar<sup>79</sup> que apesar dos programas destacarem a importância da educação politécnica que objetiva a formação social do ser em sua totalidade — assim consta nos documentos — a educação politécnica oferecida pelos programas por nós analisados, está longe do conceito de politecnia de Marx, já assinalados no decorrer deste estudo, mormente no que tange aos arcos ocupacionais que são escolhidos por cada município – de acordo com a falta de mão-de-obra -

---

<sup>77</sup> Fragmentos da música Esmola da Banda Skank

<sup>78</sup> Escolhemos a palavra docilidade como sinônimo de submissão.

<sup>79</sup> Apesar de não ter feito durante o texto nenhuma menção sobre o discurso da educação contido nos documentos oficiais dos programas estudados, deixo aqui registrado que chega ser assustador ler o discurso por ser tão semelhante ao de uma educação em uma sociedade socialista.

Quando juntamos os dados da pesquisa que constam na tabela já mencionada, observamos as peculiaridades e as aproximações entre eles. Todos, sem exceção incluem parceria com outros ministérios e com a Secretaria tecnológica; a duração dos cursos é igual para todos, ou seja, doze meses, sendo que aí se diferenciam no que sugere a carga horária.

Percebemos, ainda, que o tempo entre criação do PNPE e da Escola de Fábrica é de onze meses, enquanto que a criação do ProEja para o ProJovem aconteceu no intervalo de seis dias.

Outro fator comum a todos é a participação da chamada sociedade civil, englobando: empresas privadas, associações, instituições, fundações, centros de educação superior, centros tecnológicos, universidades, ONGs e igrejas, governo estadual, municipal e federal e, certamente, o ‘Sistema S’.

Quanto à remuneração dos referidos Programas, varia entre R\$ 100,00 e R\$ 360,00 reais, no entanto, esse dado não inclui o ProEja que, em seus documentos, não fez referência a nenhuma bolsa-auxílio.

A idade também é quase que unanimidade, pois o único Programa que não adere à faixa etária entre 16 e 24 anos é o ProEja que estipula a idade mínima de 18 anos, não limitando a idade máxima.

Por mais que constem em seus documentos belos discursos acerca dos objetivos de cada Programa, de um modo geral, há também uma grande semelhança nos Programas Escola de Fábrica e Primeiro Emprego que visam à inserção ao mercado de trabalho e no ProEJA e ProJovem visam a qualificação para o mercado de trabalho.

É relevante, sinalizar, que todos os programas por nós analisados<sup>80</sup> em parceria com organismos internacionais objetivam retomar as ‘rédeas do capital’<sup>81</sup>, que vivencia uma crise estrutural jamais antes vista.

Outro dado que chamou nossa atenção refere-se às regiões, que de certa forma, os Programas privilegiam: Centro-Oeste, Norte e Nordeste.

O trabalho docente é realizado por meio de graduandos, graduados e pós-graduados, sendo a última categoria pertencente somente ao ProEja.

De maneira geral, observamos em todos os Programas, a precarização do trabalho docente; a priorização de regiões que historicamente tem o desenvolvimento escolar deficitário; a inserção dos jovens em programas comunitários, a inserção de jovens com deficiência (necessidades especiais); de jovens que estão em penitenciárias ou em instituições de assistência ao menor infrator; e a participação de organismos multilaterais no subsídio aos Programas, além da apropriação das idéias marxistas, que como relatamos anteriormente fica somente em laudas, visto que dos quatro Programas analisados, uma questão é comum a todos: formam/qualificam/certificam para trabalhos simples como já indicados pelos ‘arcos ocupacionais’.

Mesmo que os jovens participem dos Programas por nós estudados, isso não significa que o emprego seja garantido. O que está garantido é uma qualificação/certificação que constará no currículo dos jovens, mas que não garantirá um lugar no mercado. Mesmo o Programa Nacional de Incentivo ao Primeiro Emprego, que, no ato da adesão o empregador

---

<sup>80</sup> Embora a pesquisa documental em sua grande maioria aborde somente as fontes primárias, ou seja, nos documentos oficiais. Pude, através de artigos diversos que versavam sobre os programas, desenvolver melhor essas questões .

<sup>81</sup> Quando utilizo a expressão tomar as rédeas do capital, não me refiro ao Governo Lula, me refiro ao próprio que busca reaver os lucros da sua era dourada.

estipula um percentual que será efetivado, os restantes, os não contemplados, poderão em acordo com o empregador continuar prestando serviço, mas nos termos do contrato temporário, sem direito a férias, décimo terceiro, vale transporte, vale refeição.

No Brasil, como bem coloca o poeta da nossa geração Renato Russo,

Se você não segue as ordens, se você não obedece  
E não suporta o sofrimento está destinado à miséria.  
Mas o que eu tenho é só um emprego e um salário miserável, eu  
tenho o meu ofício que me cansa de verdade<sup>82</sup>

Nos dias atuais, empregabilidade, esse neologismo que assume a cada dia mais importância e junto a esse fenômeno



ainda deixaria o Governo Federal feliz por aliviar a pobreza e conceder empréstimos ao jovem empreendedor.

## **Considerações finais**

*Há aqueles que lutam um dia; e por isso são muito bons;  
há aqueles que lutam muitos dias; e por isso são muito bons;  
há aqueles que lutam anos; e são melhores ainda;  
Porém há aqueles que lutam toda a vida; esses são os  
imprescindíveis. Bertold Brecht*

Esta dissertação em nenhum momento se pretendeu conclusiva acerca do tema enfocado, primeiro por razões óbvias que demonstram a deficiência de dados para analisar os Programas, uma vez que alguns deles ou estão em fase de implantação ou ainda não foram implantados. No entanto, compreendemos que este estudo resultou em reflexões ora apresentadas e que posteriormente poderão ser aprofundadas em um novo estudo.

Dentro da Política Nacional da Juventude, nossa investigação, predominantemente focou-se nos Programas Escola de Fábrica, Plano Nacional de Estimulo ao Primeiro Emprego, Proeja e Projovem que se referem à Educação de Jovens e Adultos e a inserção/qualificação dos mesmos no mercado de trabalho.

Nesta perspectiva, o primeiro escopo da dissertação foi compreender os processos que resultaram na redefinição das políticas públicas para juventude, uma vez que antes, as mesmas tinham como horizonte o modelo desenvolvimentista e nos dias atuais vem alinhando-se ao modelo flexível/competitivista.

A nossa dissertação buscou relatar em três capítulos tanto o processo de crise na estrutura do capital, como, também, as mudanças no campo educativo e nos atores que agora advogam para si a responsabilidade pela educação da classe trabalhadora e principalmente uma análise crítica das Políticas Nacionais Para Juventude.

O primeiro capítulo, Neoliberalismo e a crise do capital, abordou tanto a crise estrutural pela qual está passando o sistema capitalista, como também os modelos de acumulação de riqueza e também as parcerias e o terceiro setor como forma de privação.

Este capítulo teve o caráter de esboçar a materialidade na qual apreendemos as transformações sofridas na educação destinada aos jovens trabalhadores e o processo de reorganização da sociabilidade brasileira. Abordamos ainda a questão do repasse da educação aos novos “atores”, ou seja, a chamada sociedade civil, tudo isso marcado pelo desígnio dos organismos multilaterais. Recorremos ainda neste capítulo à leitura clássica de MARX, LUKÁCS E GRAMSCI, para uma melhor compreensão dos conceitos de educação e trabalho.

O segundo capítulo, Trabalho e Educação no Brasil neoliberal, contém três seções: A precarização do trabalho e o discurso cidadão; A precarização do trabalho e o elogio à juventude; As reformas educacionais empreendidas a partir do Governo Collor. Este capítulo teve como fito desmistificar as categorias cidadania e juventude embasados em estudiosos como TONET, RODRIGUES e RUMMERT, que colaboraram para uma melhor compreensão de cidadania e juventude.

Acerca de cidadania, partimos desde a Grécia Antiga, embora de forma resumida, pois este capítulo não tinha o intento de discorrer sobre cidadania na Grécia Antiga, mas sim, compreendê-la em nossa atualidade.

Na seção que aborda a noção de juventude, buscamos compreender a adolescência prolongada tão divulgada e cultuada nas políticas educacionais, mormente aos Programas por nós estudados.

Já a seção acerca dos governos neoliberais, percorre os caminhos históricos de cada governo, com ênfase nas ações educativas de cada um. Iniciamos com Fernando Collor de

Mello, Itamar Franco (após o impedimento de Collor), passando aos os dos Governos de Fernando Henrique Cardoso e finalizamos com o Governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Na história da Presidência da República tivemos os governos populistas e na era redemocratizada tivemos o ‘pop’ Collor de Mello e o ‘Lulista’ no atual governo. O que tem de semelhante? A política neoliberal. O primeiro implantou o neoliberalismo no Brasil e o último escancarou as portas do nosso país ao ideário neoliberal.

O último capítulo versa sobre a Política Nacional para Juventude no Governo Lula da Silva onde se encontra o nosso objetivo geral que é compreender as políticas educacionais do Governo Lula, o qual, não obstante, representa um governo do Partido dos Trabalhadores e que acolheu às políticas neoliberais. Dividimos o capítulo em quatro seções para melhor compreender os Programas que escolhemos para análise, são elas: Escola de Fábrica; a Programa Nacional de Incentivo ao Primeiro Emprego, ProEJA (que ainda está somente nos papéis) e Projovem. Buscamos analisar em cada um destes programas, os objetivos, as metas, o público alvo, os investimentos e as parcerias. Para depois, em alguns casos, analisar os dados de cada Programa. A última seção, Educação- Emprego- para todos? fazemos uma análise, um paralelo entre as semelhanças e diferenças de cada Programa e encerramos com a forte idéia de que nestes Programas, nem mesmo a inserção ao mercado de trabalho é garantida. Assumimos que o objetivo do governo é, na verdade, , talvez, o objetivo do governo seja, na verdade, levar os jovens trabalhadores a procurarem a economia informal, crescente a cada dia.. Como todos os Programas estão envolvidos com o ‘Sistema S’, é provável que esse seja realmente o primeiro objetivo oculto de todos os Programas. O segundo seria: aliviar os pobres desvalidos (negros, mulheres, moradores de comunidades carentes, presidiários e menores infratores, pessoas com necessidades especiais), por meio do que denominamos de Bolsa Auxílio ao Jovem e Adulto, que, de acordo com os Programas, varia entre R\$: 100,00 e 360,00 reais.

Finalizamos preocupados, pois não se encontra uma maneira para se opor a esse desenvolvimentismo retórico, que gera uma sensação falsa de bem-estar a população mais pobre, à base de assistencialismo, sem mudanças estruturais que garantam a perenidade dessa situação, contudo garantem votos para a perpetuação desse tipo de política.

## Referências Bibliográficas

- ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho, 7ª edição, São Paulo: Cortez, 2000.
- \_\_\_\_\_. **Os sentidos do trabalho:** Ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho.
- BOITO JR., **A Hegemonia neoliberal e sindicatos no Brasil.** Crítica MARXISTA, Vol.1, Nº. 3, São Paulo: Brasiliense, 1996.
- \_\_\_\_\_. **Política, neoliberalismo e sindicalismo no Brasil.** São Paulo: Xamã, 1999.
- BORÓN, A. **Lula e o espelho argentino,** [www.resistir.com.br](http://www.resistir.com.br)
- BRASIL, Portal do Governo. { HYPERLINK "<http://www.brasil.gov.br/>" } 2005
- CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário,** tradução de Iraci D. Poleti, Petrópolis, Vozes, 1998.
- COGGIOLA, O. **Governo Lula: da esperança a realidade.** 1ª ed., Xamã, São Paulo, 2004.
- COGGIOLA, O; KATZ, C. **Neoliberalismo ou a crise do capital?.** 2ª ed. Xamã, São Paulo, 1996.
- DELORS, J. et al **Educação um tesouro a descobrir:** Relatório para UNESCO da comissão Internacional sobre Educação para o século XXI 5ª. ed. São Paulo, Cortez/MEC/UNESCO, 2001
- FONSECA, M, **O Banco Mundial e a educação: reflexões sobre o caso brasileiro,** In GENTILI, P.(Org) **Pedagogia da Exclusão:** crítica ao neoliberalismo em educação. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.
- FRIGOTTO, G. **Educação e crise do capitalismo real.** São Paulo: Cortez, 1995.
- \_\_\_\_\_. (Org), **Educação e crise do trabalho:** perspectivas de final de século, Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- GRAMSCI, A. **Maquiavel, a política e o Estado moderno.** Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 1996.
- JIMENES, S.V. (Org) **Trabalho e educação:** uma intervenção crítica no campo da formação docente. Fortaleza: Demócrito Rocha: 2001
- JIMENES, S.V., RABELO, J. **Trabalho, educação e luta de classe:** a pesquisa em defesa da educação, Fortaleza, Tropical, 2003.
- KUENZER, A. Z. **Pedagogia da Fábrica:** as relações de produção e a educação do trabalhador. São Paulo: Editora Cortez, 1985.

LEHER,R. **Da ideologia do desenvolvimento à ideologia da globalização**: a educação como estratégia do Banco Mundial para alívio da pobreza.Tese de doutorado, USP-SP

LESSA, S. **A Ontologia de Lukács**. Maceió, EDUFAL, 1997

MARX, K. **O capital**. Tradução de Ronaldo A Schmidt, 7ª edição Rio de Janeiro: livros técnicos e científicos, 1992.

\_\_\_\_\_ **Manuscritos econômicos e filosóficos**, Lisboa: Edições 70, 1964.

MARX,K; ENGELS, F. **O manifesto comunista**, São Paulo:Martin Claret, 2002

\_\_\_\_\_ **A ideologia alemã**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

MÉSZÁROS, I. **O marxismo hoje**. Crítica marxista. Nº. 2, São Paulo: Brasiliense, 1995.

\_\_\_\_\_ **Século XXI: Socialismo ou Barbárie**. S. Paulo: Boitempo, 2003

\_\_\_\_\_ **Educação para Além do Capital**; tradução Isa Tavares, São Paulo: Boitempo, 2005.

MONTAÑO, C. **Terceiro Setor e a Questão Social**: critica ao padrão emergente de intervenção social, 3ªed. São Paulo: Cortez, 2005.

NEVES, L.M. W, **Educação: um caminhar para o mesmo lugar?** In LESPAUBIN, Ivo (Org) O desmonte da nação, Balanço do governo FHC, 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

RODRIGUES, J. **O moderno príncipe industrial**: o Pensamento Pedagógico da Confederação Nacional da Indústria. São Paulo: Autores associados, 1998.

\_\_\_\_\_ et al. **Dossiê sobre o discurso do (des)emprego no Governo Lula** – Disponível em { HYPERLINK "<http://www.uff.br/trabalhonecessario>" } acesso 10/12/2006

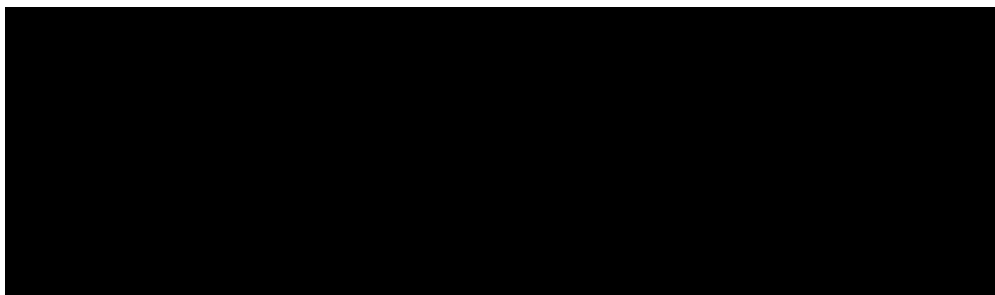
RUMMERT,S. **Educação e Identidade dos Trabalhadores**: as concepções do capital e do trabalho, São Paulo, Xamã,2000

SAVIANI, N. **Educação brasileira em tempos neoliberais. Princípios**, Nº. 45, São Paulo: Anita Garibaldi, 1997.

SHIROMA,E., MORAES. Maria C. M. de, EVANGELISTA, O. **Política Educacional**, 3ª. ed. Rio de Janeiro, DP & A, 2004



## **Anexos**



## **O QUE É O PROGRAMA**

O Programa Escola de Fábrica é uma iniciativa do Governo Federal, executado através do Ministério da Educação e da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) e tem como um de seus objetivos incluir jovens de baixa renda no mercado de trabalho através de cursos de iniciação profissional em unidades formadoras no próprio ambiente das empresas gerando renda e inclusão social.

## **MISSÃO**

Promover a Inclusão Social de jovens de baixa renda, através da iniciação profissional;  
Fortalecer a descentralização da execução de políticas públicas através de atores sociais público-privados;

Apoiar ações de Responsabilidade Social dos setores produtivos;  
Sintonizar a Iniciação Profissional aos Arranjos Produtivos Locais, em consonância política com as diretrizes de um desenvolvimento sustentável.

## **META**

Empregabilidade dos egressos superior à 50%, em torno de seis meses da conclusão;  
Certificar 40 mil jovens até dezembro de 2006.

## **QUEM PODE PARTICIPAR?**

Empresas Estatais;  
Sociedades de Economia Mista  
Administração Direta, Autárquica e Fundacional em todas as esferas de governo  
Instituições Privadas sem fins lucrativos  
Empresas privadas

Instituições Educacionais Certificadoras

Estudantes de 16 a 24 anos

## **COMO PARTICIPAR?**

Gestora - as entidades gestoras necessitam estar credenciadas no Ministério da Educação através do envio de propostas de cursos compatíveis com as necessidades dos setores produtivos da região que será oferecido o curso.

Formadora - a empresa formadora pode participar do Programa através da parceria com uma entidade pública ou privada sem fins lucrativos (Gestora) credenciada no MEC.

Aluno - Jovem com idade entre 16 e 24 anos, com renda per capita de 1,5 salário mínimo e que esteja matriculado e freqüentando o ensino básico ou na Educação de Jovens e Adultos-EJA (a partir da 5ª série até o terceiro ano do ensino médio).

### **Público alvo**

O Projeto é voltado para estudantes com renda per capita até 1,5 salário mínimo.

### **CrITÉRIOS de Acesso**

Ter idade entre 16 e 24 anos;

Estar matriculado em escola pública, no curso regular de educação básica (ensino fundamental ou médio), no programa de educação de jovens e adultos – EJA;

Inscriver-se dentro do prazo na Unidade Gestora;

Participar do processo de seleção inclusiva de acordo com os critérios do MEC.

CrITÉrio de seleção dos alunos

Elaborar redação de próprio punho, dissertando sobre as perspectivas e expectativas em relação ao curso desejado;

Participar de oficina lúdica e/ou entrevista para diagnóstico de aptidão ao curso desejado;

Excepcionalmente, participar de prova de conhecimento, em caso de demanda acentuada, devidamente autorizada pelo MEC;

Freqüentar, no mínimo, 85 % das aulas, para ter direito à bolsa-auxílio;

Contemplação de ações afirmativas (etnia,gênero,portadores deficiência);

Desempate: menor renda e/ou ações afirmativas.

### **Benefícios aos estudantes**

Alimentação, uniforme, transporte, material didático e seguro de vida fornecido pela empresa formadora

Bolsa de R\$ 150,00 pagos pelo MEC.

### **Cursos**

Cada curso poderá ser oferecido em uma das 20 (vinte) áreas profissionais reconhecidas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE): Agropecuária, Artes, Comércio, Comunicação, Construção Civil, Design, Geometria, Gestão, Imagem Pessoal, Indústria, Informática, Lazer e Desenvolvimento Social, Meio Ambiente, Mineração, Química, Recursos Pesqueiros, Saúde, Telecomunicações, Transporte, Turismo e Hospitalidade.

Os cursos terão duração de 6 a 12 meses com carga horária mínima de 600 horas/aula divididos em: 120 horas/aula de ensino básico abrangendo as matérias de Língua Portuguesa (Redação e Interpretação), Matemática, História e Geografia, servindo como estímulo à frequência; 120 horas/aula, onde serão abordados temas transversais para a formação do cidadão, como noções de ética, cidadania, mundo do trabalho, elementos de legislação trabalhista, relações interpessoais, imagem pessoal, saúde, diversidade étnica, diversidade de gênero, portadores de necessidades especiais, meio ambiente e orientação social; 360 horas onde será abordado o conteúdo da área profissional do curso (teoria e prática).

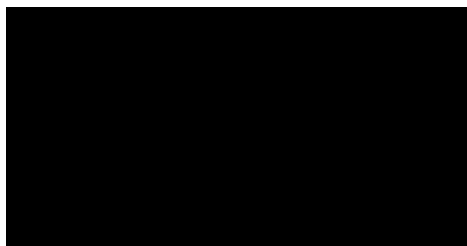
### **Parceiros**

MEC

UNIDADES GESTORAS

UNIDADES FORMADORAS

UNIDADES CERTIFICADORAS



## **O Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (PNPE)**

O Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (PNPE) é um compromisso do Governo Federal com a sociedade brasileira para o combate à pobreza e à exclusão social, integrando as políticas públicas de emprego e renda a uma política de investimentos públicos e privados geradora de mais e melhores oportunidades.

O desemprego juvenil é um dos principais desafios enfrentados pelo Governo. Os jovens de 16 a 24 anos representam grande parte dos desempregados do país. O índice de desemprego entre os jovens nessa faixa etária é quase o dobro da taxa de desemprego em geral. Os homens e as mulheres jovens desempregados somam cerca de 3,5 milhões, ou 45% do total de 7,7 milhões de desempregados em todo o país.

O PNPE foi modificado por meio de um conjunto de medidas cujo objetivo é melhorar as condições de acesso ao mercado de trabalho. Foi aprovada a Lei 10.940/2004, promovendo alterações como o aumento do valor do incentivo pago às empresas que participam do PNPE, além de criar facilidades operacionais. Um novo sis

Parcerias também com o Ministério da Cultura, nos Pontos de Cultura, e com o da Educação, no Escola Aberta, com o Desenvolvimento Agrário, nos Consórcios Rurais, possibilitam integrar as ações do Governo Federal voltadas para a juventude.

Ajudamos a montar a Rede Mundial de Emprego para a Juventude no Brasil ligada a Youth Employment Network (YEN), que foi construída pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) com o objetivo de criar soluções de trabalho decente para os jovens nos países em desenvolvimento.

Convênios com entidades empresariais e grandes empresas foram fechados para assegurar aproximadamente 50 mil vagas em dois anos para o público do Programa Primeiro Emprego, tanto na linha de subvenção econômica como na de responsabilidade social.

O Governo espera que os diversos setores da sociedade, especialmente o empresariado, abracem a causa do emprego juvenil, aderindo ao PNPE. Esse investimento resultará na transformação da realidade sócio-econômica de nosso País.

Ricardo Berzoini  
Ministro do Trabalho e Emprego

## **Aprendizagem no PNPE**

A Aprendizagem Profissional é uma política pública de caráter permanente, que reúne a qualificação e a inserção em uma única ação. Ela é determinada pela Lei 10.097/2000, que foi regulamentada pelo Decreto 5.598/2005, e estabelece a obrigatoriedade de estabelecimentos de médio e grande porte, de contratarem jovens entre 14 e 24 anos como aprendizes. A carga horária desse jovem será dividida entre a empresa e uma instituição de qualificação que ministrará curso de aprendizagem. Tem como objetivo a qualificação sócio-profissional e inserção desses jovens no mercado formal de trabalho.

## **SUMÁRIO**

- I. JUSTIFICATIVA
- II. CONCEPÇÃO DA AÇÃO DA APRENDIZAGEM NO PNPE
- III. PRINCÍPIOS NORTEADORES E DIRETRIZES DA APRENDIZAGEM
- IV. FORMAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL
- V. OBRIGATORIEDADE DE CONTRATAÇÃO
- VI. COTA
- VII. APRENDIZ
- VIII. CONTRATO DE TRABALHO
- IX. DIREITOS TRABALHISTAS
- X. DURAÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO DE
- XI. APRENDIZAGEM
- XII. CERTIFICADOS
- XIII. OPERACIONALIZAÇÃO DA APRENDIZAGEM NO PNPE
- XIV. PROCESSO SELETIVO
- XIV. PROJETO PEDAGÓGICO
- XV. COMPETÊNCIAS
- XVI. REFERÊNCIAS LEGAIS
- XVII. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS
- ANEXO I
- ANEXO II

## I – JUSTIFICATIVA



Jovens – **PNPE**, implementado pelo Governo Federal pela Lei 10.748, de 22 de outubro de 2003, articula várias ações e inclui entre elas a **Aprendizagem**, instituída pela Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000, com o objetivo de transformar as expectativas de jovens em situação mais crítica de pobreza em possibilidades sustentáveis de um futuro decente, por meio do acesso e permanência no mercado do trabalho, em sua nova configuração e exigências.

## II - CONCEPÇÃO DA AÇÃO DE APRENDIZAGEM NO PNPE

As ações do **PNPE** se desenvolvem por meio de duas linhas: a da **qualificação social e profissional** e a da **inserção imediata no mercado de trabalho**. Na primeira linha de ação estão os projetos “Consórcios Sociais da Juventude”, “Empreendedorismo Juvenil” e “Juventude Cidadã”, que têm como objetivos primeiramente qualificar para depois inserir. Na segunda linha de ação estão as ações de captação de vagas no mercado formal, com contratações subsidiadas pelo governo ou não, e as ações alternativas de geração de renda, como empreendedorismo, cooperativismo e associativismo, ou ainda, os contratos especiais de trabalho nas linhas da **Aprendizagem** e estágio.

Com o objetivo de viabilizar cada um desses projetos, são estabelecidas parcerias entre o **Ministério do Trabalho e Emprego - MTE**, os governos estaduais, municipais e outros órgãos federais, entidades da sociedade civil, empresas públicas e privadas.

A ação denominada **Aprendizagem** contempla duas funções: uma delas é a fiscalização do cumprimento das cotas de contratos a que estão submetidas médias e grandes empresas, em cumprimento à Lei 10.097, de 2000. Essa ação é de responsabilidade dos Auditores Fiscais do Trabalho, coordenados pela Secretaria de Inspeção do Trabalho – SIT/MTE.

Como é entendida no âmbito do **PNPE**, a **Aprendizagem** é uma preparação para o mundo do trabalho a ser utilizada em favor da juventude mais vulnerável, por ser uma ampla porta de entrada no mercado formal de trabalho.

No âmbito do **PNPE**, a Secretaria de Políticas Públicas de Emprego – SPPE, mais especificamente o seu Departamento de Políticas de Trabalho e Emprego para Juventude – DPJ, tem atuado no sentido de desenvolver um trabalho de sensibilização junto às empresas públicas, para que, ao cumprirem a cota de contratação de **aprendizes**, incluam na seleção jovens que tenham o perfil do **PNPE**, selecionados do seu cadastro que possam se tornar beneficiários do mesmo.

O objetivo é incentivar o cumprimento da lei com a contratação da cota máxima estabelecida, favorecendo, preferencialmente, os jovens do **PNPE** e monitorar pedagogicamente o desenvolvimento e a implementação de Programas de **Aprendizagem** eficazes, que propiciem o complemento da formação social do jovem beneficiário, oferecendo-lhe qualificação profissional condizente com o seu desafio de construir uma vida pessoal, social e profissional digna e produtiva.

A meta é inserir o maior número de aprendizes, preferencialmente em empresas públicas que tenham grande capilaridade, abrindo o espaço ao jovem em formação social e

profissional, para que ele seja protagonista da construção da ética, da transparência, da responsabilidade pelo uso dos recursos públicos, vivenciando as dificuldades e burocracias existentes, enfim, participando do que ocorre no interior dos órgãos públicos e tomando conhecimento dos fatores responsáveis por menor ou maior eficiência e eficácia dos serviços prestados à população.

Ampliar o número de aprendizes é uma estratégia que pode minimizar, sem custos concentrados, o problema do desalento juvenil, principalmente dos jovens com baixa escolaridade, que não têm oportunidade de qualificação sócio-profissional e por isso, chances menores de empregabilidade.

À comunidade empresarial e às empresas públicas, cabe abrir suas portas aos jovens e assumir a co-responsabilidade por um dos mais sérios problemas estruturais que estamos enfrentando.

### III - PRINCÍPIOS NORTEADORES E DIRETRIZES DA APRENDIZAGEM

São princípios norteadores da **Aprendizagem**:

Do Adolescente Aprendiz:

- o dever da família, da sociedade e do Estado de garantir ao adolescente o seu direito à profissionalização e ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva nacional;
- o respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento;

De todos dos Aprendizes:

- a supremacia do direito à educação e à formação profissional do **aprendiz** em relação aos aspectos do rendimento do negócio e da produtividade econômica.

Com base nos princípios norteadores apresentados acima, o Programa de **Aprendizagem** desenvolvido pela empresa contratante, deve seguir as seguintes diretrizes:

- capacitação profissional adequada às demandas e às diversidades dos aprendizes, do mercado de trabalho e da sociedade;
- promoção da flexibilidade e da mobilidade no mercado de trabalho pela aquisição de competências básicas e contínuas, compreendendo conhecimentos, habilidades, atitudes e valores;
- elevação do nível de escolaridade do aprendiz;
- articulação de esforços das áreas de educação, do trabalho e emprego, da ciência e tecnologia, da assistência social e da saúde.

### IV - FORMAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL METÓDICA

Entende-se por formação técnico-profissional metódica para efeitos da **Aprendizagem** as atividades teóricas e práticas, metodicamente organizadas em tarefas de complexidade progressiva desenvolvidas no ambiente de trabalho.

Essa formação realiza-se por Cursos ou Programas de **Aprendizagem** organizados e desenvolvidos sob a orientação e responsabilidade de Instituições de **Aprendizagem** legalmente qualificadas nesse tipo de formação. São elas:

- os Serviços Nacionais de Aprendizagem que compreendem:
  - o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI;
  - o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC;
  - o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR;
  - o Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte - SENAT; e
  - o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo - SESCOOP.
- as Escolas Técnicas de Educação;
- as entidades sem fins lucrativos, que tenham por objetivos a assistência ao adolescente e à educação profissional, registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

A organização curricular dos Cursos ou Programas de **Aprendizagem** deve levar em consideração as competências requeridas para o desempenho da ocupação, as referências curriculares nacionais aprovadas pelo Ministério da Educação e a interação com empregadores e trabalhadores do ramo econômico para o qual se destina a formação profissional.

As Instituições de **Aprendizagem** poderão atuar conjuntamente na oferta e realização de Cursos ou Programas de **Aprendizagem**.

Inexistindo, no município, Curso ou Programa de **Aprendizagem** adequado às necessidades da empresa, a matrícula do aprendiz deverá ser feita em curso ou programa correlato com outras atividades do próprio estabelecimento, cuja ocupação permita a experiência prática.

O aprendiz não poderá desenvolver atividades diferentes daquelas previstas nos cursos ou programas.

As aulas práticas podem ocorrer na própria Instituição de **Aprendizagem** ou no estabelecimento do contratante, porém é interessante que o aprendiz possa vivenciar atividades nos dois ambientes, tanto o da instituição como o da empresa.

Quando o ensino prático ocorrer no estabelecimento, será formalmente designado pela empresa, ouvida a Instituição de **Aprendizagem**, um empregado monitor, que ficará responsável pela coordenação de exercícios práticos e acompanhamento das atividades do aprendiz no estabelecimento em conformidade com o curso ou Programa de **Aprendizagem**.

A instituição responsável pelo Curso ou Programa de **Aprendizagem** fornecerá à empresa responsável pelo cumprimento da cota de aprendizes cópia do plano de curso.

Para os fins da experiência prática segundo a organização curricular do Curso de **Aprendizagem**, o empregador que mantém mais de um estabelecimento em um mesmo município poderá centralizar as atividades práticas correspondentes em um único estabelecimento.

Nenhuma atividade prática poderá ser desenvolvida no estabelecimento em desacordo com as disposições do Curso ou Programa de **Aprendizagem**.

Nenhuma atividade prática, de qualquer natureza, poderá ser realizada sem o ensino prévio das normas de segurança e saúde, observadas as seguintes disposições:

- nas atividades que ofereçam riscos potenciais para a segurança e saúde que possam ser eliminados por medidas de proteção coletiva, será exigido o prévio treinamento prático nos procedimentos de segurança e saúde, observadas todas as normas preventivas; e
- nas atividades práticas sujeitas à condições de periculosidade ou insalubridade, cujos riscos não possam ser eliminados por medidas de proteção coletiva poderão ser realizadas em ambiente simulado ou, ainda, mediante utilização dos Equipamentos de Proteção Individual, observada, em ambos os casos, a obrigatoriedade do treinamento prático nos procedimentos de segurança e saúde e, no último, a vedação de participação de aprendizes menores de dezoito anos.

## V - OBRIGATORIEDADE DE CONTRATAÇÃO

São obrigados a contratar aprendizes e matriculá-los nos Cursos ou Programas de **Aprendizagem** das Instituições de **Aprendizagem** os estabelecimentos de qualquer natureza, com exceção das microempresas, das empresas de pequeno porte, dos estabelecimentos em que a contratação de um aprendiz represente um percentual superior a quinze por cento do número de empregados em funções que demandem formação profissional e, as entidades sem fins lucrativos que tenham por objetivo a assistência ao adolescente e à educação profissional. As microempresas e empresas de pequeno porte poderão contratar, se assim o desejarem, observado o limite máximo de quinze por cento.

## VI - COTA

O número de aprendizes de cada estabelecimento deve equivaler a cinco por cento, no mínimo, e quinze por cento, no máximo, dos trabalhadores existentes em cada estabelecimento, cujas funções demandem formação profissional.

Para a definição das funções que demandam formação profissional deverão ser considerados a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), elaborada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, além dos seguintes fatores:

- O nível das capacidades profissionais e dos conhecimentos técnico-teóricos requeridos para o exercício da atividade profissional;

- A duração do período de formação necessário para a aquisição das competências e habilidades requeridas; e
- A adequação da função às necessidades da dinâmica de um mercado de trabalho em constante mutação.

A contratação de aprendizes decorrente da existência, no estabelecimento, de funções que envolvam o exercício das atividades que envolvam trabalho noturno, realizado entre as vinte e duas horas de um dia e as cinco horas do dia seguinte; perigoso, insalubre ou penoso; realizado em locais prejudiciais à sua formação e ao seu desenvolvimento físico, psicológico, social e moral; realizado em horários e locais que não permitam a frequência à escola, caso não haja concluído; em locais e serviços prejudiciais à sua moralidade, nos termos do § 3º do artigo 405 da Consolidação das Leis do Trabalho, deverá se dar com maiores de dezoito anos, com menores de dezoito anos em ambiente simulado e resguardado dos riscos inerentes, ou, ainda, em outra função de demanda formação profissional existente no estabelecimento.

A contratação de aprendizes decorrente da existência, no estabelecimento, de funções para cujo exercício a lei requiera licença ou autorização vedada para pessoas menores de dezoito anos deverá ser efetivada com maiores de dezoito anos portadores da respectiva licença ou autorização ou, ainda, em outra função que demande formação profissional existente no estabelecimento.

A contratação de aprendizes decorrente da existência, no estabelecimento, de funções de demandem, para o seu exercício, habilitação profissional de nível técnico ou superior, ou, ainda, de funções que estejam caracterizadas como cargos de direção, de gerência ou de confiança, nos termos do inciso II e do parágrafo único do art. 62 e do § 2º do art. 224 da Consolidação das Leis do Trabalho, deverá se dar em outras funções que demandem formação profissional existentes no estabelecimento e adequadas à formação técnico-profissional objeto do contrato de aprendizagem.

No cálculo do percentual, as frações de unidade darão lugar à admissão de um aprendiz.

Independentemente da demanda por formação profissional, ficam excluídos da base de cálculo da cota, os empregados que executam os serviços prestados sob o regime de trabalho temporário.

Nos serviços prestados sob a forma de contrato de trabalho por prazo determinado cuja vigência dependa da sazonalidade da atividade econômica rural, a base de cálculo será constituída pelo número de empregados permanentes no estabelecimento.

No caso de empresas que prestam serviços especializados para terceiros nos estabelecimentos destes, os trabalhadores da prestadora serão computados na base de cálculo desta, exclusivamente.

## VII - APRENDIZ

Considera-se **aprendiz** o jovem contratado diretamente pelo empregador ou por intermédio de entidades sem fins lucrativos, para efeito de cumprimento da cota a que se refere o art. 429 da CLT.

São requisitos para a condição de aprendiz:

- ter idade entre quatorze e vinte e quatro anos incompletos;

- estar matriculado e freqüentando a escola, caso não haja concluído o ensino fundamental;
- apresentar desenvolvimento físico, moral e psicológico compatível com a formação técnico-profissional metódica objeto do contrato de aprendizagem; e
- estar inscrito em curso ou programa de aprendizagem desenvolvidos por instituições de aprendizagem.

A compatibilidade do desenvolvimento físico, moral ou psicológico do aprendiz com deficiência mental deverá considerar, sobretudo, as habilidades e competência relacionadas com a profissionalização e deverá ser declarada mediante atestado de saúde ocupacional, lavrado por profissional legalmente habilitado, que cuidará, quando for o caso, da instrumentalização necessária para desenvolvimento das atividades inerentes ao contrato e de eventuais incompatibilidades laborais específicas apresentadas pelo aprendiz.

A idade máxima, de vinte e quatro anos, não se aplica a aprendizes com deficiência.

Para os fins do contrato de aprendizagem, a comprovação da escolaridade de aprendiz com deficiência mental deve considerar, sobretudo, as habilidades e competências relacionadas com a profissionalização.

O aprendiz obriga-se, pelo contrato de aprendizagem, a executar com zelo e diligência as tarefas curriculares necessárias à formação profissional.

## VIII – DO CONTRATO DE APRENDIZAGEM

Contrato de aprendizagem é o contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado, em que o empregador se compromete a assegurar ao maior de quatorze anos e menor de vinte e quatro anos, matriculado em Curso ou Programa de **Aprendizagem**, formação técnico-profissional metódica, compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, e o aprendiz, a executar com zelo e diligência, as tarefas necessárias a essa formação.

A validade do contrato de aprendizagem pressupõe anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social, matrícula e freqüência do aprendiz à escola, caso não haja concluído o ensino fundamental, e matrícula e freqüência em Curso ou Programa de **Aprendizagem** desenvolvido sob a orientação de entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica.

O contrato de aprendizagem não poderá ser estipulado por período inferior a seis meses ou superior a vinte e quatro meses.

A contratação do aprendiz poderá ser efetivada pela empresa que se obriga ao cumprimento da cota de aprendizagem ou pelas entidades sem fins lucrativos citadas no item “Formação Técnico-Profissional Metódica”.

A contratação direta do aprendiz ocorre quando o estabelecimento responsável pelo cumprimento da cota de aprendizagem assume a condição de empregador.

A contratação indireta do aprendiz caracteriza-se quando a empresa firma contrato de prestação de serviços ou convênio com a entidade sem fins lucrativos com as seguintes obrigações recíprocas:

- a entidade sem fins lucrativos, simultaneamente ao desenvolvimento do Curso ou Programa de **Aprendizagem**, assume a condição de empregador no contrato de aprendizagem, assinando a carteira do aprendiz e anotando no espaço destinado às anotações gerais que a assinatura da CTPS decorre de contrato ou convênio firmado com determinado empregador para efeito do cumprimento da cota de aprendizes.
- a empresa responsável pelo cumprimento da cota assume a obrigação de proporcionar ao aprendiz a experiência prática da formação técnico-profissional a que este está submetido.

A contratação do empregado aprendiz deve ser informada no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED em conformidade com as instruções do Ministério do Trabalho e Emprego.

O código da ocupação ou função do aprendiz corresponde ao respectivo código da ocupação ou função da Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

Na hipótese de impossibilidade de eliminação das condições nocivas do ambiente de trabalho, a contratação e a matrícula deverão ser feitas em relação a funções que permitam a experiência prática em outras atividades do próprio estabelecimento e que ofereçam condições adequadas para sua realização. O empregador pode optar por contratar aprendizes para qualquer outra função cujas atividades práticas possam ser desenvolvidas em ambiente simulado, observada a obrigatoriedade de treinamento prático nos procedimentos de segurança e saúde.

#### *IX - DIREITOS TRABALHISTAS DO APRENDIZ*

Ao aprendiz, salvo condição mais favorável, será garantido o salário mínimo hora.

Entende-se por condição mais favorável aquela fixada no contrato de aprendizagem por liberalidade do empregador ou prevista em convenção ou acordo coletivo de trabalho, onde se especifique o salário mais favorável ao aprendiz, bem como o piso regional.

A duração do trabalho do aprendiz deverá ser de no máximo seis horas diárias, podendo se estender até oito horas diárias para os aprendizes que já tenham concluído o ensino fundamental, se nelas forem computadas as horas destinadas à **aprendizagem teórica**.

São vedadas a prorrogação e a compensação de jornada.



Nos contratos de **Aprendizagem** o depósito devido ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) corresponderá a dois por cento da remuneração paga ou devida, no mês anterior, ao empregado aprendiz.

As férias do empregado aprendiz deverão coincidir com um dos períodos das férias escolares do ensino regular quando solicitado, em conformidade com o § 2º do art. 136 da CLT, sendo vedado o parcelamento, nos termos do § 2º do art. 134 da CLT.

A empresa que conceder qualquer tipo de benefício referente à alimentação aos seus funcionários, deverá estendê-lo ao aprendiz, nos moldes definido no acordo de cooperação técnica ou protocolo de intenções a ser firmado com o MTE.

É assegurado ao aprendiz o direito ao benefício do vale-transporte.

O benefício do seguro-desemprego aplicar-se-á ao aprendiz na hipótese da dispensa sem justa causa.

Ficam assegurados ao aprendiz os demais direitos trabalhistas e previdenciários compatíveis com o contrato de **aprendizagem**.

## X – DA DURAÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO DE APRENDIZAGEM

O prazo de duração do contrato de aprendizagem não poderá ser estipulado por mais de dois anos, conforme disciplina o art. 428, § 3º, da CLT.

O contrato de **aprendizagem** extinguir-se-á no seu termo ou quando o aprendiz completar vinte e quatro anos, exceto na hipótese de aprendiz deficiente, ou, ainda antecipadamente, nas seguintes hipóteses:

- desempenho insuficiente ou inadaptação do aprendiz;
- falta disciplinar grave;
- ausência injustificada à escola que implique perda do ano letivo; ou
- a pedido do aprendiz.

Nos casos de extinção ou rescisão do contrato de **aprendizagem**, o empregador deverá contratar novo aprendiz e matriculá-lo em curso de **aprendizagem**.

Para efeito das hipóteses de rescisão do contrato de **aprendizagem** deverão ser observadas as seguintes disposições:

A falta disciplinar grave caracteriza-se por quaisquer das hipóteses abaixo, previstas no art. 482 da CLT:

- ato de improbidade;
- incontinência de conduta ou mau procedimento;
- negociação habitual por conta própria ou alheia sem permissão do empregador, e quando constituir ato de concorrência à empresa para a qual trabalha o empregado, ou for prejudicial ao serviço;
- condenação criminal do empregado, passada em julgado, caso não tenha havido suspensão da execução da pena;
- desídia no desempenho das respectivas funções;
- embriaguez habitual ou em serviço,
- violação de segredo da empresa;
- ato de indisciplina ou de insubordinação;
- abandono de emprego;
- ato lesivo da honra ou da boa fama praticado no serviço contra qualquer pessoa, ou ofensas físicas, nas mesmas condições, salvo em caso de legítima-defesa, própria ou de outrem;
- ato lesivo da honra ou da boa fama ou ofensas físicas praticadas contra o empregador e superiores hierárquicos, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;
- prática constante de jogos de azar
- prática, devidamente comprovada em inquérito administrativo, de atos atentatórios à segurança nacional.

A ausência injustificada à escola que implique perda do ano letivo será caracterizada por meio de declaração da instituição de ensino.

Nas hipóteses de extinção do contrato mencionadas acima, não se aplicam as indenizações referentes aos contratos por tempo determinado, previstas nos artigos 479 e 480 da CLT.

Na extinção total da empresa, fechamento de estabelecimento ou falecimento do empregador individual dar-se-á a rescisão antecipada do contrato de **Aprendizagem** sem justa causa, com a incidência da indenização prevista no artigo 479 da CLT, quando for o caso.

Ocorrendo a extinção total da empresa, citada no parágrafo anterior, é facultado ao aprendiz prosseguir no Curso ou Programa de **Aprendizagem** mediante contrato específico com outro estabelecimento.

## *XI - CERTIFICADOS*

Aos aprendizes que concluírem os Cursos ou Programas de **Aprendizagem**, com aproveitamento e frequência mínima exigida, será concedido certificado de qualificação profissional pela Instituição de Aprendizagem.

O certificado de qualificação profissional deverá enunciar o título e o perfil profissional de conclusão para a ocupação na qual o aprendiz foi qualificado.

## **XII - OPERACIONALIZAÇÃO DA APRENDIZAGEM NO PROGRAMA NACIONAL DE ESTÍMULO AO PRIMEIRO EMPREGO DO JOVEM - PNPE**

Uma das ações do Departamento de Políticas de Trabalho e Emprego para a Juventude – DPJ da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego – SPPE, do Ministério do Trabalho e Emprego –MTE consiste em viabilizar a assinatura de Protocolos de Intenção e Acordos de Cooperação Técnica entre o MTE, as empresas públicas e as Instituições de **Aprendizagem** legalmente qualificadas em formação técnico-profissional metódica, tendo como interveniente o Ministério Público do Trabalho, visando garantir o cumprimento do limite máximo de contratação de aprendizes permitido (15%) e a qualidade do programa de aprendizagem.

São ainda estabelecidos cronogramas de implementação, conteúdos mínimos e cargas horárias que garantam uma formação teórico-prática condizente com a busca da formação integral do aprendiz, configurando-se em uma ação proativa do Departamento de Políticas de Trabalho e Emprego para a Juventude - DPJ, articulada à ação de fiscalização da Secretaria de Inspeção do Trabalho - SIT, estendendo assim, à **Aprendizagem**, a concepção de qualificação sócio-profissional que permeia toda política que visa à promoção da inclusão no âmbito do **PNPE**.

## *XIII - PROCESSO SELETIVO*

Definido pela Lei 10.748, de 2003, o beneficiário do PNPE deverá ter entre dezesseis e vinte e quatro anos de idade, não ter vínculo empregatício anterior, ser membro de família com renda mensal *per capita* de até meio salário mínimo, estar matriculado e frequentando regularmente o ensino fundamental ou médio, ou cursos de educação de jovens e adultos ou ainda haver concluído o ensino médio e estar cadastrado nas unidades executoras do Programa.

As empresas que, mediante Acordo de Cooperação Técnica ou Protocolo de Intenções, contratarem preferencialmente aprendizes com o perfil do PNPE, terão direito a receber o “Selo Empresa Parceira do Programa Primeiro Emprego”, de que trata a Portaria MTE nº 392, de 15 de agosto de 2005.

Para que isso possa ocorrer, a empresa deve selecionar os aprendizes já cadastrados no PNPE ou cadastrá-los, após a seleção, em uma das unidades executoras do PNPE de sua cidade, anteriormente à contratação.

#### XIV - PROJETO PEDAGÓGICO

As dimensões teóricas e práticas da formação do aprendiz devem ser pedagogicamente articuladas entre si, sob a forma de itinerários formativos que possibilitem ao aprendiz a compreensão das características do mundo do trabalho e dos fundamentos técnicos, tecnológicos e científicos, bem como a execução das atividades específicas da ocupação, mobilizando de modo integrado conhecimentos, habilidades e atitudes requeridas no perfil profissional.

A proposta de um núcleo básico de conteúdos tem o objetivo de oferecer conhecimentos destinados à qualificação e habilitação aos aprendizes, caracterizando-se pela articulação entre formação e trabalho, sendo que as aptidões, competências e habilidades deverão ser trabalhadas nas dimensões pessoal, social e profissional.

O Módulo Básico da **Aprendizagem** é formado pelos conteúdos de Direitos Humanos e Cidadania, Temas Transversais, Apoio e Estímulo à Elevação de Escolaridade e Inserção Digital.

Somado ao núcleo profissionalizante que reúne a teoria e a prática específicas, esses conteúdos visam contribuir para o reconhecimento e a valorização dos direitos humanos e da cidadania, e do desenvolvimento do aprendiz beneficiário como:

- **Pessoa**, mediante a aquisição de níveis crescentes de autonomia, de definição dos próprios rumos, de exercício de seus direitos e de sua liberdade;

- Cidadão, consciente da importância do papel protagônico da juventude e da necessidade da sua efetiva participação no aprimoramento da democracia, na defesa dos direitos civis, políticos e sociais e no exercício da solidariedade para a mudança social; e
- **Trabalhador**, qualificado social e profissionalmente para a inserção ativa, cidadã, no mundo social e do trabalho e para o exercício do protagonismo, do empreendedorismo e da economia solidária.

Na ação de qualificação sócio-profissional é estratégica a construção de um currículo norteado por um projeto de educação para o despertar do espírito crítico e criativo do aprendiz, com base em perspectivas realistas das oportunidades de crescimento profissional concretas, presentes na realidade local.

Essa estratégia é coerente com a concepção de qualificação como uma construção social, relacionada ao aprendizado que vai além da aquisição de conhecimentos técnicos e habilidades específicas limitadas ao desempenho de uma ocupação.

Os Cursos ou Programas de **Aprendizagem** deverão obrigatoriamente desenvolver conteúdos relativos à comunicação oral e escrita, leitura e compreensão de textos, raciocínio lógico-matemático, segurança e saúde no trabalho, direitos trabalhistas, direitos previdenciários, direitos humanos e cidadania, educação ambiental, de modo integrado e articulado às dimensões teóricas e práticas do processo formativo, conforme especificado no Quadro de Conteúdos constante deste Termo.

Deverão ainda, contemplar as dimensões ética, cognitiva, social e psicomotora para o desenvolvimento do aprendiz na perspectiva de sua formação integral, enquanto trabalhador e cidadão, sendo estruturadas a partir do perfil profissional da ocupação, definido em consonância com as demandas das empresas e dos trabalhadores, do mercado de trabalho e da sociedade, mediante metodologia apropriada.

As aulas teóricas do Curso ou Programa de **Aprendizagem** devem ocorrer em ambiente físico adequado ao ensino e com meios didáticos apropriados e podem se dar sob a forma de aulas demonstrativas no ambiente de trabalho, hipótese em que é vedada qualquer atividade laboral do aprendiz, ressalvado o manuseio de materiais, de ferramentas, de instrumentos e assemelhados.

**Poderão ser utilizadas várias metodologias como:**

- aulas presenciais, teóricas ou práticas realizadas na Instituição de **Aprendizagem**;
- aulas práticas, realizadas no ambiente de trabalho ou em situação de simulação do ambiente real, no caso de atividades insalubres, observada a obrigatoriedade de treinamento prático nos procedimentos de segurança e saúde;
- trabalho por projetos;
- ensino à distância com utilização de multimídia e/ou material impresso; e
- palestras e/ou seminários.

A Instituição de **Aprendizagem** deverá apresentar o Projeto Pedagógico contendo os dados elencados abaixo, de acordo com os modelos anexados a este Termo de Referência.

1. Quadro de Conteúdos Básicos contendo objetivos, conteúdos, competências, carga horária, de acordo com o Quadro Referencial de Conteúdos – Módulo Básico (ANEXO I).
2. Quadro de Conteúdos Específicos contendo conteúdos práticos e teóricos, carga horária, de acordo com o Quadro Referencial de Conteúdos – Módulo Específico (ANEXO II).

## **XV - COMPETÊNCIAS**

### **• DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO**

- quantificar as cotas de aprendizes das empresas nos termos do art. 429 da CLT;
- elaborar juntamente com a empresa que assinou o Protocolo de Intenções ou o Acordo de Cooperação Técnica e a Instituição de **Aprendizagem** o Projeto Pedagógico do Programa de **Aprendizagem**, com base no Quadro Referencial de Conteúdos deste Termo de Referência e da Portaria MTE nº 702, de 18 de dezembro de 2001;
- acompanhar a implementação e a realização dos Programas de **Aprendizagem** definidos em decorrência dos Acordos de Cooperação Técnica e Protocolos de Intenção firmados;
- aplicar as medidas cabíveis nos casos de descumprimento das determinações; e
- fiscalizar as condições para realização da prática profissional curricular nos estabelecimentos das empresas obrigadas ao cumprimento da cota, quando for o caso.

### **• DAS EMPRESAS**

- celebrar convênio ou contrato com as Instituições de **Aprendizagem** que irão efetuar a qualificação dos aprendizes e a contratação, quando for o caso, de forma a viabilizar a execução do Programa de **Aprendizagem**;
  - elaborar, juntamente com a Instituição de **Aprendizagem** e o **MTE**, o projeto Pedagógico do Programa de **Aprendizagem**, com base no Quadro Referencial de Conteúdo deste Termo de Referência;
  - fiscalizar a execução das ações definidas nos Acordos de Cooperação Técnica ou Protocolos de Intenção firmados, indicando, por escrito, o responsável pelo acompanhamento do desenvolvimento das atividades previstas no Programa de **Aprendizagem**;
  - participar do processo de recrutamento e seleção dos aprendizes candidatos à **Aprendizagem**, juntamente com as Instituições de Aprendizagem, garantindo preferencialmente a contratação de aprendizes com perfil do **PNPE**;
  - apresentar à Instituição de Aprendizagem informações sobre as demandas de qualificação profissional;
  - acompanhar o desempenho do aprendiz, compreendendo a frequência, o aproveitamento e a disciplina; e
  - oferecer condições adequadas para a prática profissional curricular, quando for o caso, responsabilizando-se pela segurança e higiene nos ambientes de **Aprendizagem**, nos termos das normas em vigor.
- **DAS INSTITUIÇÕES DE APRENDIZAGEM**
- - analisar a demanda das empresas (cota e ocupações);
    - estudar a viabilidade de atendimento, buscando conciliar a demanda das empresas, os cursos e programas instalados, a capacidade de expansão e criação de novos cursos ou programas, os interesses dos aprendizes e da sociedade e as realidades locais;
    - participar do processo de recrutamento e seleção dos aprendizes candidatos à **Aprendizagem** juntamente com as empresas, garantindo preferencialmente a contratação de aprendizes com perfil do **PNPE**;
    - elaborar, juntamente com as empresas e o **MTE**, o Projeto Pedagógico do Programa de **Aprendizagem**, com base no Quadro Referencial de Conteúdos deste Termo de Referência e nos termos da Portaria MTE nº 702, de 2001;
    - planejar e organizar o Programa de **Aprendizagem** das empresas, de acordo com as leis e normas em vigor e com as diretrizes institucionais, em parceria com os demais partícipes;
    - planejar e disponibilizar os recursos necessários ao Curso ou Programa de **Aprendizagem**;

- implantar e administrar o Curso ou o Programa de **Aprendizagem**, compreendendo: gestão, orientação, docência, supervisão, avaliação, certificação e auditoria;
- comunicar, mensalmente, à empresa conveniada ou contratante, informações sobre o desempenho do aluno, compreendendo frequência, aproveitamento e disciplina; e
- emitir os certificados aos concluintes do Curso ou Programa de **Aprendizagem** ou de módulo de qualificação, quando for o caso.

#### DO MPT

- acompanhar a implementação e a realização do Programa de **Aprendizagem**, em conjunto com o **Ministério do Trabalho e Emprego**; e
- aplicar as medidas cabíveis nos casos de descumprimento das determinações e fiscalizar as condições para realização da prática profissional curricular nos estabelecimentos das empresas, quando for o caso.



## XVI - REFERÊNCIAS LEGAIS

- **Consolidação das Leis do Trabalho – CLT**
- **Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000**
- Lei nº 10.748, de 22 de outubro de 2003
- Lei nº 11.180, de 23 de setembro de 2005
- Portaria MTE nº 702, de 18 de dezembro de 2001
- Instrução Normativa SIT-MTE nº 26, de 20 de dezembro de 2001

## XVII - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMO, Helena & BRANCO, Pedro Paulo Martoni (org.). **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.
- IBGE. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios 2003**. Brasília, IBGE, 2003.
- IBGE. **Pesquisa Mensal de Emprego**. Brasília: IBGE, junho, 2005.
- JACOBO, Julio. Et alii. **Relatório de desenvolvimento juvenil 2003**. Brasília, UNESCO, 2004.
- TERRA, Denise. **Jovem brasileiro, quem é ele**. Disponível em: <[http://www.multirio.rj.gov.br/seculo21/texto\\_link.asp?cod\\_link=1001&cod\\_chave=1242&letra=h](http://www.multirio.rj.gov.br/seculo21/texto_link.asp?cod_link=1001&cod_chave=1242&letra=h)> Acesso em: 27 jul. 2005.

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

**PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE  
NÍVEL MÉDIO AO ENSINO MÉDIO NA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO DE  
JOVENS E ADULTOS**

**PROEJA**

**DOCUMENTO-BASE**

**Departamento de Políticas e Articulação  
Institucional.  
Coordenação-Geral de Políticas de Educação  
Profissional e Tecnológica  
Fevereiro de 2006**

## PROEJA: DESAFIO PEDAGÓGICO E POLÍTICO

O Programa de Integração da Educação Profissional Técnica de Nível Médio ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA é um desafio pedagógico e político para todos aqueles que desejam transformar este país dentro de uma perspectiva de desenvolvimento e justiça social. A implementação deste Programa compreende a construção de um projeto possível de sociedade mais igualitária e fundamenta-se nos eixos norteadores das políticas de educação profissional do atual governo: **a expansão da oferta pública de educação profissional**; o desenvolvimento de **estratégias de financiamento público** que permitam a obtenção de recursos para um atendimento de qualidade; a oferta de educação profissional dentro da concepção de **formação integral do cidadão** – formação esta que combine, na sua prática e nos seus fundamentos científicos-tecnológicos e histórico sociais – trabalho, ciência e cultura - e o **papel estratégico da educação profissional nas políticas de inclusão social**.

O PROEJA surge ao mesmo tempo em que puderam ser removidos os obstáculos legais que impediam a expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (Lei 9649/98). Após um período de estagnação, por conta de uma opção pela gradual privatização da educação profissional, o que causou enormes prejuízos ao processo de desenvolvimento nacional, o atual governo percebeu a importância de uma rede profundamente vinculada às matrizes produtivas locais e regionais, capaz de articular a educação profissional à formação propedêutica, com a possibilidade de oferta verticalizada – do ensino médio ao ensino superior de graduação e pós-graduação – na perspectiva de uma formação para a cidadania. Assim, consciente do protagonismo e importância da Rede Federal, o Governo Federal, através do Ministério da Educação, sob a coordenação desta Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - SETEC passou a implementar uma audaciosa política de expansão, que deve promover um crescimento de 30% no número de unidades de ensino até ao final de 2006. Não se trata, porém, apenas de uma expansão física. Além da multiplicação das escolas e cursos da Rede Federal e da oferta de cursos no âmbito

perspectivas de uma formação integral. O Proeja é mais que um projeto educacional. Ele, certamente, será um poderoso instrumento de resgate da cidadania de toda uma imensa parcela de brasileiros expulsos do sistema escolar por problemas encontrados dentro e fora da escola. Temos todas as condições para responder positivamente a este desafio e pretendemos fazê-lo.

Eliezer Pacheco Secretário de Educação Profissional e Tecnológica

## **1. A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL**

### **1. SITUANDO A QUESTÃO**

A educação de jovens e adultos (EJA) no Brasil, como modalidade<sup>1</sup> nos níveis fundamental e médio, é marcada pela descontinuidade e por tênues políticas públicas, insuficientes para dar conta da demanda potencial e do cumprimento do direito, nos termos estabelecidos pela Constituição Federal de 1988. Essas políticas são, muitas vezes, resultantes de iniciativas individuais ou de grupos isolados, especialmente no âmbito da alfabetização, que se somam às iniciativas do Estado. No entanto, as políticas de EJA não acompanham o avanço das políticas públicas educacionais que vêm alargando a oferta de matrículas para o ensino fundamental<sup>2</sup>, universalizando o acesso a essa etapa de ensino ou, ainda, ampliando a oferta no ensino médio, no horizonte prescrito pela Carta Magna. As lutas sociais têm impulsionado o Estado a realizar, na prática, as conquistas constitucionais do direito à educação, processualmente instaurando a dimensão de perenidade nas políticas, em lugar de ofertas efêmeras, traduzidas por programas e projetos. Essa dimensão de perenidade para o direito à educação implica sistematicidade de financiamento, previsão orçamentária com projeção de crescimento da oferta em relação à demanda potencial e continuidade das ações políticas para além da alternância dos governos, entre outros aspectos.

A partir de 2003, a presença do Estado na EJA, por meio de um programa, o *Brasil Alfabetizado*, em disputa organizada pela luta dos educadores de EJA em fóruns estaduais e regionais<sup>3</sup> fez crescer a preocupação e a destinação de verbas para os municípios com vista à continuidade de estudos, sem o que todo esforço de alfabetização é insuficiente.

Entretanto, a cada dia aumenta a demanda social por políticas públicas perenes nessa esfera. Tais políticas devem pautar o desenvolvimento de ações baseadas em princípios epistemológicos que resultem em um corpo teórico bem estabelecido e que respeite as dimensões sociais, econômicas, culturais, cognitivas e afetivas do jovem e do adulto em situação de aprendizagem escolar.

Um agravante na situação brasileira diz respeito à presença forte de jovens na EJA, em grande parte devido a problemas de não-permanência e insucesso no ensino fundamental “regular”. Embora se tenha equacionado praticamente o acesso para todas as crianças, não se conseguiu conferir qualidade às redes para garantir que essas crianças permaneçam e aprendam. Além disso, a sociedade brasileira não conseguiu reduzir as desigualdades socioeconômicas e as famílias são obrigadas a buscar no trabalho das crianças uma alternativa para a composição de renda mínima, roubando o tempo da infância e o tempo da escola. Assim, mais tarde esses jovens retornam, via EJA, convictos da falta que faz a escolaridade em suas vidas, acreditando que a negativa em postos de trabalho e lugares de emprego se

associa exclusivamente à baixa escolaridade, desobrigando o sistema capitalista da responsabilidade que lhe cabe pelo desemprego estrutural.

A EJA, em síntese, trabalha com sujeitos marginais ao sistema, com atributos sempre acentuados em consequência de alguns fatores adicionais como raça/etnia, cor, gênero, entre outros. Negros, quilombolas, mulheres, indígenas, camponeses, ribeirinhos, pescadores, jovens, idosos, subempregados, desempregados, trabalhadores informais são emblemáticos representantes das múltiplas apartações que a sociedade brasileira, excludente, promove para grande parte da população desfavorecida econômica, social e culturalmente.

Apesar de as questões da EJA não estarem resolvidas no nível de ensino fundamental, cuja oferta é dever do Estado por força constitucional, entende-se ser impossível ficar imóvel diante de algumas constatações que vêm sendo apontadas no âmbito da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica como, por exemplo, a baixa expectativa de inclusão de jovens de classes populares entre os atendidos pelo sistema público de educação profissional.

É, portanto, fundamental que uma política pública estável voltada para a EJA contemple a elevação da escolaridade com profissionalização no sentido de contribuir para a integração sociolaboral desse grande contingente de cidadãos cerceados do direito de concluir a educação básica<sup>4</sup> e de ter acesso a uma formação profissional de qualidade.

## **2. POR UMA POLÍTICA DE INTEGRAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO AO ENSINO MÉDIO NA MODALIDADE EJA**

O Programa de Integração da Educação Profissional Técnica de Nível Médio ao Ensino Médio na Modalidade Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), originário do Decreto nº. 5.478, de 24/06/2005, revela a decisão governamental de atender à demanda de jovens e adultos pela oferta de educação profissional técnica de nível médio, da qual, em geral, são excluídos, bem como, em muitas situações, do próprio ensino médio.

O Decreto, que institui o Programa, teve, inicialmente, como **base** de ação a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Anteriormente ao Decreto, algumas instituições da Rede já desenvolviam experiências de educação profissional com jovens e adultos, de modo que, juntamente com outros profissionais, a própria Rede, instituições parceiras, gestores educacionais e estudiosos dos temas abrangidos pelo Decreto passaram a questionar o Programa, propondo sua ampliação em termos de abrangência e aprofundamento em seus princípios epistemológicos.

Assim, essas experiências, em diálogo com os pressupostos referenciais do Programa, indicam a necessidade de ampliar seus limites, tendo como horizonte a universalização da educação básica, aliada à formação para o mundo do trabalho, com acolhimento específico a jovens e adultos com trajetórias escolares descontínuas. Tal horizonte aponta para a perenidade da ação proposta, ou seja, para além de um Programa, institucionalizando uma política pública de integração da educação profissional ao ensino médio na modalidade de educação de jovens e adultos.

Pensar a perenidade dessa política pressupõe assumir a condição humanizadora da educação, que por isso mesmo não se restringe a “tempos próprios” e “faixas etárias”, mas se faz ao longo da vida, nos termos da Declaração de Hamburgo de 1997 (*In*: IRELAND, MACHADO, PAIVA, 2004). Nesse sentido, o que realmente se pretende é a formação humana, no seu sentido lato, com acesso ao universo de saberes e conhecimentos científicos e tecnológicos produzidos historicamente pela humanidade, integrada a uma formação profissional que permita compreender o mundo, compreender-se no mundo e nele atuar na busca de melhoria das próprias condições de vida e da construção de uma sociedade socialmente justa. A perspectiva precisa ser, portanto, de formação na vida e para a vida e não apenas de qualificação do mercado ou para ele.

Por esse entendimento, não se pode subsumir a cidadania à inclusão no “mercado de trabalho”, mas assumir a formação do cidadão que produz, pelo trabalho, a si e o mundo. Esse largo mundo do trabalho — não apenas das modernas tecnologias, mas de toda a construção histórica que homens e mulheres realizaram, das mais simples, cotidianas, inseridas e oriundas no/do espaço local até as mais complexas, expressas pela revolução da ciência e da tecnologia — força o mundo contemporâneo a rever a própria noção de trabalho (e de desenvolvimento) como inexoravelmente ligada à revolução industrial.

O declínio sistemático do número de postos de trabalho obriga redimensionar a própria formação, tornando-a mais abrangente, permitindo ao sujeito, além de conhecer os processos produtivos, constituir instrumentos para inserir-se de modos diversos no mundo do trabalho, inclusive gerando emprego e renda. Nesse sentido, a discussão acerca da identidade “trabalhador” precisa ser matizada por outros aspectos da vida, aspectos constituintes e constitutivos dos sujeitos jovens e adultos como a religiosidade, a participação social e política, familiar, nos mais diversos grupos culturais, entre outros.

A formação humana, que entre outros aspectos considera o mundo do trabalho, implica também a compreensão de elementos da macro-economia — como a estabilização e a retomada do crescimento em curso — mediatizados pelos índices de desenvolvimento humano alcançados e a alcançar. A formação humana aqui tratada impõe produzir um arcabouço reflexivo que não atrele mecanicamente educação-economia, mas que expresse uma política pública de educação profissional técnica de nível médio integrada ao ensino médio para jovens e adultos como direito e como parte da educação básica, em um projeto nacional de desenvolvimento soberano, frente aos desafios de inclusão social e da globalização econômica.

Diante do exposto, é necessário ter uma noção mais precisa dos sujeitos que se pretende beneficiar com a implementação dessa política pública educacional. Dessa forma, no próximo item, serão explicitados alguns dados estatísticos da educação nacional, principalmente acerca dos jovens e adultos em questão.

# **1. *Os grupos destinatários da política de integração da educação profissional técnica de nível médio ao ensino médio na modalidade EJA***

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD / IBGE), em 2002, o Brasil possuía 23.098.462 de jovens com idade entre 18 e 24 anos. A situação de trabalho desses jovens no mercado formal é preocupante. De acordo com o Registro Anual de

Informações Sociais (RAIS/MTE, 2002), apenas 5.388.869 — cerca de 23,3% dos jovens dessa faixa etária — tinham emprego no mercado de trabalho formal no mesmo ano.

Também quando se verificam dados de escolaridade da PNAD / IBGE 2003, apresentados na tabela a seguir, pode-se observar que nesse ano cerca de 23 milhões de pessoas possuíam 11 anos de estudo, ou seja, haviam concluído o ensino médio. Esse contingente representava apenas 13% do total da população do país. Por conseguinte, pode-se inferir o baixo nível de escolaridade dos brasileiros que enfrentam o mundo do trabalho.

**Tabela 1 – População e anos de estudo: 2003**

<b>Anos de estudos</b>	<b>Total da população</b>
<b>Total</b>	<b>173.966.052</b>
0	41.461.092
1	7.089.749
2	9.137.740
3	10.889.367
4	19.129.760
5	11.583.950
6	7.546.165
7	7.757.360
8	13.280.759
9	4.907.149
10	4.845.985
<b>11</b>	<b>22.932.919</b>
12	2.041.844
13	1.587.909
14	1.466.865
15 ou mais	7.515.178
Não Informado	792.261

Fonte: IBGE/PNAD – 2003

Ainda segundo o IBGE, em dados referentes à coleta feita pelo Censo 2000, os estudos recentes de Paiva (2005), visando à melhor compreensão das demandas potenciais por educação e de como tem sido constituída a política educacional no país, trazem um conjunto de observações indispensáveis à contextualização da EJA. Considerando-se a distribuição da população de 10 anos ou mais de idade, observa-se que uma parcela de 31,4% tem até três anos de estudo. Isso significa que o terço da população brasileira que consegue ir à escola não chega à metade do ensino fundamental de oito anos. O Piauí e o Maranhão detêm as taxas mais altas (56,6% e 53,2%, respectivamente) e o Distrito Federal (16,1%) a mais baixa. Levando-se em conta a distribuição dos estudantes por nível de ensino freqüentado, verifica-se que o ensino fundamental absorve o maior número de alunos. Nesse nível a matrícula atinge 58,2%, sendo que nas regiões Norte e Nordeste esta proporção é ainda maior, 62,6% e 64,1%, respectivamente.

Entre os jovens de 15 a 17 anos de idade, a taxa de escolarização passou de 55,3% para 78,8%. Poder-se-ia dizer que os jovens estão tendo mais acesso à escola e nela permanecem por mais tempo. No entanto, os dados de conclusão do ensino fundamental ainda demonstram um distanciamento forte em relação aos dados de ingresso. Além disso, os dados do ensino médio não revelam que essa escolarização ampliada se faz, nessa etapa de ensino, na faixa etária em questão, como era de se esperar.

Em relação às pessoas de 18 e 19 anos de idade, a proporção é menor: apenas 50,3% do grupo estava estudando e, entre os jovens de 20 a 24 anos, a proporção é de 26,5%. No grupo de 25 anos ou mais de idade, a taxa de escolarização quase triplicou de 1991 para 2000 (passou de 2,2% para 5,9%), mas ainda é baixa. Os dados são insuficientes para revelar algum movimento efetivo de retorno à escola por parte dos que interromperam os estudos. Isto porque, entre outras questões, o indicador inclui desde os estudantes que estão aprendendo a ler e a escrever até os que estão na pós-graduação.

Em 2000, pela primeira vez, o Censo IBGE forneceu dados relativos à frequência escolar pela rede freqüentada: 79% dos alunos estão matriculados na rede pública e gratuita de ensino, o que reforça a necessidade de compreensão da oferta pública de educação como direito. A despeito desses dados, o número absoluto de sujeitos de 15 anos ou mais (que representam 119,5 milhões de pessoas do total da população) sem conclusão do ensino fundamental (oito anos de escolaridade), como etapa constituidora do direito constitucional de todos à educação, é ainda de 65,9 milhões de brasileiros. Da população economicamente ativa, 10 milhões de pessoas maiores de 14 anos e integradas à atividade produtiva são analfabetas ou subescolarizadas.

Como reflexo das desigualdades, negros e pardos com mais de dez anos de idade também são mais vitimados nesse processo, com menos anos de escolarização do que brancos. Nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste as diferenças se apresentam de forma mais aguda, como indicada na Tabela 2.

**Tabela 2 - Média de anos de estudo da população de 10 anos ou mais de idade, por cor ou raça, segundo as Grandes Regiões. Brasil, 2001.**

Grandes Regiões	Média de anos de estudo da população de 10 anos ou mais de idade			
	Total	Cor ou raça		
		Branca	Preta	Parda
Brasil (1)	6,1	7,0	5,0	5,0
Norte (2)	6,1	7,0	5,2	5,7
Nordeste	4,7	5,7	4,2	4,3
Sudeste	6,8	7,4	5,4	5,7
Sul	6,6	6,8	5,5	5,1
C-Oeste	6,3	7,2	5,2	5,6

Fonte: IBGE - Síntese de Indicadores Sociais, 2002.

(1) Exclusive a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.



(2) Exclusive a população rural.

A grave situação educacional que os números revelam exige refletir o quanto têm estado equivocadas as políticas públicas para a educação de jovens e adultos, restritas, no mais das vezes, à questão do analfabetismo, **sem articulação com a educação básica como um todo, nem com a formação para o trabalho**, nem com as especificidades setoriais, traduzidas pelas questões de gênero, raça, espaciais (campo – cidade), geracionais etc.

O imenso contingente de jovens que demanda a educação de jovens e adultos, resultante de taxas de abandono de 12% no ensino fundamental regular e de 16,7% no ensino médio, acrescido de distorção idade-série de 39,1% no ensino fundamental e de 53,3% no ensino médio (BRASIL, 2001), revela a urgência de tratamento não fragmentado, mas totalizante e sistêmico, sem o que se corre o risco de manter invisibilizada socialmente essa população, frente ao sistema escolar e, seguramente, no mundo do trabalho formal, exigente de certificações e comprovações de escolaridade formal.

Quando as políticas públicas voltam-se para o que tem sido chamado de universalização do atendimento e a escola básica deixa de ser elitizada, passando a atender também as classes populares, torna-se evidente que não é o acesso suficiente para dar conta do saber ler e escrever. Os fundamentos das práticas pedagógicas permanecem reproduzindo modelos culturais de classes sociais diversas das dos alunos, produzindo o fracasso escolar e a chamada “evasão”. Desta forma, ainda hoje, mesmo os que chegam ao final saem sem dominar a leitura e a escrita.

Este fato tem representado um aumento substantivo de jovens na EJA, todos com escolaridade descontínua, não-concluintes com êxito do ensino fundamental, obrigados a abandonar o percurso, ou pelas reiteradas repetências, indicadoras do próprio “fracasso”, ou pelas exigências de compor renda familiar, insuficiente para a sobrevivência, face ao desemprego crescente, à informalidade e a degradação das relações de trabalho, ao decréscimo do número de postos.

Essa presença marcante de jovens na EJA, principalmente nas áreas metropolitanas, vem desafiando os educadores, do ponto de vista das metodologias e das intervenções pedagógicas, obrigando-os a refletir sobre os sentidos das juventudes<sup>5</sup> — e de seus direitos — que permeiam as classes de jovens e adultos.

Distorções idade-série e idade-conclusão também vêm influenciando a composição de um contingente jovem na EJA. Na prática, a grande maioria de alunos de EJA provém de situações típicas dessas chamadas “distorções”.

### **Gráfico 1 - Distorção idade-conclusão no ensino fundamental e médio na rede pública. Brasil, 2004**

Fonte: MEC/INEP/EDUDATA, 2004.

Um leve decréscimo nas porcentagens, em três anos (2000, 2001 e 2002), no ensino fundamental — o número de alunos concluintes com idade superior a 14 anos, em 2000, equivalia a 49,3%; em 2002, correspondia a 43,5% — indica haver ainda um longo percurso até que os sistemas de ensino possam corrigir o fluxo de matrículas, melhorar o rendimento dos alunos, adequar o calendário escolar, dentre outros fatores que podem contribuir no

enfrentamento dos desafios que modifiquem o quadro de exclusão precoce de crianças, adolescentes e jovens das escolas públicas brasileiras.

Em relação ao ensino médio, pode-se observar queda nos índices de distorção – baixou de 55,1%, em 2000, para 52,4%, em 2002. Todavia, esta diminuição ainda não representa uma mudança significativa, pois mais da metade dos alunos concluintes ainda estão fora da idade prevista para o término, ou seja, mais de 18 anos.

### **Gráfico 2 - Distorção idade-série no ensino fundamental e médio na rede pública brasileira, 2000, 2001, 2002, 2003**

Fonte: MEC/INEP/EDUDATA, 2004.

Observando-se o Gráfico 2, verifica-se que os percentuais são proporcionais à progressão na educação básica: os menores níveis de distorção idade-série estão no primeiro segmento, crescendo no segundo segmento do ensino fundamental e ampliando-se, ainda mais, no ensino médio.

Essa observação permite dizer que os fatores de distorção podem estar direta e indiretamente relacionados à organização e à estrutura dos sistemas de ensino, que acabam por impedir ou dificultar o fluxo escolar (dentre alguns fatores, destaca-se a inexistência de vagas, as precárias condições de oferta, a falta de professores, a baixa qualificação dos profissionais, a inadequação do calendário, além da adoção de um projeto pedagógico que muitas vezes explicita a importância da diversidade, mas trabalha com uma concepção de aluno modelar).

No ano de 2000, o primeiro segmento do ensino fundamental apresentava uma taxa de distorção de 38,8%, índice que se eleva para 53% no segundo segmento e, no ensino médio, alcança 60,1%. No ano de 2003, percebe-se que há uma sensível melhora desse fluxo, refletida nas taxas de distorção que sofrem queda de 9,5% para o primeiro segmento do ensino fundamental (29,3%), de 7,2% para o segundo segmento (45,8%) e de 5,6% para o ensino médio (54,5%).

Indicadores educacionais, como os apresentados, ganham vida quando se circula nos diferentes espaços da EJA existentes em todo o país, constatando-se que, atrás dos números, há milhões de pessoas que convivem cotidianamente com condições de oferta e de permanência precárias; com má qualidade de ensino e com uma modalidade educacional desvalorizada socialmente. A ausência de oportunidades concretas para vivenciar trajetórias de sucesso no sistema educacional acaba por culpabilizar a vítima, ou seja, cada sujeito, por mais uma história de fracasso. Frente aos descaminhos da EJA, torna-se imperativo assumir uma postura vigilante contra todas as práticas de desumanização.

Esses dados se agravam quando a eles se junta o que revela o quadro dos infratores de 18 a 29 anos, jovens pobres, com escolarização precária, e que privados da liberdade passam a ser privados também de qualquer chance de escolarização pela insuficiência de atendimento no sistema penitenciário.

Juliano (2003, p. 27-28), estudando o sistema penitenciário do Rio de Janeiro e a oferta pública de ensino que se faz em uma de suas penitenciárias, aponta que os dados do Censo Penitenciário de 1995 identificavam 129.000 presos no Brasil, país com a quarta população

carcerária do mundo. Desses, 96% são do sexo masculino, jovens, dos quais 53% entre 18 e 30 anos, 42% da população carcerária total composta por negros e mulatos, 75% com escolaridade inferior ao ensino fundamental e 95% em situação de pobreza.

Dados de 2001, do *Informações Penitenciárias*, do Ministério da Justiça, demonstram a ampliação desse número para 222.330 presos, dos quais 4,4% são mulheres (9.574), e 95,6% homens (212.756). No caso do Rio de Janeiro, segundo o jornal O Globo (8 ago. 2004), 53% dos internos integram a faixa etária de 18 a 24 anos, que somados aos 19% de 25 a 29 anos, totalizam uma população de 72% dos condenados com menos de 30 anos. Como se observa,

Infelizmente, esse cenário é coerente com a lógica do mercado global. Esses coletivos excluídos constituem a “população precária” (DIETERICH, 1999; MOURA, 2004a) a qual, historicamente, têm sido oferecidos mecanismos de inclusão precária<sup>7</sup>. Esta população tem um papel relevante ao constituir um exército de reserva e contribuir para exercer uma constante pressão de baixa sobre os salários dos que têm emprego e funcionar como armazém humano para equilibrar as oscilações conjunturais da demanda de mão-de-obra.

Apesar dessa dura realidade, existe outro tipo de sociedade que pode ser buscada. Uma sociedade que tenha o ser humano e suas relações com o meio-ambiente e a natureza em geral como centro e na qual a tecnologia esteja submetida a uma racionalidade ética no lugar de estar a serviço exclusivo do mercado e do fortalecimento dos indicadores econômicos. Nessa sociedade, a produção coletiva do conhecimento deve estar voltada para a busca de soluções aos problemas das pessoas e das comunidades menos favorecidas na perspectiva da edificação de uma sociedade socialmente justa.

Nesta sociedade, o homem deve ser concebido como um ser integral, “o qual, no confronto com outros sujeitos, afirma a sua identidade social e política e reconhece a identidade de seus semelhantes, ambas construídas nos processos de desenvolvimento da individualização e da intersubjetividade” (CEFET-RN, 1999, p. 47). Essa concepção de homem resulta em pensar um “eu” socialmente competente, um sujeito político, um cidadão capaz de atuar sobre a realidade e, dessa forma, ter participação ativa na história da sociedade da qual faz parte e na construção de sua própria história.

Esta concepção de homem é diferente e muito mais ampla do que a requerida pela lógica neoliberal, de forma que os processos educativos estruturados a partir desse referencial deverão contribuir para a formação de cidadãos capazes de participar politicamente na sociedade, atuando como sujeitos nas esferas pública, privada e no terceiro setor, espaços privilegiados da prática cidadã, em função de transformações que apontem na direção dessa sociedade justa e igualitária.

Nesse contexto de economia globalizada, a situação periférica ocupada pelo Brasil no contexto internacional dificulta a implementação desse modelo alternativo de desenvolvimento socioeconômico. Essa situação, além das implicações já mencionadas, também contribui com um fator limitante na busca da construção de uma política de Estado para a educação do país: a fragmentação das discussões e de programas e projetos na agenda educacional brasileira<sup>8</sup>.

Nos anos 90, houve na educação básica um aumento quantitativo da oferta pública, entretanto, essa ampliação não veio acompanhada de melhoria qualitativa, precisamente pela falta de investimentos decorrentes da ausência de uma política de Estado para esse fim.

O que se constata é que tanto o acesso à educação no Brasil, como o tipo de educação acessado, depende fundamentalmente da origem socioeconômica de cada indivíduo. Para os filhos das classes média-alta e alta, oferece-se uma educação de caráter mais “refinado”, voltada para ciências e artes, quase sempre em escolas privadas de alto custo mensal, inacessíveis aos filhos da classe trabalhadora.

Cabe ressaltar, ainda, que não há equivalência entre as escolas privadas, existindo as de “primeira marca” para aquelas famílias de “renda de primeira”; as de “segunda” para as famílias de “renda de segunda” e assim sucessivamente, até o limite inferior do rendimento



Outra possibilidade desses coletivos juvenis é a tentativa de ingresso em uma instituição da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, que historicamente atua como referência em vários aspectos que constituem a formação integral. Entretanto, isso não é fácil, já que são organizações cuja concorrência para ingresso, muito elevada, confronta-se com a quantidade de vagas, sempre muito menor do que a demanda. Para ilustrar melhor essa afirmação, apresenta-se a distribuição das matrículas no ensino médio e na educação profissional técnica de nível médio brasileira, em 2004.

**Tabela 3 – Matrícula no ensino médio e na educação profissional técnica de nível médio no Brasil por dependência administrativa**

Dependência administrativa	Ensino Médio (Regular)	Ensino Médio (EJA)		Ensino Médio (TOTAL)	Educação Profissional - Nível técnico
		Presencial	Semi-presencial		
<b>Brasil</b>	9.169.357	1.157.593	551.460	10.878.410	676.093
<b>Federal</b>	67.652	316	0	67.968	82.293
<b>Estadual</b>	7.800.983	950.536	497.306	9.248.825	179.456
<b>Municipal</b>	189.331	37.894	17.993	245.218	21.642
<b>Privada</b>	1.111.391	168.847	36.161	1.316.399	392.702

Fonte: elaboração de Moura (2005), a partir do Censo Escolar 2004.

Ao analisar a Tabela 3, percebe-se que a oferta de cursos técnicos de nível médio corresponde a apenas a 6,21% da oferta total do ensino médio. Além disso, a oferta, no âmbito federal, corresponde a poucos 12,17% do total de matrículas dos cursos técnicos de nível médio. E, ainda mais, a oferta de cursos técnicos de nível médio é maior no âmbito privado (58,02%) do que no público (41,98%), incluindo as esferas municipal, estadual e federal.

Como síntese da situação na educação básica, pode-se dizer que existe uma estratificação muito acentuada, o que, além dos aspectos já mencionados, acarreta uma segmentação social sem precedentes.

Do ponto de vista social, o produto mais palpável que emerge dessa dura realidade é o fortalecimento do exército de reserva anteriormente referido: brasileiros e brasileiras sem alternativa de vida que vão engrossar os bolsões de miséria, ocupando subempregos ou sendo atraídos pelo submundo da marginalidade.

Diante dessa realidade, a presença da oferta de EJA na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e por outros atores que tratam do ensino médio e da educação profissional almeja romper com os processos contínuos de exclusão e de formas crescentemente perversas de inclusão<sup>10</sup> (MARTINS, 2002) vivenciados pelas classes populares no Brasil: mesmo quando conseguem emprego de carteira assinada, encaram a realidade da precarização dos direitos trabalhistas, com o movimento sindical desgastado em seu potencial mobilizador. O atual momento de crise da ordem moderna impõe o desafio de pensar novas formas de relação com o trabalho, novas alternativas de sobrevivência que não passem, necessariamente pelo assalariamento<sup>11</sup>.

A tradição da oferta de cursos de excelência da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica vem compor com experiências inovadoras na oferta da EJA no Brasil, integrando a educação básica à formação profissional, tendo como produto final uma formação essencialmente integral.

Diante desse quadro é imperiosa a implantação de uma política pública de Estado para potencializar a oferta integrada entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio na modalidade EJA. As concepções e os princípios inerentes a essa política serão tratados no próximo capítulo.

### **3. CONCEPÇÕES E PRINCÍPIOS DE UMA POLÍTICA PÚBLICA DE INTEGRAÇÃO ENTRE A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO E O ENSINO MÉDIO NA MODALIDADE EJA**

O desenvolvimento de uma nação não depende exclusivamente da educação, mas de um conjunto de políticas que se organizam, se articulam e se implementam ao longo de um processo histórico, cabendo à educação importante função estratégica neste processo de desenvolvimento. Ao mesmo tempo, deve-se ter clareza em reconhecer que nem a educação geral nem a educação profissional e tecnológica, por si sós, gerarão desenvolvimento, trabalho e renda.

Também não é novidade reconhecer que a educação desempenhou um papel estratégico em todas as nações que construíram um projeto nacional de desenvolvimento soberano e autônomo. A experiência histórica tem demonstrado que não há desenvolvimento econômico se não acompanhado de desenvolvimento social e cultural. A educação é, nesse sentido, o processo de criação, produção, socialização e reapropriação da cultura e do conhecimento produzidos pela humanidade por meio de seu trabalho.

Frente ao processo de crescente exclusão social, desemprego estrutural, desassalariamento, desemprego juvenil, baixa escolaridade e qualificação insuficiente dos trabalhadores, concentração da riqueza, reestruturação produtiva e incorporação das tecnologias de informação e comunicação no processo produtivo, as mudanças e as transformações só serão significativas se forem, efetivamente, estruturais e profundas, ou seja, se envolverem a configuração de uma outra sociedade, em bases éticas — políticas, culturais e sociais.

O tempo das políticas e a realidade histórica da educação no país exigem concomitância de ações de curto, médio e longo prazos, para atender ao horizonte constitucional da universalização do acesso à educação básica até o nível médio. Frigotto (2005) nomeia como *políticas de inserção* as ações imediatas, que não podem esperar, devido à dívida histórica do Estado brasileiro com a sociedade, e como *políticas de integração* as que se projetam para o médio e longo prazos, reinstituindo o pensar prospectivo, com visão de futuro e de incorporação do direito para as gerações vindouras. A formulação, portanto, de políticas públicas exige, com frequência, a concomitância de variadas formas de intervenção, o que muitas vezes resulta na visão, por parte da sociedade, de fragmentação de ações e de redundância de objetivos em diversos campos de atuação governamental.

Enquanto isso, torna-se indispensável criar condições materiais e culturais capazes de responder, em curto espaço de tempo, ao desafio histórico de implementar políticas globais e específicas que, no seu conjunto, ajudem a consolidar as bases para um projeto societário de caráter mais ético e humano. Neste sentido, é necessário construir um projeto de

desenvolvimento nacional auto-sustentável e inclusivo que articule as políticas públicas de trabalho, emprego e renda, de educação, de ciência e tecnologia, de cultura, de meio ambiente e de agricultura sustentável, identificadas e comprometidas com a maioria, para realizar a travessia possível em direção a um outro mundo, reconceitualizando o sentido de nação, nação esta capaz de acolher modos de vida solidários, fraternos e éticos.

Um projeto como esse, requerido para o desenvolvimento nacional, precisa, em nível estratégico e tático, de uma política pública de educação profissional e tecnológica articulada com as demais políticas. A educação profissional e tecnológica comprometida com a formação de um sujeito com autonomia intelectual, ética, política e humana exige assumir uma política de educação e qualificação profissional não para adaptar o trabalhador e prepará-lo de forma passiva e subordinada ao processo de acumulação da economia capitalista, mas voltada para a perspectiva da vivência de um processo crítico, emancipador e fertilizador de outro mundo possível.

Essa política deve ser levada a cabo para os adolescentes egressos do ensino fundamental e que, em geral, freqüentam um ensino médio que carece de significado porque, entre outros aspectos, não tem caráter de terminalidade, constituindo, apenas, uma ponte entre o ensino fundamental e o superior para os poucos que logram alcançar esse nível de educação.

Igualmente, é fundamental que essa política de educação profissional e tecnológica, nos moldes aqui tratados, também seja destinada, com o mesmo padrão de qualidade e de forma pública, gratuita, igualitária e universal, aos jovens e adultos que foram excluídos do sistema educacional ou a ele não tiveram acesso nas faixas etárias denominadas regulares, sendo esse o objetivo central desse documento-base – uma política educacional para proporcionar o acesso do público de EJA ao ensino médio integrado à educação profissional técnica de nível médio.

Esta política precisa ser gestada na sociedade e o que se aponta é a necessidade de o Estado – como o poder político que se exerce em nome de uma nação e responsável pela garantia dos direitos fundamentais – assumir o comando e a responsabilidade deste processo diante das disputas pela hegemonia, da concentração de poder econômico e político e dos efeitos da globalização.

Nesse contexto, a formação profissional específica e continuada é uma necessidade permanente, tanto pelas condições objetivas de milhões de jovens e adultos que a buscam e dela necessitam, quanto pelas necessidades econômicas e pela mudança na forma de organização do processo produtivo. É necessário garantir acesso à alfabetização, ao ensino fundamental e à educação profissional a **62 milhões de jovens e adultos** (IBGE, PNAD 2003) que não tiveram condições de completar a educação básica nos tempos da infância e da adolescência que deveriam anteceder, na lógica própria da cultura moderna, o tempo do trabalho.

## 1. CONCEPÇÕES

Diante da realidade brasileira, a qual revela as limitações do Estado no que se refere à garantia do direito de todos os cidadãos ao acesso à educação pública, gratuita e de qualidade, cabe discutir o modo como se forja uma política nessa área, vislumbrando-se para ela outros sentidos, pelo fato de se pretender que seja mais ampla do que um Programa, não a reduzindo a uma situação temporária, persistente em função das limitações do próprio Estado brasileiro



para cumprir o seu dever. O exercício da modalidade EJA no âmbito do nível médio de ensino é ainda incipiente, e sobremaneira na Rede Federal, local privilegiado para o oferecimento da modalidade EJA integrada à educação profissional.

Denotada na Rede Federal a ausência de sujeitos alunos com o perfil típico dos encontrados na EJA, cabe — mesmo que tardiamente —, repensar as ofertas até então existentes e promover a inclusão desses sujeitos, rompendo com o ciclo das apartações educacionais, na educação profissional e tecnológica. Nesse contexto, **o Governo Federal, por meio do Ministério da Educação, convida a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica para atuar como referência na oferta do ensino médio integrado à educação profissional na modalidade EJA.**

Ao perseguir a construção de um modelo de sociedade no qual o sistema educacional proporcione condições para que todos os cidadãos e cidadãs, independentemente de sua origem socioeconômica tenham acesso, permanência e êxito na educação básica pública, gratuita, unitária e com qualidade para as faixas etárias regulares, e que garanta o direito a aprender por toda a vida a jovens, homens e mulheres, independente dos níveis conquistados de escolaridade, firma-se a concepção de que a formação pode contribuir para a integração sociolaboral dos diversos conjuntos populacionais, e mais do que isso, para que constitua, efetivamente, direito de todos.

Por essa perspectiva, discutir uma política integrada de educação profissional ao ensino médio na modalidade EJA implica discutir também a concepção de educação continuada de cunho profissional, para além da educação básica, ou seja, especializações profissionais em programas de participação social, cultural e política; e na educação superior, entre outras possibilidades educativas ao longo da vida. O horizonte, portanto, em que se assume a política, não é restrito e próximo, mas se coloca na distância possível dos sonhos e das utopias dos educadores que têm pensado, historicamente, a educação brasileira.

Para que um programa possa se desenhar de acordo com marcos referenciais do que se entende como política educacional de direito, **um aspecto básico norteador é o rompimento com a dualidade estrutural cultura geral versus cultura técnica**, situação que viabiliza a oferta de uma educação academicista para os filhos das classes favorecidas socioeconomicamente e uma educação instrumental voltada para o trabalho para os filhos da classe trabalhadora, o que se tem chamado de uma *educação pobre para os pobres*.

**A concepção de uma política, cujo objetivo da formação está fundamentado na integração de trabalho, ciência, técnica, tecnologia, humanismo e cultura geral, pode contribuir para o enriquecimento científico, cultural, político e profissional das populações, pela indissociabilidade dessas dimensões no mundo real. Ademais, essas dimensões estão estreitamente vinculadas às condições necessárias ao efetivo exercício da cidadania.**

Assim, uma das finalidades mais significativas dos cursos técnicos integrados no âmbito de uma política educacional pública deve ser a capacidade de proporcionar educação básica sólida, em vínculo estreito com a formação profissional, ou seja, a **formação integral do educando**. A formação assim pensada contribui para a integração social do educando, o que compreende o mundo do trabalho sem resumir-se a ele, assim como compreende a continuidade de estudos. Em síntese, a oferta organizada se faz orientada a proporcionar a formação de cidadãos-profissionais capazes de compreender a realidade social, econômica,

política, cultural e do mundo do trabalho, para nela inserir-se e atuar de forma ética e competente, técnica e politicamente, visando à transformação da sociedade em função dos interesses sociais e coletivos especialmente os da classe trabalhadora.

Outro aspecto irrenunciável é o de assumir a EJA como um campo de conhecimento específico, o que implica investigar, entre outros aspectos, as reais necessidades de aprendizagem dos sujeitos alunos; como produzem/produziram os conhecimentos que portam, suas lógicas, estratégias e táticas de resolver situações e enfrentar desafios; como articular os conhecimentos prévios produzidos no seu estar no mundo àqueles disseminados pela cultura escolar; como interagir, como sujeitos de conhecimento, com os sujeitos professores, nessa relação de múltiplos aprendizados; de investigar, também, o papel do sujeito professor de EJA, suas práticas pedagógicas, seus modos próprios de reinventar a didática cotidiana, desafiando-o a novas buscas e conquistas — todos esses temas de fundamental importância na organização do trabalho pedagógico.

Um programa, pois, de educação de jovens e adultos nesse nível de ensino necessita, tanto quanto nos demais níveis, e para outros sujeitos, formular uma proposta político-pedagógica específica, clara e bem definida para que possa atender as reais necessidades de todos os envolvidos, e oferecer respostas condizentes com a natureza da educação que buscam, dialogando com as concepções formadas sobre o campo de atuação profissional, sobre o mundo do trabalho, sobre a vida.

Os sujeitos alunos deste processo não terão garantia de emprego ou melhoria material de vida, mas abrirão possibilidades de alcançar esses objetivos, além de se enriquecerem com outras referências culturais, sociais, históricas, laborais, ou seja, terão a possibilidade de ler o mundo, no sentido freireano, estando no mundo e o compreendendo de forma diferente da anterior ao processo formativo.

Finalmente, por ser um campo específico de conhecimento, exige a correspondente formação de professores para atuar nessa esfera. Isso não significa que um professor que atue na educação básica ou profissional não possa trabalhar com a modalidade EJA. Todos os professores podem e devem, mas, para isso, precisam mergulhar no universo de questões que compõem a realidade desse público, investigando seus modos de aprender de forma geral, para que possam compreender e favorecer essas lógicas de aprendizagem no ambiente escolar.

Oferecer aos professores e aos alunos a possibilidade de compreender e apreender uns dos outros, em fértil atividade cognitiva, afetiva, emocional, muitas vezes no esforço de retorno à escola, e em outros casos, no desafio de vencer estigmas e preconceitos pelos estudos interrompidos e a idade de retorno, é a perspectiva sensível com que a formação continuada de professores precisa lidar.

Dessa forma, é fundamental que preceda à implantação dessa política uma sólida formação continuada dos docentes, por serem estes também sujeitos da educação de jovens e adultos, em processo de aprender por toda a vida.

## **2. PRINCÍPIOS**

Os princípios que consolidam os fundamentos dessa política são definidos a partir de teorias de educação em geral e de estudos específicos do campo da EJA, além de reflexões

teórico-práticas desenvolvidas tanto na EJA quanto no ensino médio e nos cursos de formação profissional da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

O **primeiro princípio** diz respeito ao papel e compromisso que entidades públicas integrantes dos sistemas educacionais têm com a **inclusão da população em suas ofertas educacionais**. O princípio surge da constatação de que os jovens e adultos que não concluíram a educação básica em sua faixa etária regular têm tido pouco acesso a essas redes. Assim, um princípio dessa política — a inclusão — precisa ser compreendido não apenas pelo acesso dos ausentes do direito à escola, mas questionando também as formas como essa inclusão tem sido feita, muitas vezes promovendo e produzindo exclusões dentro do sistema, quando não assegura a permanência e o sucesso dos alunos nas unidades escolares.

O **segundo princípio**, decorrente do primeiro, consiste na **inserção orgânica da modalidade EJA integrada à educação profissional nos sistemas educacionais públicos**. Assume-se, assim, a perspectiva da educação como direito — assegurada pela atual Constituição no nível de ensino fundamental como dever do Estado. Além disso, alarga-se a projeção desse dever ao se apontar a educação básica iniciando-se na educação infantil e seguindo até a conclusão do ensino médio.

A **ampliação do direito à educação básica, pela universalização do ensino médio** constitui o **terceiro princípio**, face à compreensão de que a formação humana não se faz em tempos curtos, exigindo períodos mais alongados, que consolidem saberes, a produção humana, suas linguagens e formas de expressão para viver e transformar o mundo. A expansão do direito, portanto, inclui a universalização do ensino médio, como horizonte próximo, face à quase total universalização do acesso ao ensino fundamental<sup>12</sup>.

O **quarto princípio** compreende o **trabalho como princípio educativo**. A vinculação da escola média com a perspectiva do trabalho não se pauta pela relação com a ocupação profissional diretamente, mas pelo entendimento de que homens e mulheres produzem sua condição humana pelo trabalho — ação transformadora no mundo, de si, para si e para outrem.

O **quinto princípio** define a **pesquisa como fundamento da formação** do sujeito contemplado nessa política, por compreendê-la como modo de produzir conhecimentos e fazer avançar a compreensão da realidade, além de contribuir para a construção da autonomia intelectual desses sujeitos/educandos.

O **sexto princípio** considera as **condições geracionais, de gênero, de relações étnico-raciais como fundantes da formação humana e dos modos como se produzem as identidades sociais**. Nesse sentido, outras categorias para além da de “trabalhadores”, devem ser consideradas pelo fato de serem elas constituintes das identidades e não se separarem, nem se dissociarem dos modos de ser e estar no mundo de jovens e adultos.

#### 4. PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO INTEGRADO

A política de integração da educação profissional ao ensino médio na modalidade EJA, conforme anteriormente afirmado, opera, **prioritariamente**, na perspectiva de um *projeto político-pedagógico integrado*, apesar de ser possível a oferta de cursos de educação profissional articulada ao ensino médio em outras formas – *integrada, concomitante e*

*subseqüente* (Decreto nº 5.154/04). Na busca de priorizar a integração, os maiores esforços concentram-se em buscar caracterizar a forma *integrada*, que se traduz por um **currículo integrado**.

Não obstante o esforço pela *integração*, sabe-se o quanto é grande a diversidade entre as instituições que executarão essa política pública educacional, em função de diferenças geográficas, de dependência administrativa, de infra-estrutura física e de recursos humanos, entre outras peculiaridades, o que levará a se admitir, quando a realidade assim o exigir, a articulação entre o ensino médio e a educação profissional técnica de nível médio na forma *concomitante*.

Entretanto, mesmo nessas situações excepcionais, é fundamental que seja elaborado um projeto político-pedagógico único, a partir da ação conjunta das instituições que estiverem colaborando no sentido de viabilizar a respectiva oferta. Nesse projeto político-pedagógico interinstitucional único, é imprescindível que se incorporem, ao máximo possível, as concepções, princípios e diretrizes estabelecidas para a oferta *integrada*.

Dessa forma, no caso da *concomitância*, as instituições que estiverem colaborando, elaborarão de forma conjunta e prévia ao desenvolvimento da oferta, o respectivo projeto político-pedagógico. Além disso, é importante que a *concomitância* ocorra desde o início e até o final de cada curso, aproximando, tanto quanto possível, esta forma de articulação às ofertas *integradas*.

Optou-se pela não admissão da forma *subseqüente*, entre outros fatores, pelo fato da enorme heterogeneidade dos projetos pedagógicos das instituições onde foram realizados os estudos anteriores dos alunos das turmas de EJA. Além disso, esses alunos/trabalhadores possuem tempos de afastamento dos estudos mais ou menos longos o que implica a possibilidade de terem sido submetidos a propostas educacionais de diferentes períodos da história da educação no Brasil. Assim, torna-se inviável a elaboração de um projeto político-pedagógico único. Outro ponto a ser considerado é que alunos concluintes de cursos de EJA de ensino médio possuem a certificação necessária para ingresso em cursos de educação profissional técnica de nível médio oferecidos na forma *subseqüente*.

Feitas essas ponderações e esclarecimentos é necessário dirigir a discussão ao objetivo central do capítulo – o currículo integrado.

Porém, quando se fala em **currículo integrado**, pergunta-se: qual o sentido de se integrar o currículo? O que, na verdade, se deseja integrar? E como integrá-lo?

Remetemos o termo [integrar] ao seu sentido de completude, de compreensão das partes no seu todo ou da unidade no diverso, de tratar a educação como uma totalidade social, isto é, nas múltiplas mediações históricas que concretizam os processos educativos [...]. Significa que buscamos enfocar o trabalho como princípio educativo, no sentido de superar a dicotomia trabalho manual/trabalho intelectual, de incorporar a dimensão intelectual ao trabalho produtivo, de formar trabalhadores capazes de atuar como dirigentes e cidadãos. (CIAVATTA, 2005, p. 84).

O que se pretende é **uma integração epistemológica, de conteúdos, de metodologias e de práticas educativas**. Refere-se a **uma integração teoria-prática, entre o saber e o saber-fazer**. Em relação ao currículo, pode ser traduzido em termos de integração entre uma formação humana mais geral, uma formação para o ensino médio e para a formação profissional.

## 1. FUNDAMENTOS POLÍTICO-PEDAGÓGICOS DO CURRÍCULO

Essa política concebe a educação como direito de todos e processo contínuo que se desenvolve ao longo da vida. Nesse sentido, é essencial considerar as especificidades da educação de jovens e adultos.

É necessário, também, estabelecer a **relação entre educação profissional, ensino médio e EJA**, trançando os fios que entrelaçam a perspectiva de pensar, de forma integrada, um projeto educativo; para além de segmentações e superposições que tão pouco revelam das possibilidades de ver mais complexamente a realidade e, por esse ponto de vista, pensar também a intervenção pedagógica.

A concepção de EJA, na perspectiva de uma educação continuada ao longo da vida, foi enfatizada no Art. 3º da Declaração de Hamburgo, fruto da V CONFINTEA realizada em 1997, ao afirmar que:

A educação de adultos engloba todo o processo de aprendizagem formal ou informal, onde pessoas consideradas “adultas” pela sociedade desenvolvem suas habilidades, enriquecem seu conhecimento e aperfeiçoam suas qualificações técnicas e profissionais, direcionando-as para a satisfação de suas necessidades e as de sua sociedade. A educação de adultos inclui a educação formal, a educação não-formal e o espectro da aprendizagem informal e incidental disponível numa sociedade multicultural, onde os estudos baseados na teoria e na prática devem ser reconhecidos. (*In: IRELAND, MACHADO, PAIVA, 2004, p. 42*).

A EJA é entendida aqui, então, tanto como modalidade de ensino como estratégia de formação continuada. As funções *reparadora* e *equalizadora*, por meio das quais o Parecer CNE/CEB nº. 11/2000 atribui o caráter de fazer cumprir o dever do Estado para assegurar o direito de todos à educação, reduzindo a desigualdade entre os que a tiveram e aqueles aos quais o acesso foi interdito, associa-se à terceira função — a *qualificadora*. Esta função, segundo o Parecer, revela o verdadeiro sentido da EJA, compreendida na perspectiva da formação para o exercício pleno da cidadania, por meio do desenvolvimento do pensamento crítico e autônomo de cidadãos participativos, conscientes de seus direitos sociais e de sua compreensão/inserção no mundo do trabalho, entendido como elemento fundamental ao processo de omnição de homens e mulheres e de produção cultural.

O grande desafio dessa política é a construção de uma identidade própria para novos espaços educativos, inclusive de uma escola de/para jovens e adultos. Em função das especificidades dos sujeitos da EJA (jovens, adultos, terceira idade, trabalhadores, população do campo, mulheres, negros, portadores de necessidades especiais, dentre outros), a superação

das estruturas rígidas de tempo e espaço presentes na escola (ARROYO, 2004) é um aspecto fundamental.

Isto remete ao **reconhecimento dos espaços de produção de saberes na sociedade**, muitos deles interditados aos jovens e adultos para a fruição e acesso, como, por exemplo, os que possibilitam a vivência com bens culturais produzidos historicamente – disponíveis em museus, teatros, bibliotecas, cinemas, exposições de arte. Se esta precisa ser uma referência para o currículo do ensino médio com educação profissional, exige também reconhecer formas e manifestações culturais não-hegemônicas produzidas por grupos de menor prestígio social e, quase sempre, negadas e invisibilizadas na sociedade e na escola.

Nesses espaços, **os saberes produzidos são também reconhecidos e legitimados**, e evidenciados por meio de biografias e trajetórias de vida dos sujeitos. Compreende-se que são eles decorrentes dos variados espaços sociais que a população vivencia no seu estar e ser no mundo, seja cultural, laboral, social, político e histórico.

Portanto, o **currículo integrado é uma possibilidade de inovar pedagogicamente na concepção de ensino médio, em resposta aos diferentes sujeitos sociais** para os quais se destina, por meio de uma concepção que considera o mundo do trabalho e que leva em conta os mais diversos saberes produzidos em diferentes espaços sociais. **Abandona-se a perspectiva estreita de formação para o mercado de trabalho, para assumir a formação integral dos sujeitos, como forma de compreender e se compreender no mundo.**

O fundamental nesta proposta é atentar para as especificidades dos sujeitos da EJA, inclusive as especificidades geracionais. Por isso, é essencial conhecer esses sujeitos; ouvir e considerar suas histórias e seus saberes bem como suas condições concretas de existência. “Assim, a educação [...] deve compreender que os sujeitos têm história, participam de lutas sociais, têm nome e rostos, gêneros, raças, etnias e gerações diferenciadas. O que significa que a educação precisa levar em conta as pessoas e os conhecimentos que estas possuem” (BRASIL, 2005, p. 17).

Ainda sobre os sujeitos envolvidos na EJA, é importante que estejam abertos a inovações e comprometidos com os objetivos dessa modalidade, como agentes solidários na produção coletiva de um projeto social, conscientes da sua condição de inacabamento enquanto seres humanos em permanente processo de formação. Dos gestores públicos (MEC e Secretarias Estaduais e Municipais) aspira-se o comprometimento com a viabilização de financiamento permanente, em tempo hábil e com as necessárias articulações políticas, como garantia para uma oferta perene e de qualidade. Dos gestores das instituições espera-se o gerenciamento adequado com acompanhamento sistemático movido por uma visão global. Dos servidores, em geral, deseja-se que sejam sensíveis à realidade dos educandos e compreendam as especificidades da EJA.

Professores, como educadores que são, ao assumirem o papel de mediadores e articuladores da produção coletiva do conhecimento, e comprometidos com a proposta, poderão atuar criativamente, acolhendo sem ansiedade as demandas e exigências dos sujeitos alunos e do projeto pedagógico. A participação de professores em programas de formação continuada poderá favorecer a compreensão de sua função como mobilizadores das famílias, acolhendo-as nas eventuais participações junto ao projeto da escola, de modo a consolidar participações mais sistemáticas e qualificadas no processo educacional.

Os sujeitos educandos caracterizam-se por pertencer a uma população com faixa etária adiantada em relação ao nível de ensino demandado, constituindo um grupo populacional que tem sido reconhecido como integrante da chamada “distorção série-idade”. Embora a legislação não defina a idade mínima para acesso em cursos<sup>13</sup> de ensino fundamental ou de ensino médio na modalidade EJA, há que se exercer papel pedagógico para orientar jovens que venham em busca de substituição de estudos regulares, decorrendo daí, uma vez mais, exclusões para aqueles sempre e historicamente excluídos do direito educacional. Pensar em sujeitos com idade superior ou igual a 18 anos, com trajetória escolar descontínua, que já tenham concluído o ensino fundamental é tomar uma referência, certamente, bem próxima da realidade de vida dos sujeitos da EJA. Esses sujeitos são portadores de saberes produzidos no cotidiano e na prática laboral. Formam grupos heterogêneos quanto à faixa etária, conhecimentos e ocupação (trabalhadores, desempregados, atuando na informalidade). Em geral, fazem parte de populações em situação de risco social e/ou são arrimos de família, possuindo pouco tempo para o estudo fora da sala de aula.

A participação ativa dos alunos na produção de conhecimentos pressupõe o estímulo cotidiano para os muitos possíveis aprendizados, na perspectiva de constante superação, desenvolvendo sua consciência do valor da escolarização e da qualificação profissional.

Pretende-se, assim, produzir um projeto político-pedagógico baseado em princípios, fundamentos, parâmetros e critérios que respeitem a diversidade desses sujeitos, de instituições existentes no país e das experiências em andamento.

Pensando essa política na esfera do ensino médio, é preciso ainda romper, de uma vez por todas, com a visão exclusivamente propedêutica dessa etapa de ensino. Principalmente, com a concepção de ser essa etapa *apenas* um curso preparatório para os exames vestibulares. Concepção esta ainda tão predominante nas instituições de ensino médio. Em suma, há necessidade da ruptura paradigmática dos modelos de ensino médio bastante centrados nos conteúdos específicos e nas disciplinas. A pergunta que se faz neste momento é: “qual o papel do ensino médio como etapa final da educação básica?”

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) define as finalidades do ensino médio, etapa final da educação básica, da seguinte maneira:

- I – a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;
- II – a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;
- III – o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;
- IV – a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática. [...]  
(BRASIL, 1996, Art. 35).

A vinculação entre educação e trabalho torna-se, assim, uma referência primordial. No que diz respeito à educação profissional, a LDBEN esclarece que:

A educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva. (BRASIL, 1996, Art. 39).

Isto significa que não se pode tratar a formação como algo exclusivamente do mundo do trabalho ou do mundo da educação. Trata-se de percebê-la como um ponto de intersecção, para o qual devem confluir diversas abordagens e contribuições, entre elas a dos sujeitos trabalhadores.

Nessa intersecção, que compreende múltiplas dimensões, a qualificação nunca é apenas “profissional” (dimensão técnica), mas sempre “social” (dimensão sociolaboral). Pode-se falar, portanto, em *qualificação social e profissional* para denominar as ações de formação voltadas para uma inserção autônoma e solidária no mundo do trabalho. A qualificação social e profissional permite a inserção e atuação cidadã no mundo do trabalho, com efetivo impacto para a vida e o trabalho das pessoas (BRASIL, 2003, p. 24). Para isso, faz-se necessário no decorrer do processo formativo “a promoção de atividades político-pedagógicas baseadas em metodologias inovadoras dentro de um pensamento emancipatório de inclusão, tendo o trabalho como princípio educativo; o direito ao trabalho como um valor estruturante da cidadania; a qualificação como uma política de inclusão social e um suporte indispensável do desenvolvimento sustentável, a associação entre a participação social e a pesquisa como elementos articulados na construção desta política e na melhoria da base de informação sobre a relação *trabalho-educação-desenvolvimento*. Isso possibilita a melhoria das condições de trabalho e da qualidade social de vida da população” (BRASIL, 2005, p. 20-21).

Considerando, portanto, que a educação profissional tem uma dimensão social intrínseca, ela extrapola a simples preparação para uma ocupação específica no mundo do trabalho e “postula a vinculação entre a formação técnica e uma sólida base científica, numa perspectiva social e histórico-crítica, integrando a preparação para o trabalho à formação de nível médio” (MANFREDI, 2003, p. 57).

Em síntese, os fundamentos político-pedagógicos que norteiam a organização curricular para o cumprimento dessa política são:

- a. A integração curricular visando à qualificação social e profissional articulada à elevação da escolaridade, construída a partir de um processo democrático e participativo de discussão coletiva;
- b. A escola formadora de sujeitos articulada a um projeto coletivo de emancipação humana;
- c. A valorização dos diferentes saberes no processo educativo;
- d. A compreensão e consideração dos tempos e espaços de formação dos sujeitos da aprendizagem;
- e. A escola vinculada à realidade dos sujeitos;
- f. A autonomia e colaboração entre os sujeitos e o sistema nacional de ensino;
- g. O trabalho como princípio educativo (Adaptado do documento *Saberes da Terra*, 2005, p. 22-24).



## 2. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A organização curricular não está dada *a priori*. Essa é uma construção contínua, processual e coletiva que envolve todos os sujeitos que participam do Programa.

A respeito da organização curricular, considera-se que a EJA abre possibilidades de superação de modelos curriculares tradicionais, disciplinares e rígidos. A desconstrução e construção de modelos curriculares e metodológicos, observando as necessidades de contextualização frente à realidade do educando, promovem a ressignificação de seu cotidiano. Essa concepção permite a abordagem de conteúdos e práticas inter e transdisciplinares, a utilização de metodologias dinâmicas, promovendo a valorização dos saberes adquiridos em espaços de educação não-formal, além do respeito à diversidade.

A Resolução CNE/CEB nº. 1/2000 que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a EJA determina no Art. 5º, parágrafo único que:

[...] a identidade própria da Educação de Jovens e Adultos considerará as situações, os perfis dos estudantes, as faixas etárias e se pautará pelos princípios de **eqüidade, diferença e proporcionalidade** na apropriação e contextualização das Diretrizes Curriculares Nacionais e na proposição de um modelo pedagógico próprio de modo a Assegurar:

- I. quanto à eqüidade, a distribuição específica dos componentes curriculares a fim de proporcionar um patamar igualitário de formação e restabelecer a igualdade de direitos e de oportunidades face ao direito à educação;
- II. quanto à diferença, a identificação e o reconhecimento da alteridade própria e inseparável dos jovens e dos adultos em seu processo formativo, da valorização do mérito de cada qual e do desenvolvimento de seus conhecimentos e valores;
- III. quanto à proporcionalidade, a disposição e alocação adequadas dos componentes curriculares face às necessidades próprias da EJA com espaços e tempos nos quais as práticas pedagógicas assegurem aos seus estudantes identidade formativa comum aos demais participantes da escolarização básica.

Define-se, então, o currículo como um desenho pedagógico e sua correspondente organização institucional à qual articula dinamicamente experiências, trabalho, valores, ensino, prática, teoria, comunidade, concepções e saberes observando as características históricas, econômicas e socioculturais do meio em que o processo se desenvolve. “Antes de ser uma proposta pré-definida, o currículo orienta-se pelo diálogo constante com a realidade”. (BRASIL, 2005, p. 24).

### 1. *Estrutura do currículo*

O currículo enquanto um processo de seleção e de produção de saberes, de visões de mundo, de habilidades, de valores, de símbolos e significados, enfim, de culturas, deve considerar:

- a. A concepção de homem como ser histórico-social que age sobre a natureza para satisfazer suas necessidades e, nessa ação produz conhecimentos como síntese da transformação da natureza e de si próprio (RAMOS, 2005, p. 114);
- b. A perspectiva integrada ou de totalidade a fim de superar a segmentação e desarticulação dos conteúdos;
- c. A incorporação de saberes sociais e dos fenômenos educativos extra-escolares; “os conhecimentos e habilidades adquiridos pelo educando por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames” (§2º, Art. 38, LDBEN);
- d. A experiência do aluno na construção do conhecimento; trabalhar os conteúdos estabelecendo conexões com a realidade de educando, tornando-o mais participativo;
- e. O resgate da formação, participação, autonomia, criatividade e práticas pedagógicas emergentes dos docentes;
- f. A implicação subjetiva dos sujeitos da aprendizagem;
- g. A interdisciplinaridade, a transdisciplinaridade e a interculturalidade;
- h. A construção dinâmica e com participação;
- i. A prática de pesquisa (adaptado de MACHADO, 2005).

Todas essas orientações da estrutura do currículo podem levar a diversas formas de organização e estratégias metodológicas. Nessa esfera, tem-se como referência Machado (2005), para quem as abordagens metodológicas de integração podem ser agrupadas, entre outras possibilidades, da seguinte forma:

#### **Abordagens embasadas na perspectiva de complexos temáticos:**

Concentricidade de temas gerais, ligados entre si;

Temas integradores, transversais e permanentes;

Temas que:

- Abranjam os conteúdos mínimos a serem estudados;
- Possam ser abordados sob enfoque de cada área do conhecimento;
- Possibilitem compreender o contexto em que os alunos vivem;
- Atendam as condições intelectuais e sociopedagógicas dos alunos;
- Produzam nexos e sentidos;
- Permitam o exercício de uma pedagogia problematizadora;
- Garantam um aprofundamento progressivo ao longo do curso;
- Privilegiem o aprofundamento e a ampliação do conhecimento do aluno.

#### **Abordagem por meio de esquemas conceituais:**

- Foco em conceitos amplos;
- Conceitos escolhidos que mantêm conexão com várias ciências;
- Cada conceito é desenvolvido em diversos contextos;
- Cada conceito é enriquecido pelas diversas contextualizações.

#### **Abordagem centrada em resoluções de problemas:**

- Problemas são propostos para soluções;
- A partir de sua disciplina, cada professor junto com seus alunos fornece dados e fatos para interpretação visando à solução dos problemas propostos.

#### **Abordagem mediada por dilemas reais vividos pela sociedade:**

- Perguntas são feitas sobre a conveniência de determinadas decisões políticas ou programáticas;
- A partir de sua disciplina, cada professor junto com seus alunos fornece dados e fatos para interpretação visando à discussão dos dilemas propostos.

#### **Abordagem por áreas do conhecimento:**

- Natureza/trabalho;
- Sociedade/trabalho;
- Multiculturalismo/trabalho;
- Linguagens/trabalho;
- Ciência e Tecnologia/Trabalho
- Saúde/trabalho
- Memória/trabalho
- Gênero/trabalho
- Etnicidade/trabalho
- Éticas religiosas/trabalho

De qualquer maneira, independente da forma de organização e das estratégias adotadas para a construção do **currículo integrado**, torna-se imperativo o diálogo entre as experiências que estão em andamento, o diagnóstico das realidades e demandas locais e a existência de um planejamento construído e executado de maneira coletiva e democrática. Isso implica a necessidade de encontros pedagógicos periódicos de todos os sujeitos envolvidos no projeto, professores, alunos, gestores, servidores e comunidade.

É importante ressaltar, mais uma vez, que essa construção curricular implica uma nova cultura escolar e uma política de formação docente; também a produção de um material educativo que seja de referência mas, de forma alguma, prescritivo.

### ***2. Organização dos tempos e espaços***

O processo de ensino-aprendizagem não se dá apenas nos espaços escolares, mas também em espaços físicos diferenciados envolvendo métodos e tempos próprios. Assim, os saberes são construídos na escola, na família, na cultura, na convivência social em que o encontro das diferenças produz novas formas de ser, estar e de se relacionar com o mundo. Desta forma, as atividades desenvolvidas fora do espaço formal da escola podem ser reconhecidas no calendário escolar desde que haja previsão no respectivo projeto político-pedagógico.

Para atender a especificidade da modalidade EJA, necessária se faz a organização de tempos e espaços formativos adequados a cada realidade. Assim, a organização do calendário escolar pode considerar as peculiaridades existentes: sazonalidade, alternância, turnos de trabalho, entre outras especificidades que surgirem à medida que essa política seja efetivamente implementada.

Outro aspecto indispensável de destacar é que a organização dos tempos na modalidade EJA é sempre do projeto de curso, cumprindo definições legais, mas cabendo ao sujeito aluno a possibilidade de permanecer no curso por tempo diverso do previsto, segundo seu ritmo e saberes prévios, desde que tenha alcançado os objetivos previstos para a série/fase/etapa/ciclo de organização do currículo.

Isto significa dizer que o aluno de EJA entra e sai de um curso dessa natureza a qualquer tempo, desde que verificadas suas condições para ingresso e o domínio de conhecimento atingido, em confronto com os objetivos definidos para o curso, o que tanto pode ser em tempo menor que o previamente fixado, quanto em tempo maior.

### 3. AVALIAÇÃO

A aprendizagem não ocorre de maneira imediata e instantânea e nem, apenas, pelo domínio de conhecimentos específicos ou informações técnicas; a aprendizagem requer um processo constante de envolvimento e aproximações sucessivas, amplas e integradas, fazendo com que o educando possa, a partir das reflexões sobre suas experiências e percepções iniciais, observar, reelaborar e sistematizar seu conhecimento acerca do objeto em estudo.

A avaliação abrange todos os momentos e recursos que o professor utiliza no processo de ensino-aprendizagem, tendo como objetivo principal o acompanhamento do processo formativo dos educandos, verificando como a proposta pedagógica vai sendo desenvolvida ou se processando, na tentativa da sua melhoria, ao longo do próprio percurso. A avaliação não privilegia a mera polarização entre o “aprovado” e o “reprovado”, mas sim a real possibilidade de mover os alunos na busca de novas aprendizagens. Muito embora exista a preocupação com a escolaridade, o processo de ensino-aprendizagem traz no seu bojo a concepção que não separa a avaliação da aprendizagem. São partes constitutivas de um mesmo processo. A avaliação nesse sentido ocorre como parte do processo de produção do conhecimento.

Evidencia-se que a avaliação tem como função priorizar a qualidade e o processo de aprendizagem, isto é, o desempenho do aluno ao longo do período letivo, quer seja bimestral, semestral, modular, entre outros, não se restringindo apenas a uma prova ou trabalho, conforme orienta a LDBEN.

Nesse sentido, assume-se neste trabalho a concepção de avaliação apresentada em CEFET-RN (2005), no qual a avaliação deve ser desenvolvida numa perspectiva processual e contínua, que busca a (re)construção do conhecimento coerente com a formação integral dos sujeitos, por meio de um processo interativo, considerando o aluno como ser criativo, autônomo, participativo e reflexivo, tornando-o capaz de transformações significativas na realidade.

Nessa perspectiva, é de suma importância que o professor utilize instrumentos diversificados os quais lhe possibilitem observar e registrar o desempenho do aluno nas atividades desenvolvidas e tomar decisões participativas, tal como refletir com o aluno sobre os aspectos que necessitem ser melhorados, reorientando-o no processo diante das dificuldades de aprendizagem apresentadas, reconhecendo as formas diferenciadas de aprendizagem, em seus diferentes processos, ritmos, lógicas, exercendo, assim, o seu papel de orientador e mediador que reflete na ação e que age sobre a realidade (CEFET-RN, 2005).

A avaliação pode, ainda, favorecer ao docente a identificação dos elementos indispensáveis à análise dos diferentes aspectos da aprendizagem do aluno no seu desenvolvimento intelectual, afetivo, social e do planejamento da proposta pedagógica efetivamente realizada. A concepção de avaliação defendida para essa política exige que aconteça de forma contínua e sistemática, mediante interpretações qualitativas dos conhecimentos produzidos e reorganizados pelos alunos.

Finalmente, consideram-se as múltiplas dimensões da avaliação, ou seja (CEFET-RN, 2005):

*Diagnóstica:* na medida em que caracteriza o desenvolvimento do aluno no processo de ensino-aprendizagem, visualizando avanços e dificuldades e realizando ajustes e tomando decisões necessárias às estratégias de ensino e ao desempenho dos sujeitos do processo;

*Processual:* quando reconhece que a aprendizagem acontece em diferentes tempos, por processos singulares e particulares de cada sujeito, tem ritmos próprios e lógicas diversas, em função de experiências anteriores mediadas por necessidades múltiplas e por vivências individuais que integram e compõem o repertório a partir do qual realiza novos aprendizados, e ressignifica os antigos;

*Formativa:* na medida em que o sujeito tem consciência da atividade que desenvolve, dos objetivos da aprendizagem, podendo participar na regulação da atividade de forma consciente, segundo estratégias metacognitivas que precisam ser compreendidas pelos professores. Pode expressar seus erros, como hipóteses de aprendizagem, limitações, expressar o que sabe, o que não sabe e o que precisa saber;

*Somativa:* expressa o resultado referente ao desempenho do aluno no bimestre/semestre através de menções, relatórios ou notas.

Entende-se que avaliar é reconhecer criticamente a razão da situação em que se encontra o aluno e os obstáculos que o impedem de ser mais. É necessário vencer a “prescrição”, a imposição de uma consciência a outra, desocultando dos procedimentos avaliativos o que Freire (1996) denomina de “consciência hospedeira” da consciência opressora.

Para uma formação humana, é fundamental que o sujeito reconheça o limite da situação de opressão vivida, do temor de ser mais, para querer ousar ser mais, para que encontre os caminhos de seu progresso, de sua libertação. A percepção da realidade a partir de atos de avaliação acolhedores, processuais, formadores pode contribuir para que os objetivos da ação educativa produzam resultados diferentes.

O que importa é que não se reproduzam, pela avaliação, as exclusões vigentes no sistema, que reforçam fracassos já vivenciados e corroboram a crença internalizada de que não são capazes de aprender, substituindo esse modelo pela ratificação da auto-estima que qualquer processo bem-sucedido pode produzir, reafirmando a disposição da política de cumprir o dever da oferta da educação com qualidade, devida a tantos brasileiros pelo Estado.

## **5. O PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO AO ENSINO MÉDIO NA MODALIDADE DE**

## **EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (PROEJA): ESTRUTURA OPERACIONAL**

### **1. COORDENAÇÃO GERAL**

A coordenação geral do Programa caberá à SETEC/MEC, que coordenará o processo de implantação, implementação e avaliação.

### **2. INSTITUIÇÕES PROPONENTES**

- a. Poderão propor cursos, no âmbito do PROEJA, as Instituições Federais de Educação, as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, as instituições de ensino estaduais e municipais públicas.
- b. Apresentar Plano de Trabalho Plurianual, contemplando todas as etapas do processo educacional, em que sejam explicitadas suas atividades e as das instituições parceiras, definindo claramente as responsabilidades de cada uma;
- c. Construir o Projeto Político-Pedagógico junto com os demais parceiros;
- d. Certificar os alunos que concluírem os cursos com aproveitamento, em conformidade com as diretrizes do Decreto que institui o PROEJA;
- e. Proporcionar a gestores e docentes processos de formação que permitam a compreensão das especificidades da educação de jovens e adultos e sua relação com a educação profissional e o ensino médio.

### **3. INSTITUIÇÕES PARCEIRAS**

Poderão participar como parceiras nos projetos, além das organizações classificadas como proponentes, quaisquer organizações da sociedade civil que não visem lucro pecuniário na oferta de cursos no âmbito desse Programa. Serão parceiras preferenciais instituições pertencentes ao Sistema S – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), Serviço Social da Indústria (Sesi), Serviço Social do Comércio (Sesc), Serviço Social do Transporte (Sest), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar) e Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) – e as beneficiadas com recursos provenientes do Programa de Expansão da Educação Profissional (Proep).

### **4. MODALIDADES DE OFERTA**

Serão consideradas as seguintes modalidades de oferta de EJA no Programa:

Quanto à forma:

- a. presencial – quando o curso for totalmente realizado em local determinado com os alunos e professores presentes;
- b. semi-presencial – quando o curso for realizado, parcialmente, à distância;

Quanto à formação profissional oferecida:

- a. EJA modalidade “habilitação técnica – curso de educação profissional técnica de nível médio”. Trata-se de curso em que é ofertado ensino médio na modalidade EJA articulado com curso de educação profissional técnica de nível médio, ao final do qual o aluno fará jus à habilitação profissional e certificado de conclusão do ensino médio.

## **5. OFERTA DE VAGAS, INSCRIÇÃO, MATRÍCULA E ORGANIZAÇÃO DE TURMAS**

Os cursos deverão ser gratuitos e de acesso universal segundo os critérios do Programa. A instituição proponente se responsabilizará pela oferta de vagas, inscrição, matrícula e organização de turmas. As vagas deverão ser ofertadas na forma de edital público. Os critérios para inscrição e matrícula dos interessados no Programa são:

- a. ter ensino fundamental concluído;
- b. ter idade compatível com a definida no projeto e em conformidade com a legislação sobre EJA (Parecer CNE/CEB nº 11/2000 e Resolução CNE/CEB nº 01/2000).

## **6. RECURSOS HUMANOS**

A execução do Plano de Trabalho poderá ser realizada com pessoal próprio da proponente ou das instituições parceiras. A responsabilidade da escolha do pessoal participante no processo é da instituição proponente.

## **7. FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES E GESTORES**

A formação de professores e gestores objetiva a construção de um quadro de referência e a sistematização de concepções e práticas político-pedagógicas e metodológicas que orientem a continuidade do processo. Deve garantir a elaboração do planejamento das atividades do curso, a avaliação permanente do processo pedagógico e a socialização das experiências vivenciadas pelas turmas.

Para alcançar esse objetivo é necessária a ação em duas frentes: um programa de formação continuada sob a responsabilidade das instituições proponentes e programas de âmbito geral fomentados ou organizados pela SETEC/MEC.

As instituições proponentes devem contemplar em seu Plano de Trabalho a formação continuada através de, no mínimo:

- a. formação continuada totalizando 120 horas, com uma etapa **prévia** ao início do projeto de, no mínimo, 40 horas;
- b. participação em seminários regionais, supervisionados pela SETEC/MEC, com periodicidade semestral e em seminários nacionais com periodicidade anual, organizados sob responsabilidade da SETEC/MEC;

- c. possibilitar a participação de professores e gestores em outros programas de formação continuada voltados para áreas que incidam sobre e para o PROEJA, quais sejam, ensino médio, educação de jovens e adultos, educação profissional , bem como sobre o próprio Programa.

A SETEC/MEC como gestora nacional do PROEJA será responsável pelo estabelecimento de programas especiais para a formação de formadores e para pesquisa em educação de jovens e adultos, através de:

- a. oferta de Programas de Especialização em educação de jovens e adultos como modalidade de atendimento no ensino médio integrado à educação profissional;
- b. articulação institucional com vista à cursos de pós-graduação (mestrado e doutorado) que incidam em áreas afins do PROEJA;
- c. fomento para linhas de pesquisa em educação de jovens e adultos, ensino médio e educação profissional.

## **8. MATERIAL EDUCATIVO E PUBLICAÇÕES**

Entende-se por materiais educativos todos os recursos de apoio à mediação pedagógica baseados no uso das tecnologias de comunicação e interação para a produção e veiculação das propostas pedagógicas.

O material poderá ser desenvolvido sob a responsabilidade das instituições proponentes e parceiras, envolvendo alunos e professores participantes do projeto, considerando a realidade local e o projeto político-pedagógico.

Os materiais produzidos por alunos e professores serão de posse pública e poderão ser socializados em ambientes impressos e eletrônicos voltados para os participantes do PROEJA.

## **9. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO**

O monitoramento e a avaliação serão coordenados pela SETEC e incidirão sobre:

- a. a aplicação dos recursos investidos;
- b. o projeto pedagógico e as instituições, utilizando, para tal, modelo similar ao Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior – SINAES;
- c. o pessoal envolvido no Programa, incluindo alunos. Para tanto, todos devem estar cadastrados no Sistema de Informações Gerenciais – SIG da SETEC/MEC ou similar.

## **10. FINANCIAMENTO**

Os recursos poderão ter origem no orçamento da União – recursos do MEC e/ou parcerias interministeriais – e em acordos de cooperação com organismos internacionais. O financiamento será efetuado de forma diferenciada de acordo com as modalidades definidas neste Programa.

Itens financiáveis:

- a. investimentos em infra-estrutura (obras e equipamentos);



- b. contratação de serviços de consultoria;
- c. despesas de custeio em geral;
- d. auxílio à permanência dos alunos na instituição (transporte, alimentação, vestimenta, bolsas de trabalho, material didático etc.).
- e. financiamento de material didático e de publicações impressas e eletrônicas.

## 11. SISTEMA DE COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO

Com o objetivo de dar transparência e facilitar o monitoramento, controle e avaliação do Programa é indispensável a oferta de sistema eletrônico de registro e gerenciamento acadêmico (SiGA) interligado ao SIG.

Para dar visibilidade ao Programa é ainda necessária a criação de uma página na Internet que permita acesso, em níveis diferenciados por meio de senhas, às informações cadastradas no SiGA/SIG e funcione como um sistema organizado de informação em que a SETEC/MEC possa disponibilizar:

- a. editais;
- b. modelos de planos de trabalho e planos de cursos;
- c. contatos entre a SETEC/MEC e instituições participantes;
- d. chamadas para eventos;
- e. *links* com as páginas das instituições participantes;
- f. *links* com outras páginas, selecionadas de acordo com o interesse do Programa;
- g. exemplos de práticas pedagógicas e educativas e socialização de produções do Programa;
- h. resultados da parte pública das avaliações do desenvolvimento do Programa nas instituições participantes;
- i. índices e indicadores do Programa;
- j. ambiente virtual e colaborativo de aprendizagem que sirva de suporte à mediação pedagógica e de gestão para as instituições participantes (*chat*, fórum, lista de discussão).

## 12. PLANO DE IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

O Plano de Implementação do Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade EJA – PROEJA organiza-se em cinco fases interligadas que darão sustentação à sua execução. São elas:

**Fase Preliminar** – aprovação dos modelos pedagógicos a serem utilizados no Programa e divulgação do cronograma de atividades incluindo, no mínimo:

- a. datas de divulgação dos editais, análise das propostas e assinatura dos convênios;
- b. plano de formação continuada centralizado pela instituição proponente;
- c. projeto de implantação do sistema de monitoramento e controle;
- d. projeto de implantação do sistema de comunicação e informação;
- e. datas para a realização dos seminários regionais.

**Fase 1** – convocação de projetos por meio da divulgação de edital público, seguido do recebimento de projetos. Serão realizadas duas chamadas anuais, no 1º e no 4º bimestre;

**Fase 2** – análise de projetos pela SETEC/MEC, com a colaboração de assessores *ad hoc*, seguida da divulgação dos resultados, da convocação s projetos aprovados e assinatura de convênios com as instituições proponentes e as respectivas parceiras;

**Fase 3** – execução dos convênios, o que inclui todas as etapas até a prestação final de contas. A execução será iniciada no máximo 60 dias após a assinatura do convênio e durará no máximo quatro anos.

**Fase de planejamento anual** – recebimento dos relatórios de atividades de cada projeto, análise dos resultados alcançados, planejamento das atividades para o ano seguinte, discussão de mudanças de política etc, resultando nas seguintes informações:

- a. datas de divulgação dos editais, análise das propostas e assinatura dos convênios;
- b. plano de formação continuada centralizado pela instituição proponente;
- c. divulgação dos resultados alcançados;
- d. datas para a realização dos seminários regionais.

### 13. CRONOGRAMA DE IMPLEMENTAÇÃO DO PRIMEIRO EDITAL

ETAPAS	Fev-mar/06	Abr/06	Mai-jun/06	Jul/06-Ago/10	Dez/06
Ações preliminares					
Edital para projetos					
Aprovação dos projetos e assinatura dos convênios					
Execução dos convênios					
Planejamento anual					

6.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROYO, Miguel G. *Da Escola Carente à Escola Possível*. São Paulo: Loyola, 1997.

BRASIL. Congresso Nacional. *Constituição Federal da República Federativa do Brasil*. 5 de outubro 1988.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Educação. *Parecer CNE/CEB nº. 11/2001 e Resolução CNE/CEB nº. 1/2000*. Diretrizes Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília: MEC, maio 2000.

\_\_\_\_\_. Congresso Nacional. *Decreto nº 5.154. 23 de julho 2004*.

\_\_\_\_\_. Congresso Nacional. *Decreto nº 5.478. 24 de junho 2004*.

\_\_\_\_\_. Congresso Nacional. *Lei Federal nº 9.394*. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 20 de dezembro de 1996.

\_\_\_\_\_. Ministério do Trabalho e Emprego. *Plano Nacional de Qualificação: 2003-2007*. Brasília: MTE, 2003.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. *Brasil Alfabetizado*. Brasília: MEC, 2003.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. *Saberes da Terra: Programa Nacional de Educação de Jovens e Adultos Integrada com Qualificação Social e Profissional para Agricultores(as) Familiares*. Brasília: MEC, out. 2005.

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO RIO GRANDE DO NORTE. *Projeto de reestruturação curricular*. Natal: CEFET-RN, 1999.

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO RIO GRANDE DO NORTE. *Projeto político-pedagógico do CEFET-RN: um documento em construção*. Natal: CEFET-RN, 2005.

DIETERICH, H. Globalización, educación y democracia. 4. ed. In: DIETERICH, H. *La aldea global*. Tafalla: Txalaparta, 1999.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia*. Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREITAG, Barbara. *Escola, estado e sociedade*. 3. ed. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

FRIGOTTO, Gaudêncio, CIAVATTA, Maria, RAMOS, Marise Nogueira- (orgs.). *Ensino médio integrado: concepção e contradições*. São Paulo: Cortez, 2005.

\_\_\_\_\_. *Educação e a crise do capitalismo real*. São Paulo: Cortez, 1996.

FURTADO, Celso. *Brasil: a construção interrompida*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

IBGE. *Censo Demográfico 1991*. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.

IBGE. *PNAD 1996*. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.

\_\_\_\_\_. *PNAD 2001*. Rio de Janeiro: IBGE, 2001.

\_\_\_\_\_. *PNAD 2003*. Rio de Janeiro: IBGE, 2003.

IRELAND, Timothy, MACHADO, Maria Margarida, PAIVA, Jane (orgs.). Declaração de Hamburgo sobre educação de adultos – V CONFINTEA. In: *Educação de Jovens e Adultos. Uma memória contemporânea 1996 – 2004*. Brasília: MEC: UNESCO, 2004. (Coleção Educação para Todos). p. 41-49.

JULIÃO, Elionaldo Fernandes. *Política pública de educação penitenciária: contribuição para o diagnóstico da experiência do Rio de Janeiro*. Dissertação (Mestrado). PUC-Rio, abr. 2003.

MACHADO, Lucília Regina S. *Organização do currículo integrado: desafios à elaboração e implementação*. Reunião com gestores estaduais da educação profissional e do ensino médio. Brasília, 9 dez. 2005.

MANFREDI, Silvia Maria. *Educação profissional no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2003.

MARTINS, José de Souza. *A sociedade vista do abismo*. Novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

MOURA, Dante Henrique. Algumas implicações da reforma da EP e do PROEP sobre o projeto político pedagógico do CEFET-RN e a (re)integração dos cursos técnicos ao ensino médio. *REVISTA HOLOS*. Disponível em { HYPERLINK "<http://www.cefetrn.br/dpeq/hol>" } , p. 57-80, 2005.

\_\_\_\_\_. Sociedade, educação, tecnologia e os usos das TIC nos processos educativos. In: *Trabalho necessário. Revista Eletrônica do Neddate*. Disponível em { HYPERLINK "<http://www.uff.br/trabalhonecessario/>" } . Acesso em 30/10/2004, 2004a.

\_\_\_\_\_. Formação e capacitação dos profissionais da educação profissional e tecnológica orientada a uma atuação socialmente produtiva. In: *III Seminário regional para discussão da proposta de Anteprojeto de Lei Orgânica para a EPT*. Natal. Disponível em { HYPERLINK "<http://mec.gov.br/>" } . Acesso 12/12/2004, 2004b.

\_\_\_\_\_. *La autoevaluación como instrumento de mejora de calidad: un estudio de caso* (El Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte/ CEFET-RN/Brasil). 2003. Tese de Doutorado em Educação. Faculdade da Universidade Complutense de Madri. Madri, 2003.

O GLOBO. *Juventude fora da lei*. Rio de Janeiro: O Globo, 8 ago. 2004, p. 22.

PAIVA, Jane. *Educação de Jovens e Adultos: direito, concepções e sentidos*. Tese de Doutorado em Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense. Niterói: UFF, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A construção multicultural da igualdade e da diferença*. Palestra. VII Congresso Brasileiro de Sociologia. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995. (mimeo).

**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**  
**SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**  
**COORDENAÇÃO NACIONAL DO PROJOVEM**

**ProJovem**

**Programa Nacional de Inclusão de Jovens:**  
**Educação, Qualificação e Ação Comunitária**

**SUMÁRIO**

{ TOC \o "1-3" \h \z \u }

**APRESENTAÇÃO**

O ProJovem (Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária) é componente estratégico da Política Nacional da Juventude, no Governo Luiz Inácio Lula da Silva. Será implantado em 2005, sob a coordenação da Secretaria-Geral da Presidência da República em parceria com o Ministério da Educação, o Ministério do Trabalho e Emprego e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Seus destinatários são jovens de 18 a 24 anos, que terminaram a quarta mas não concluíram a oitava série do ensino fundamental e não têm vínculos formais de trabalho. Aos participantes, o ProJovem oferecerá oportunidades de elevação da escolaridade; de qualificação profissional; e de planejamento e execução de ações comunitárias de interesse público.

## 1 - O ProJovem no âmbito da Política Nacional da Juventude

Investir em uma política nacional com programas e ações voltadas para o desenvolvimento integral do jovem brasileiro representa uma dupla aposta: criar as condições necessárias para romper o ciclo de reprodução das desigualdades e restaurar a esperança da sociedade em relação ao futuro do Brasil.

Com essa perspectiva, durante o ano de 2004, constituiu-se o Grupo Interministerial da Juventude, que envolveu 19 Ministérios, Secretarias e órgãos técnicos especializados, para elaborar um diagnóstico sobre a Juventude brasileira e mapear as ações governamentais que são dirigidas especificamente aos jovens ou que contemplam segmentos juvenis, tendo em vista a indicação de referências para uma política nacional de Juventude.

O Grupo contou com a colaboração de técnicos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) na produção de informações estatísticas pertinentes, incorporou resultados de pesquisas e consultas realizadas pela UNESCO e pelo *Projeto Juventude do Instituto Cidadania* e, também, acompanhou o trabalho desenvolvido pela *Comissão Especial da Câmara dos Deputados destinada a acompanhar e estudar propostas de Políticas Públicas para a Juventude*.

Ao finalizar seus trabalhos, o Grupo Interministerial da Juventude sugeriu a implantação de uma política nacional inovadora para a Juventude, que deveria compreender:

- o lançamento do **Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária - ProJovem** - voltado especificamente para o segmento juvenil mais vulnerável e menos contemplado por políticas públicas vigentes: jovens de 18 a 24 anos que não estão matriculados nas escolas e não têm vínculos formais de trabalho. O Programa assume, ao mesmo tempo, caráter emergencial - atendendo um segmento que tem necessidade de chegar ainda jovem ao ensino médio - e caráter experimental, no curso de formação - ao basear em novos paradigmas sua proposta curricular, que trata de forma integrada a formação geral, a qualificação profissional e o engajamento cívico.
- a constituição da **Secretaria Nacional de Juventude** para: (a) formular, supervisionar, coordenar, integrar e articular políticas públicas para a Juventude; (b) articular, promover e executar programas de cooperação com organismos nacionais e internacionais, públicos e privados, voltados para a implementação de políticas para a Juventude.
- a implantação do **Conselho Nacional da Juventude**, órgão colegiado integrante da estrutura básica da Secretaria-Geral da Presidência da República. Será composto por representantes de órgãos governamentais, organizações juvenis, organismos-não-governamentais e personalidades reconhecidas pelo seu trabalho com jovens. Suas finalidades são: (a) assessorar a Secretaria Nacional de Juventude na formulação de diretrizes da ação governamental; (b) promover estudos e pesquisas acerca da realidade sócio-econômica juvenil; (c) assegurar que a Política Nacional de Juventude do Governo Lula seja conduzida por meio do reconhecimento dos direitos e das capacidades dos jovens e da ampliação da participação cidadã.

A implantação simultânea do Programa, da Secretaria e do Conselho, com suas distintas e complementares finalidades e funções, representa um novo patamar de políticas públicas voltadas para a Juventude brasileira, considerada em sua singularidade, diversidade e suas vulnerabilidades e potencialidades.

## **2 - Juventude brasileira: vulnerabilidades e potencialidades**

### **2.1 - Perfil sócio-econômico: vulnerabilidades**

Em qualquer país do mundo, quando se procura caracterizar a Juventude, sempre se depara com uma questão: que faixa etária está sendo considerada? No Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) contempla como idade limite os dezoito anos, mas não há outro dispositivo legal que delimite a faixa etária juvenil. Geralmente as estatísticas brasileiras seguem os parâmetros de organismos internacionais considerando o grupo etário de 15 a 24 anos<sup>83</sup>. Em 2000, estavam nessa faixa cerca de 20% da população (a

13,5% da população total. Em relação à escolaridade, as estatísticas relativas a esse grupo são alarmantes. A PNAD indica que dos 23,4 milhões de jovens, apenas 7,9 milhões (34%) estavam freqüentando a escola. Portanto, 15,4 milhões de jovens de 18 a 24 anos estavam fora da escola. Desses:

- 753,4 mil (4,9%) eram analfabetos;
- 5,4 milhões (35,3%) não haviam concluído o Ensino Fundamental;
- 1,7 milhão (11%) haviam concluído o Ensino Fundamental;
- 1,2 milhão (7,8%) haviam começado o Ensino Médio, mas não o haviam concluído;
- 5,8 milhões (37,5%) haviam concluído o Ensino Médio;
- 547 mil (3,5%) haviam cursado pelo menos um ano de Ensino Superior.

Precocemente afastados da escola, estes jovens também não estavam inseridos no mercado de trabalho formal. Dentre esses jovens, 14 milhões (60%) desenvolviam algum tipo de ocupação, sendo que 13% ou 3,0 milhões de jovens declararam-se como desempregados (55% eram mulheres). As maiores taxas de desemprego encontravam-se nas regiões metropolitanas, 24,6%, enquanto, nas áreas urbanas chegavam a 17,6%.

Os dados anteriores seriam suficientes para identificar esse grupo etário como o segmento juvenil particularmente atingido pelo processo de exclusão social: jovens de 18 a 24 anos, residentes nas regiões metropolitanas, que estão fora da escola e que não possuem vínculos formais de trabalho. Mas há ainda outras dimensões que devem ser consideradas para melhor caracterizar-se a situação de vulnerabilidade em que se encontram.

Segundo dados do Censo de 2000, 84% dos jovens brasileiros viviam no meio urbano, sendo que 31% em regiões metropolitanas, onde se evidenciava o crescimento de favelas e de periferias caracterizadas pela ausência de infra-estrutura e equipamentos urbanos e de segurança pública.

Certamente existem jovens em condições também precárias vivendo no campo e nas pequenas e médias cidades brasileiras<sup>85</sup>. No entanto, nos dias atuais, a vulnerabilidade juvenil está fortemente relacionada ao crescimento (sem sustentabilidade sócio-ambiental) das grandes cidades. Várias pesquisas desenvolvidas por universidades, por organismos internacionais e por organizações-não-governamentais atestam a precariedade das condições de vida dos jovens nas capitais brasileiras. Em cidades que recebem maiores fluxos migratórios — como São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Vitória, Salvador, Belo Horizonte, Brasília — a situação é mais grave. Mas em todas as capitais dos estados brasileiros, a perversa conjugação entre carências econômicas, presença do narcotráfico e certas práticas de corrupção policial cria a imagem do jovem, sobretudo do jovem negro, como um suspeito em potencial e alvo preferencial da violência urbana.

A violência das grandes cidades atinge particularmente os jovens. Segundo os dados do Ministério da Saúde (Sistema de Informações sobre Mortalidade - Datasus), em 2002, morreram no Brasil 28 mil jovens de 20 a 24 anos, sendo que 72% das mortes foram

---

<sup>85</sup> Segundo a PNAD de 2003 — que não inclui moradores da área rural dos Estados do Acre, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima — havia no Brasil 1,1 milhão de jovens analfabetos. Desses 44,3% viviam em áreas urbanas não metropolitanas e 42,3% viviam em áreas rurais. A Política Nacional de Juventude deverá contemplá-los validando e incentivando múltiplas ações e Programas desenvolvidos por iniciativas de Ministérios e demais instâncias governamentais em ações convergentes com a sociedade civil.



ocasionadas por causas externas. Os jovens do sexo masculino foram o alvo prioritário dessas perdas: 18,5 mil mortes, o que corresponde a 80,5% do total.

Das 18,5 mil mortes de jovens homens, de 20 a 24 anos, por causas externas: 10,7 mil (57,7%) foram vítimas de agressão (homicídio); 3,9 mil (21,3%) morreram em razão de acidentes de transporte; as outras mortes ocorreram por afogamento, suicídio ou eventos cuja intenção foi indeterminada

Publicação divulgada recentemente pela UNESCO mostra que, em 2002, a taxa de homicídios na população jovem foi de 54,5 para cada 100 mil, contra 21,7 para o

restante da população. Dados do Mapa da Violência III, da UNESCO (2002), indicavam que essa taxa, para o grupo de jovens de 15 a 24 anos no Brasil (45,8 por 100 mil jovens, em 1999) era a terceira maior do mundo, ficando atrás apenas da Colômbia e de Porto Rico e sendo quase 8 vezes maior que a da Argentina (6,4 por 100 mil jovens em 1998).

Em resumo, os dados sobre violência e segurança corroboram o quadro das desigualdades sociais entre os jovens brasileiros, indicando a urgência de programas específicos para essa população, no contexto de políticas públicas focadas no segmento juvenil.

## 2.2 - Protagonismos e participação social: potencialidades

No cenário atual, a sociedade costuma ver a Juventude como sinônimo de problema e como motivo de preocupação quanto ao futuro do país. São duas as imagens da Juventude que predominam hoje nos meios de comunicação e na opinião pública. De um lado, nas propagandas e nas novelas, estão os jovens bonitos, saudáveis, alegres e despreocupados que oferecem modelos de vida e de consumo aos quais poucos jovens reais têm acesso. De outro, nos noticiários, estão os jovens envolvidos com problemas de violência ou comportamentos de risco, que são, na maior parte das vezes, negros e oriundos dos setores populares.

Essas duas imagens polares convergem para o mesmo senso comum que considera a Juventude individualista, consumista e politicamente desinteressada. Mas esses são estereótipos que não dão conta da diversidade de experiências da Juventude brasileira:

- por um lado, é verdade que: (a) segundo pesquisas da UNICEF, 65% dos adolescentes (12 a 17 anos) nunca participaram de atividades associativas e/ou comunitárias; (b) de acordo com *survey* nacional recente, realizado pelo *Projeto Juventude do Instituto Cidadania*, entre jovens de 14 a 24 anos de todo Brasil<sup>86</sup>, apenas uma minoria participa formalmente de movimentos estudantis, sindicatos, associações profissionais e partidos;
- por outro lado, parte significativa dos entrevistados pelo *Projeto Juventude* (mais de 60%, entre os mais pobres) disse que gostaria de ter oportunidade de participar de ações desenvolvidas em contextos sociais, comunitários e cidadãos. Essa predisposição não resulta do acaso, mas tem como referência as diferentes maneiras pelas quais grupos jovens vêm expressando demandas, necessidades e visões de mundo para agir no espaço público. Entre as novas formas de participação juvenil podemos destacar: a) pertencimento a grupos (pastorais, redes, ong's e outras organizações juvenis) que atuam para transformar o espaço local, nos bairros, nas favelas e periferias; b)

<sup>86</sup> Para maiores informações ver { HYPERLINK "http://www.projetojuventude.org.br" }

participação em grupos que trabalham nos espaços de cultura e lazer: grafiteiros, conjuntos musicais, de dança e de teatro de diferentes estilos, associações esportivas; c) mobilizações em torno de uma causa e/ou campanha: grupos ecológicos, comitês da Campanha contra a Fome, ações contra a violência e pela paz, grupos contra a globalização etc; d) grupos reunidos em torno de identidades específicas: mulheres, negros, homossexuais, pessoas com necessidades especiais etc.

Assim, mesmo sem desconhecer os obstáculos de diversas ordens que devem ser ultrapassados para motivar o engajamento social dos jovens, qualquer programa social a eles dirigido deve reconhecer e apoiar as múltiplas formas de atividade e criatividade dessa faixa etária, e contribuir para ampliá-las.

A Juventude é a fase da vida mais marcada por ambivalências, pela convivência contraditória dos elementos de emancipação e de subordinação, sempre em choque e negociação. Mas essa também é a fase de maior energia, generosidade e potencial para o engajamento. Portanto, um programa dirigido aos jovens deve tomar como seus, tanto os desafios que estão sendo colocados para essa geração, quanto sua forma inovadora de encontrar respostas aos problemas sociais, chamando-os permanentemente para o diálogo e para a participação cidadã.

### **2.3 - Características do público do ProJovem**

Os jovens que participarão do Programa apresentam alguns traços marcantes que devem ser considerados em todos os momentos da formulação e implementação do ProJovem. São jovens que:

- moram nas periferias das grandes cidades, encontram-se excluídos da escola e do trabalho e marcados por diversos e profundos processos de discriminação: étnico-racial, de gênero, geracional, de religião, entre outros.
- vivenciam uma experiência geracional inédita que os conecta a processos globais de comunicação e, ao mesmo tempo, a complexas realidades locais de exclusão;
- apresentam especificidades quanto a linguagens, motivações, valores, comportamentos, modos de vida e, ainda, em relação ao trabalho, à escola, saúde, religião, violência, questão sexual etc;
- englobam trajetórias pessoais bastante diferenciadas entre si, marcadas pelos ditames da sociedade de consumo, por experiências de risco e por situações de violência, mas também por novas formas de engajamento social geradoras de autovalorização e construtoras de identidades coletivas.

## **3 - O ProJovem**

O ProJovem atenderá jovens de 18 a 24 anos, por meio de um curso que proporcionará formação integral durante 5 horas diárias, por um período de 12 meses. Aos alunos devidamente matriculados, será concedido um auxílio financeiro mensal, no valor de R\$ 100,00.

A formação integral compreenderá atividades de formação escolar (800 horas), qualificação profissional (350 horas) e desenvolvimento de ação comunitária (50 horas), somando 1.200 horas presenciais. Atendendo às necessidades do público deste projeto, o

currículo compreenderá, ainda, 400 horas de atividades não presenciais, totalizando 1.600 horas.

Os espaços de aprendizagem deverão ser planejados tendo em vista o alcance dos objetivos propostos e integrando o trabalho realizado em salas de aulas, oficinas, laboratórios e campo de estágio, entre outros<sup>87</sup>.

### 3.1 - Finalidade

O ProJovem tem como finalidade proporcionar formação integral ao jovem, por meio de uma efetiva associação entre:

- elevação da escolaridade, tendo em vista a conclusão do ensino fundamental;
- qualificação com certificação de formação inicial;
- desenvolvimento de ações comunitárias de interesse público.

O Programa deverá contribuir especificamente para:

- a re-inserção do jovem na escola;
- a identificação de oportunidades de trabalho e capacitação dos jovens para o mundo do trabalho;
- a identificação, elaboração de planos e o desenvolvimento de experiências de ações comunitárias;
- a inclusão digital como instrumento de inserção produtiva e de comunicação.

### 3.2- Metas

O ProJovem tem como meta: atuar em todas as 27 capitais brasileiras, atendendo a 400.000 jovens, no período de maio de 2005 a abril de 2007. Esse contingente representa cerca de 40% do universo de jovens de 18 a 24 anos que vivem nas capitais e estão fora da escola.

### 3.3 - Gestão compartilhada

Desenvolvido por iniciativa do Governo Federal, a organização da gestão do ProJovem conta com um **Comitê Gestor** coordenado pela Secretaria-Geral da Presidência da República e integrado pelos Ministério da Educação, Ministério do Trabalho e Emprego e Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Como suporte operacional, o Comitê contará com uma **Comissão Técnica** também composta por representantes da Secretaria-Geral e dos três Ministérios parceiros.

O Programa será executado em parceria com as prefeituras das 27 capitais brasileiras. Poderão integrar-se ao Programa outros participantes locais como governos estaduais, CEFETs, universidades, unidades operacionais do Sistema S, organizações da sociedade civil, igrejas etc...

### 3.4 - Conceitos básicos

---

<sup>87</sup> Ver detalhamento no capítulo 4: Projeto Pedagógico Integrado

O ProJovem será implantado no Brasil em um momento histórico no qual a tensão *local-global* se manifesta no mundo da maneira mais contundente: nunca houve tanta integração globalizada e, ao mesmo tempo, nunca foram tão profundos os sentimentos de desconexão e agudos os processos de exclusão. Nesse contexto, o Programa foi concebido como instrumento de inclusão social em seu sentido pleno.

A integração indissociável entre educação básica, qualificação profissional e ação comunitária proposta pelo ProJovem pressupõe uma nova perspectiva de cooperação interdisciplinar, voltada para o desenvolvimento de saberes, conhecimentos, competências e valores de solidariedade e cooperação contemporâneos do século XXI.

O ProJovem caracteriza-se por:

- levar em conta a singularidade da condição juvenil, suas necessidades, seus desejos frente à sua condição sócio-econômica e cultural;
- reconhecer o jovem como sujeito de direitos; e
- viabilizar sua participação ativa no processo de aprendizagem em que está envolvido.

Assim, busca superar os grandes hiatos existentes entre escola e vida, entre aprendizado teórico e prático, entre escola e mundo do trabalho, entre a preparação do cidadão para o futuro e a ação do jovem cidadão no presente.

O Programa propõe estratégias que reconduzam os jovens para os sistemas educacionais, criando e validando múltiplas formas e múltiplos espaços de aprendizagem, de modo a ampliar o acesso aos sistemas de ensino e aumentar a probabilidade de permanência neles. Para tanto, cria uma organização curricular inovadora e flexível, cujo maior desafio é romper com duas clássicas dicotomias: *educação geral X formação profissional e educação X ação cidadã*.

Para responder efetivamente a esse desafio, é necessário ter clareza quanto às concepções que fundamentam essencialmente um Projeto Pedagógico como o requerido pelo ProJovem. Assim, explicitamos a seguir o significado de algumas concepções básicas e suas implicações curriculares.

### **3.4.1 - Educação**

No contexto do ProJovem, concebe-se a Educação como processo construtivo e permanente, que vai da vida para a escola e da escola para a vida, articulando conhecimentos formalmente estruturados e saberes tácitos. Tem caráter histórico e cultural, formando as novas gerações de acordo com o projeto histórico de uma sociedade e, ao mesmo tempo, promovendo a auto-realização e o desenvolvimento das pessoas. É atribuição e responsabilidade de múltiplas agências: a família, a igreja, a empresa, o sindicato, a associação profissional e, é claro, a escola.

### **3.4.2 - Aprendizagem**

Na perspectiva delineada no tópico anterior, a aprendizagem consiste na construção de competências e capacidades por meio da re-significação de elementos sociais e culturalmente transmitidos e da construção/reconstrução pessoal. É uma forma de apropriação e de re-significação da cultura pelo sujeito e interage com seu desenvolvimento psíquico. Como processo articulado à construção da subjetividade, mobiliza elementos cognitivos, afetivos, estéticos, lúdicos, sociais e físicos.

### 3.4.3 - Ensino

Nesse projeto, entende-se o ensino como uma intervenção educacional/pedagógica, deliberada e planejada, que cria situações desafiadoras e propõe problemas que estimulem e orientem os alunos na construção e reconstrução de suas aprendizagens. Como ação subordinada a um programa educacional, articula as demandas sociais por cidadãos escolarizados com as necessidades de auto-realização das pessoas. Como relação pedagógica, implica a mediação do professor entre o conhecimento e o aluno.

### 3.4.4 - Juventude

Juventude é uma noção que expressa sentidos culturais diversos e cambiantes, ao longo da História. Na concepção da sociedade ocidental moderna, a etapa da Juventude tem sido associada a um tempo de "moratória social", de passagem entre a infância e o mundo adulto e, assim, de preparação para a inserção no mercado de trabalho e para a constituição de nova família. Entretanto, na perspectiva do ProJovem, a Juventude, com sua diversidade, é vista não apenas como passagem, mas como fase singular da vida, que pressupõe o reconhecimento de direitos e deveres específicos. Portanto, o jovem já é um cidadão, e sua vida escolar, sua preparação para o trabalho e seu engajamento social são entendidos como exercício da cidadania.

### 3.4.5 - Conhecimento escolar

O conhecimento escolar é compreendido nesse projeto como uma construção baseada no encontro - feito de conflitos e acordos - entre diferentes tipos de conhecimento: saberes cotidianos que alunos e professores trazem de suas vivências familiares e sociais, conceitos e leis científicas, elementos estéticos e culturais, reflexões filosóficas e, é claro, determinações legais sobre o currículo. Sua prática se faz em condições muito especiais, que são dadas pelas interações dos alunos entre si e com o professor.

### 3.4.6 - Trabalho

Define-se aqui o trabalho como uma prática social específica, de caráter histórico e cultural, por meio da qual o ser humano constrói suas condições de existência. Nessa perspectiva, é constituinte do sujeito na sua totalidade; é o espaço onde ele se realiza enquanto produtor de si mesmo e produtor de cultura. Na concepção do Programa, a qualificação profissional, considerando também a dimensão subjetiva do trabalho, remete ao desenvolvimento de habilidades, ao autoconhecimento, à sociabilidade, à realização pessoal, simultaneamente à preparação para uma inserção ocupacional, que possa<sup>88</sup> assegurar renda aos jovens participantes e levá-los à autonomia.

### 3.4.7 - Ação comunitária

A ação comunitária, por sua vez, é pensada com base no binômio *cidadania e solidariedade*, tendo como referência uma nova concepção de assistência social que enfatiza os direitos à proteção social e à seguridade social<sup>89</sup>. No âmbito do Programa, a ação

---

<sup>88</sup> Ver detalhamento no anexo 1

<sup>89</sup> A concepção da Assistência Social, inserida no Sistema de Proteção Social Brasileiro no âmbito da Seguridade Social, busca transformar em ações diretas os pressupostos da

comunitária visa a contribuir para o desenvolvimento de potencialidades dos jovens e aquisições que resultem no reconhecimento de seus direitos e deveres cidadãos.

### **3.4.8 – Relação entre teoria e prática**

A relação entre teoria e prática tem sido marcada historicamente por uma divisão estanque, que coloca o momento da prática como posterior ao da teoria, sob a forma de ciência aplicada. Nesse quadro, a prática fica subordinada à teoria, desvalorizando-se os saberes do cotidiano. Hoje, contudo, o campo da prática é reconhecido como *locus* da produção de saberes legítimos (e não apenas de sua aplicação), que dão origem a questões teóricas. Assim, o trabalho tornou-se cada vez mais articulado com teorias e tecnologias, sendo crescente a necessidade da educação como elemento fundante da cidadania e de preparação para o trabalho. Supõe análise e tomada de decisões *in processu*, demandando ação coletiva e gestão democrática. A capacidade de questionar a própria prática é fonte de ação instituinte, transformadora.

### **3.4.9 - Interdisciplinaridade**

No ProJovem, a interdisciplinaridade é vista como uma abordagem integrada às questões contemporâneas sobre a produção do conhecimento, que enfatizam o rápido envelhecimento da informação factual e o esmaecimento das fronteiras entre as disciplinas tradicionais. Entretanto, as integrações possíveis entre áreas de conhecimento são parciais e têm de ser construídas em contextos e situações específicos. Assim, a integração entre educação, trabalho e ação comunitária se faz em função da inclusão social dos jovens cidadãos.

### **3.4.10 - Avaliação do ensino e aprendizagem**

Na concepção do ProJovem, avaliação do ensino e aprendizagem é um processo cumulativo, contínuo, abrangente, sistemático e flexível de obtenção e julgamento de informações de natureza qualitativa e quantitativa sobre o ensino e a aprendizagem, de forma a obter subsídios para: a) planejar as intervenções docentes; b) criar formas de apoio aos alunos que apresentem dificuldades de aprendizagem; c) verificar se os objetivos propostos estão sendo alcançados; d) obter subsídios para a revisão dos materiais e da metodologia do curso.

## **4 - PROJETO PEDAGÓGICO INTEGRADO**

### **4.1 - Princípios político-pedagógicos**

O princípio fundamental do ProJovem é o da integração entre formação básica, qualificação profissional e ação comunitária, tendo em vista a promoção da equidade e, assim, considerando as especificidades de seu público: a condição juvenil e a imperativa necessidade de superar a situação de exclusão em que se encontram os jovens no que se refere aos direitos à educação e ao trabalho. Entende-se ainda que o acesso a esses direitos, assim como a outros direitos universais, só será pleno quando a sociedade e, particularmente, os segmentos

---

Constituição Federal de 1988 e da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS. Sua perspectiva é implantar o Sistema Único de Assistência Social integrando diferentes áreas do governo federal e este com os estaduais e municipais em uma ação comum.

privados de direitos reconhecerem-se e assumirem-se como cidadãos ativos, conscientes do seu direito a ter direitos e da necessidade de lutar por eles.

Assim, o ProJovem propõe aliar teoria e prática, formação e ação, explorando a dimensão educativa do trabalho e da participação cidadã. E para que a educação básica, a qualificação para o trabalho e a ação comunitária possam se fortalecer mutuamente, cada uma delas deve desenvolver-se plenamente e em consonância com os requerimentos para uma inserção plena, criativa e produtiva na sociedade contemporânea.

## **4.2 - Objetivos gerais**

Ao integrar ensino fundamental, qualificação profissional e ação comunitária, o programa deve oferecer oportunidade para que os jovens experimentem novas formas de interação, se apropriem de novos conhecimentos, re-elaborem suas próprias experiências e sua visão de mundo e, ao mesmo tempo, se re-posicionem quanto à sua inserção social e profissional.

Nessa perspectiva, espera-se que os jovens concluintes do Programa sejam capazes de:

- afirmar sua dignidade como seres humanos, trabalhadores e cidadãos;
- utilizar a leitura e a escrita, assim como outras formas contemporâneas de linguagem, para se informar e aprender, expressar-se, planejar e documentar, além de apreciar a dimensão estética das produções culturais;
- compreender os processos sociais e os princípios científicos e tecnológicos que sustentam a produção da vida na atualidade;
- utilizar tecnologias de informática necessárias à inserção cultural e profissional;
- empregar competências necessárias para o desempenho de uma ocupação que gere renda;
- estabelecer um projeto de desenvolvimento profissional, considerando suas potencialidades, suas necessidades de aprendizagem e as características de seu contexto de trabalho;
- acessar os meios necessários para exercerem efetivamente seus direitos de cidadania, tais como: obter ou renovar documentos pessoais, usar os serviços da rede pública disponíveis para os jovens e suas famílias etc;
- assumir responsabilidades em relação ao seu grupo familiar e à sua comunidade, assim como frente aos problemas que afetam o país, a sociedade global e o planeta;
- identificar problemas e necessidades de sua comunidade, planejar e participar de iniciativas concretas visando a sua superação;
- refletir criticamente sobre sua própria prática;
- conviver e trabalhar em grupo, valorizando a diversidade de opiniões e a resolução negociada de conflitos;
- afirmar valores de solidariedade, posicionando-se ativamente contra qualquer forma de racismo e discriminação;

- exercer direitos e deveres da cidadania, participar de processos e instituições que caracterizam a vida pública numa sociedade democrática;
- continuar aprendendo ao longo da vida, tanto pela inserção no sistema de ensino formal quanto pela identificação e o pelo aproveitamento de outras oportunidades educativas.

### **4.3 . Diretrizes curriculares e metodológicas**

Tendo em vista esses princípios político-pedagógicos e objetivos gerais de aprendizagem, o ProJovem estabelece algumas diretrizes curriculares e metodológicas que deverão orientar a elaboração dos materiais, a organização do trabalho pedagógico e a avaliação dos processos de ensino e aprendizagem.

#### **4.3.1 – Diretrizes gerais**

- A formação básica deverá garantir as aprendizagens que correspondem às diretrizes curriculares nacionais para o ensino fundamental e a certificação correspondente e, ao mesmo tempo, fundamentar a formação profissional e a ação comunitária.
- A qualificação inicial para o trabalho deverá possibilitar novas formas de inserção produtiva, com a devida certificação, correspondendo, na medida do possível, tanto às necessidades e potencialidades econômicas, locais e regionais, quanto às vocações dos jovens.
- A ação comunitária deverá resultar de um diagnóstico das necessidades locais e regionais, promover o engajamento cidadão voluntário e a formação de valores solidários.

#### **4.3.2 - Diretrizes específicas**

- Valorizar as experiências e os conhecimentos prévios dos jovens, tomando-os como base e ponto de partida para a aprendizagem de conteúdos do ensino.
- Reconhecer e valorizar as diferenças de gênero, de raça/etnia, cultura, religião etc.
- Orientar as atividades de ensino de acordo com as potencialidades, dificuldades específicas e os ritmos de aprendizagem dos participantes.
- Propiciar oportunidades de escolha e de tomada de decisão para resolução de problemas.
- Planejar vivências de construção de regras e definição de responsabilidades.
- Conjuguar a unidade dos conteúdos de ensino propostos com a possibilidade de adaptação deles às peculiaridades regionais e/ ou locais.
- Enfatizar os conceitos básicos e as funções sociais das diferentes ciências, focalizando os respectivos conteúdos na perspectiva da vida contemporânea.
- Adotar estratégias de ensino diversas (estudo de textos e filmes, visitas programadas, pesquisa de campo, produção e revisão de textos escritos, exercícios práticos e orientados, roteiros para autocorreção etc.) que



dialoguem com o mundo dos jovens, incentivando sua autonomia como aprendizes, despertando seu interesse por ampliar seus conhecimentos e suas experiências culturais.

- Enfatizar o desenvolvimento de habilidades básicas, que facilitem a adaptação dos jovens a mudanças na realidade da organização do trabalho e da vida na sociedade.
- Incluir espaços e tempos especialmente destinados a variadas formas de registro pessoal e análise de suas próprias trajetórias familiares, comunitárias, escolares e profissionais, assim como das novas informações e conhecimentos adquiridos.
- Estimular a dimensão instituinte da prática, orientando o jovem a ler os textos e fazer as atividades de estudo pensando na prática e, da mesma forma, desenvolver esta prática refletindo sobre os conhecimentos que construiu ao estudar.
- Incluir no percurso formativo situações pedagógicas que propiciem a aprendizagem de trabalho coletivo, das práticas associativas, das ações reivindicativas e propositivas que contribuam para a construção da participação cidadã dos jovens e que fomentem o exercício da democracia, da solidariedade, da cooperação.
- Prever oportunidades para que os jovens tenham condição de participar ativamente da vida da comunidade em que moram.
- Organizar o currículo em grandes áreas temáticas articuladas por eixos estruturantes, de modo que os conteúdos das disciplinas não se esgotem na carga horária atribuída a cada disciplina e que, em cada período, se tenha um espaço bem delimitado para concretizar estudos teórico-práticos e interdisciplinares ligados ao trabalho e à ação comunitária.
- Centrar a avaliação na organização do processo de ensino e aprendizagem, tanto quanto no desempenho dos alunos, de maneira contínua e progressiva, abrangendo todos os momentos do curso.
- Avaliar múltiplos aspectos do desempenho do jovem, indo além da aferição de conhecimentos e considerando atitudes, comportamentos, compromisso com o estudo e com a ação comunitária.
- Utilizar diferentes procedimentos e instrumentos de avaliação, inclusive provas e trabalhos finais, para fundamentar a auto-avaliação e a avaliação pelos colegas e pelo professor.

#### **4.4 - Desenho do currículo**

##### **4.4.1 – Carga horária e atividades**

A carga horária do curso é de 1.600 horas (1.200 presenciais e 400 não presenciais), a serem cumpridas ao longo de 12 meses ininterruptos. Esse percurso formativo será organizado em quatro unidades, com duração de três meses cada uma, nas quais os diferentes componentes curriculares se integram em eixos estruturantes que estabelecem, entre si, a progressão das aprendizagens.

O desenvolvimento das atividades previstas implicará a dedicação intensiva dos jovens ao curso por, pelo menos, 32 horas semanais. As horas presenciais incluem as atividades em

sala de aula, visitas, pesquisas de campo, participação em palestras, práticas relacionadas ao campo de qualificação profissional e à ação comunitária, sob a supervisão de um educador. As horas não presenciais serão dedicadas às leituras e atividades do **Guia de Estudo** e à elaboração de planos e registros - individualmente ou em pequenos grupos - nos espaços e tempos mais convenientes aos estudantes.

Sempre considerando a necessária integração entre os componentes curriculares e a conveniência de desenvolver os conteúdos do ensino fundamental de modo a apoiar a qualificação profissional e a ação comunitária, a carga horária do curso será distribuída da seguinte maneira:

	Horas presenciais	Horas não presenciais	Total
Ensino Fundamental	800	400	1.200
Qualificação Profissional	350	-	350
Ação Comunitária	50	-	50
Total	1.200	400	1.600

#### 4.4.2 - Unidades formativas

A organização do curso em Unidades Formativas tem como propósito possibilitar a sua construção em um contínuo e, ao mesmo tempo, demarcar os momentos distintos que o compõem.

Cada Unidade Formativa será articulada em torno de um **eixo estruturante**, de **instrumentos conceituais** e de **resultados esperados**. O eixo estruturante corresponde, em cada unidade, a uma situação-problema relevante na vida cotidiana dos jovens envolvidos no Programa e que os desafie de maneira particular. Os instrumentos conceituais, por sua vez, devem ser capazes de indicar claramente a perspectiva de abordagem da situação-problema.

Essa abordagem se traduz em **ações curriculares**, que visam superar a organização por meio de disciplinas estanques.

Algumas ações curriculares, relativas às áreas de Linguagens (Língua Portuguesa e Língua Estrangeira, Artes), Matemática e Informática, estarão presentes em todas as Unidades Formativas.

No tratamento dos instrumentais conceituais, sempre se buscará combinar a ótica das Ciências da Natureza (Física, Química, Biologia) com a ótica das Ciências Humanas (Geografia, História e Ciências Sociais).

#### Unidade Formativa I: Juventude e Cidade

##### Eixo estruturante

A Juventude e as práticas de ocupação do espaço urbano pelos jovens (vivência na cidade globalizada). Re-posicionamento diante das dinâmicas urbanas de inclusão e exclusão social.

##### Instrumental conceitual

- ⇒ Noções de Ciências Humanas: Juventude; identidade social; território; migrações; globalizações; inclusão/exclusão social.
- ⇒ Noções de Ciências da Natureza: seres vivos e ciclo da vida; matéria (formas e estados); espaço e movimento.

### **Ações curriculares**

- Promover a constituição da turma como grupo cooperativo de trabalho e de aprendizagem.
- Realizar um diagnóstico do contexto social local, do ponto de vista da condição juvenil.
- Realizar um diagnóstico inicial das necessidades e potencialidades de aprendizagem do grupo.
- Promover a elaboração das noções fundamentais para o desenvolvimento integrado desta Unidade Formativa.
- Promover o desenvolvimento das habilidades fundamentais de leitura, de produção de textos, de aritmética e de geometria.
- Promover exercícios e manifestações artísticas, com destaque para aquelas que sugerem com mais evidência idéias de uso do espaço e do movimento: música e dança, artes plásticas etc.
- Introduzir conhecimentos iniciais sobre o mundo da Informática.
- Introduzir o estudo de língua estrangeira.
- Orientar o resgate e o registro, por parte do público participante, das trajetórias individuais escolares, de qualificação para o trabalho e de experiências de ação comunitária, culminando com o esboço do Projeto de Orientação Profissional – POP e do Plano de Ação Comunitária - PLA<sup>90</sup>.

## **Unidade Formativa II: Juventude e Trabalho**

### **Eixo estruturante:**

O Mundo do Trabalho, as transformações pelas quais vem passando na sociedade contemporânea e as práticas de inserção dos jovens no trabalho. Reposicionamento diante das dinâmicas de inclusão e exclusão no trabalho e na escola.

### **Instrumental conceitual**

- ⇒ Noções de Ciências Humanas: trabalho; capitalismo; classes sociais e transformação; movimentos sociais; Juventude; globalizações; inclusão e exclusão social.
- ⇒ Noções de Ciências da Natureza: teoria da evolução; tempo e movimento; formas de energia; quantidade e qualidade.

### **Ações curriculares**

- Promover a elaboração das noções fundamentais para o desenvolvimento integrado desta Unidade Formativa.

---

<sup>90</sup> Ver, em anexo, materiais de suporte do POP e do PLA.

- Prosseguir com o desenvolvimento das habilidades de leitura e de produção de textos de diferentes tipos e gêneros.
- Aprofundar os estudos de geometria e introduzir a álgebra.
- Promover atividades e manifestações artísticas, com destaque para aquelas que evidenciam a prática do trabalho: artes plásticas; composições musicais etc.
- Introduzir o conhecimento e o uso de processadores de texto e planilhas eletrônicas, no estudo da Informática.
- Prosseguir com o estudo da língua estrangeira.
- Iniciar a qualificação para o trabalho (100 horas) por meio de:
  - ⇒ visitas guiadas a empresas públicas e privadas e empreendimentos cooperativos;
  - ⇒ visitas guiadas a instituições do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda (intermediação de mão-de-obra, qualificação, seguro-desemprego, programas de geração de trabalho e renda);
  - ⇒ vivências (de curta duração) em diversos ambientes de trabalho;
  - ⇒ conhecimentos fundamentais sobre a **realidade prática do mundo do trabalho**: a) legislação trabalhista; b) sistema público de emprego, trabalho e renda; c) informações e normas sobre trabalho (mercado de trabalho, saúde, segurança, negociação etc);
  - ⇒ estudo das potencialidades do grupo em relação aos cenários locais, regionais e nacionais das oportunidades de trabalho;
  - ⇒ seqüência do POP, sistematizando os itinerários formativos e as práticas de trabalho vivenciadas por cada cursista.
- Promover ações com ênfase no estímulo/exercício para o engajamento social:
  - ⇒ identificação das potencialidades do grupo em relação às necessidades e oportunidades de **engajamento social**;
  - ⇒ sistematização das experiências de ação comunitária de cada aluno, dando seqüência ao PLA.

### Unidade Formativa III: Juventude e Comunicação

#### Eixo estruturante

Informação e comunicação na sociedade contemporânea e as práticas dos jovens. Reposicionamento diante das dinâmicas de inclusão e exclusão no acesso à informação e à comunicação.

#### Instrumental conceitual

- ⇒ Noções de Ciências Humanas: comunicação; sociedade informacional; rede; sistema; cadeias de valores; juventude; globalizações; inclusão e exclusão social.
- ⇒ Noções de Ciências da Natureza: sistemas e fluxos vitais (biológicos); células e tecidos orgânicos; sistema planetário; ondas (físicas); estrutura dos átomos; realidade virtual.

### Ações curriculares

- Promover a elaboração das noções fundamentais para o desenvolvimento integrado dessa Unidade Formativa.
- Prosseguir com o desenvolvimento das habilidades de leitura e de produção de textos de diferentes tipos.
- Introduzir o estudo da Estatística.
- Promover exercícios e manifestações artísticas, com destaque para aquelas que evidenciam o uso de meios diversos de comunicação: artes cênicas; audiovisuais etc.
- Introduzir o conhecimento e o uso da Internet.
- Prosseguir com o desenvolvimento da língua estrangeira.
- Quanto às ações com ênfase na qualificação para o trabalho (100 horas):
  - ⇒ promover formação em **noções técnicas de caráter fundamental à qualificação para o trabalho**: a) leitura e interpretação de desenho; b) associativismo e cooperativismo; c) saúde e segurança no trabalho e meio ambiente;
  - ⇒ dar seqüência ao POP, levantando informações sobre as tendências e potencialidades dos setores da economia local/regional.
- Quanto às ações com ênfase no estímulo/exercício para o engajamento social:
  - ⇒ levantar oportunidades e encaminhar **estágios civis**;
  - ⇒ dar seqüência ao PLA, identificando oportunidades e promovendo ações concretas.
- Identificar oportunidades de articulação entre as ações previstas no POP e no PLA.

## Unidade Formativa IV: Juventude e Cidadania

### Eixo estruturante

Diferenças sócio-culturais que segmentam a Juventude brasileira: preconceitos e discriminações intra e intergeracionais. Reposicionamento diante das dinâmicas de inclusão e exclusão sociais que expressam desigualdades e diferenças (geração, gênero, raça/etnia, deficiências físico-psíquicas).

### Instrumental conceitual

- ⇒ Noções de Ciências Humanas: Juventude; diferença; solidariedade e cidadania; diferença e equidade social; público e privado; discriminação e solidariedade; violência e ética; cidadania ativa e participação; políticas públicas; Juventude; globalizações; inclusão e exclusão social.
- ⇒ Noções de Ciências da Natureza: meio ambiente; desenvolvimento sustentável; teoria da relatividade; sistemas ecológicos; genética; fontes energéticas.

### Ações curriculares

- Promover a elaboração das noções fundamentais para o desenvolvimento integrado dessa Unidade Formativa.
- Prosseguir com o desenvolvimento das habilidades de leitura e de produção de textos de diferentes tipos.
- Promover a produção, organização e mostra de manifestações artísticas, a partir dos aprendizados e vivências propiciadas pelo curso;
- Possibilitar a produção, pelos alunos, de páginas *Web*.
- Prosseguir com o desenvolvimento da língua estrangeira.
- Quanto às ações com ênfase na qualificação para o trabalho (150 horas):
  - ⇒ promover formação **técnico-prática** visando a **um saber-fazer específico** (os cursistas deverão escolher uma opção entre algumas oferecidas). Observe-se que, embora se trate de uma formação que visa uma especialização, o curso deverá tratar também esse momento numa perspectiva integrada, ou seja, de caráter pluriocupacional, procurando contemplar diversos momentos do processo de trabalho;
  - ⇒ dar seqüência ao POP, orientando o planejamento dos próximos passos que cada cursista deverá prever, visando sua re-inserção no mercado de trabalho.

opção do curso em 3.74(a)

Q3.74(c)3.74(i)-2.1os d

ua.29177316(z)-6.nser0.295585(d)-0.295585(o)-.291782( )--200.265(d)-10.3  
pip tdc(i)-2.16436(1)pa649514(q)-6.263483-0.2isseszit(s)1.295539niti(s)-1

### **5.1.1 - Produção dos Guias de Estudo**

Os Guias de Estudo serão organizados em quatro volumes multidisciplinares, um para cada Unidade Formativa. Têm o propósito de traduzir o currículo em situações de ensino e aprendizagem, norteando o percurso dos alunos, orientando trabalhos individuais ou em grupo e dando apoio às atividades a distância.

Em vista disso, devem conter textos com aspectos básicos de todos os conteúdos a serem tratados, buscando formas de integrá-los com os conhecimentos prévios e as experiências dos alunos. Os Eixos Estruturantes e os Instrumentais Conceituais permitem direcionar os estudos em uma perspectiva interdisciplinar.

Além de textos, os Guias de Estudo deverão conter atividades de estudo e de auto-avaliação, desafios e sugestões de leitura e de ação, de modo que se tornem interativos e flexíveis. Os textos serão escritos em linguagem clara e simples, porém cuidada do ponto de vista da coerência e da coesão textual. Considerando a provável diversidade de experiências e de saberes dos jovens alunos, os Guias de Estudo deverão conter um núcleo básico de conhecimentos, com *links* para acesso a materiais de enriquecimento ou de reforço, conforme os ritmos de desenvolvimento dos alunos. Esses materiais serão elaborados pelos próprios autores dos Guias, ou selecionados por eles entre obras já existentes.

Os volumes dos Guias de Estudo deverão ser de boa qualidade, resistentes e ter aparência agradável, com ilustrações, diagramas, gráficos, tabelas e ícones que remetam a outros materiais ou atividades. Cada Guia de Estudo terá cerca de 130 páginas em formato A 4, em cores, com espaço (mancha e margens) distribuído de forma a garantir um bom arejamento e local para anotações dos alunos. Cada volume incluirá textos, atividades e roteiros de estudo, orientação para trabalhos práticos (especialmente o POP e o PLA), leituras complementares ou de reforço, bem como ilustrações, fotografias, diagramas, gráficos, desenhos etc, de acordo com os temas tratados e os objetivos da Unidade .

### **5.1.2 - Seleção de acervo de livros, vídeos, filmes, músicas e arquivos eletrônicos, como materiais complementares que possam ser disponibilizados para os alunos**

A seleção desses materiais deverá ter como critérios a qualidade técnica e a compatibilidade com a orientação dos Guias de Estudo. Levará em conta tanto a necessidade de complementar e enriquecer o material básico, quanto a de atender as dificuldades e necessidades de reforço que os alunos venham a apresentar. Poderão ser usados nas oficinas, nos trabalhos de grupo, em momentos de trabalho coletivo, ou consultados individualmente pelos alunos.

### **5.1.3 - Elaboração de instrumentos de avaliação de desempenho, com funções diagnóstica, formativa e somativa**

Como foi dito, no ProJovem, a avaliação terá caráter predominantemente diagnóstico e formativo, de modo a subsidiar a adequação da dinâmica do curso às necessidades, demandas e dificuldades dos alunos. Todas as atividades de avaliação e a análise dos resultados obtidos pelos jovens têm como propósito principal subsidiar os avanços progressivos dos alunos e indicar suas necessidades de reforço e recuperação. Isso significa sinalizar para os jovens, os educadores e os gestores os objetivos almejados, os avanços conseguidos e os desafios que se colocam ao longo do curso.

Cada Unidade Formativa deverá ser acompanhada dos respectivos instrumentos de avaliação: uma prova de base estruturada e fichas de acompanhamento do POP, do PLA e do desenvolvimento geral do aluno, de modo que se possam identificar os avanços conseguidos ao longo da unidade e as dificuldades que não foram superadas. Assim, a avaliação de cada unidade funcionará como base de diagnóstico e de planejamento para as atividades da unidade seguinte. As provas deverão ser elaboradas pelos próprios autores dos Guias de Estudo em consonância com os textos e as atividades propostas.

Com isso, fica bem claro que o ProJovem se organiza como uma espiral, em que os alunos avançam continuamente, no seu próprio ritmo e segundo suas necessidades de reforço, retomando sempre o que foi estudado antes, e articulando esses estudos com cada novo tema ou atividade focalizados. A função somativa da avaliação aparece no fim de cada Unidade Formativa, mas não implica reprovação, e sim orientação para atividades de reforço.

No entanto, não somente o desempenho dos alunos deve ser considerado, mas também o contexto concreto em que a aprendizagem se dá: assim, os jovens, os educadores e os gestores avaliam e são avaliados, de modo que a avaliação funcione também como instrumento de gestão político-pedagógica do Programa.

A utilização de instrumentos de base estruturada poderá viabilizar a rápida sistematização e divulgação dos resultados, necessária para que a avaliação funcione como um momento indispensável e inseparável do processo de ensino e aprendizagem e possa subsidiar a gestão político-pedagógica do curso.

No fim do curso, cada aluno deverá apresentar os seguintes produtos elaborados ao longo das unidades:

- Plano de Orientação Profissional — POP
- Plano/Relatório de Ação Comunitária — PLA

## **5.2 - Sistema Operacional**

O Sistema Operacional compreende as ações administrativo-pedagógicas necessárias para fazer acontecer as ações previstas. Dada a escala do Programa e seu desenho curricular integrador, esse sistema torna-se bastante complexo, envolvendo variáveis políticas e técnicas, o que torna desafiadora sua gestão democrática.

No Sistema Operacional devem ficar explícitos:

- os critérios para matrícula, permanência com bolsa auxílio, e certificação;
- os critérios para apuração da frequência e do desempenho escolar dos alunos;
- o esquema para distribuição dos materiais impressos e outros;
- a organização dos espaços para aulas e trabalhos orientados;
- a organização do tempo escolar: dos alunos, dos educadores e dos gestores;
- o planejamento das aulas e dos trabalhos orientados;

### **5.2.1 - Critérios para matrícula, permanência com bolsa-auxílio e certificação**

Para ingressar no Programa, o jovem deverá, na data de inscrição:

- ter entre 18 e 24 anos completos;
- não estar matriculado em curso regular;



- nem ter emprego formal.

Serão cadastrados e atendidos todos os jovens que se enquadrem nesses critérios, e sua distribuição pelos núcleos se dará, preferencialmente, em função da proximidade da residência do aluno. Se o número de alunos que se apresentarem em uma localidade for maior do que o número de vagas disponíveis, a necessária seleção será feita mediante sorteio público, em local, data e horário devidamente anunciados.

O auxílio financeiro, no valor de R\$ 100,00 por mês, implica a dedicação de 32 horas semanais (24 horas presenciais e 8 horas não presenciais) ao Programa. Esse benefício será transferido a cada aluno por instituição financeira credenciada, por meio de cartão de saque bancário.

Para receber o auxílio, o aluno deverá:

- comparecer a pelo menos 75% das atividades presenciais, em cada Unidade de Formação, incluindo a ação comunitária programada para o mês;
- entregar os produtos escritos previstos para cada mês.

O controle de presença e da entrega dos produtos será realizado pelos próprios docentes, devendo ser lançado mensalmente no sistema de gestão do Programa.

A Certificação será feita no fim do curso por meio de instrumentos baseados em matriz de habilidades elaborada por comissão especialmente designada, que deve incluir os autores dos Guias de Estudo, além de outros especialistas em questões relativas à Juventude.

Para habilitar-se à Certificação, o jovem deve ter comparecido a pelo menos 75% das atividades presenciais **de cada Unidade Formativa**.

Os alunos com bom nível de participação, que por qualquer razão não forem aprovados no exame de Certificação terão sua situação definida pelo Fórum do ProJovem, de âmbito local.

### 5.2.2 - Distribuição dos materiais impressos

Tendo em vista o rebaixamento dos custos, os materiais do ProJovem serão reproduzidos em escala nacional, via licitação pública, e distribuídos aos municípios. Caberá à Coordenação Municipal a elaboração da listagem dos núcleos, com os respectivos endereços postais completos e o número de exemplares dos materiais a serem entregues em cada núcleo, e o seu encaminhamento à Coordenação Geral do Programa.

A Coordenação Geral do Programa deverá coordenar todo o processo licitatório, acompanhando todas as fases de contratação dos serviços, nas etapas de impressão e de distribuição dos materiais. Caso seja necessário, para atender ao calendário de implementação do ProJovem, os materiais serão produzidos e distribuídos em duas ou mais etapas

### 5.2.3 - Organização do espaço no ProJovem

O Programa será implementado em **Núcleos** locais, reunindo **5 turmas** de 30 jovens, que funcionarão diariamente, em locais onde haja espaços adequados disponíveis e, se possível, próximos aos domicílios dos estudantes. Os núcleos, por sua vez, estarão vinculados

a uma **Estação Juventude**, local para onde os jovens e os educadores, que atuam nos núcleos, possam se deslocar com alguma frequência.

**Turma**

**Turma** = 30 Jovens  
**Núcleo** = 5 turmas com 7 educadores (5 prof. áreas conhecimento, e 1 educ. de Qualificação Trab. e 1 educ. de Ação Social)

A **Estação Juventude** funcionará como espaço de referência, local de encontro, busca de informação e orientação, estudo e desenvolvimento de atividades em grupo, realização de eventos culturais que favoreçam seu processo formativo, expressão cultural e participação social.

Cada Estação Juventude deverá contar com profissionais de apoio nas áreas de formação profissional e de assistência social, além de acervos multimídia, equipamentos e instalações que complementem o trabalho realizado em sala de aula. Poderá também servir como espaço de formação e reunião para os educadores e demais profissionais vinculados ao Programa.

Finalmente, o ProJovem aproveitará intensamente a **cidade** como **espaço educador**, incentivando estudos do meio, pesquisas de campo, visitas e intervenções em locais diversos: a própria comunidade a que pertencem os jovens, além de empresas produtivas, órgãos públicos de prestação de serviços, centros culturais, associações e outros espaços de participação política e manifestação cultural.

#### 5.2.4 - A organização do tempo no ProJovem

A organização do tempo no ProJovem deve compatibilizar diferentes tipos de atividades presenciais entre si e com as atividades não presenciais.

Cada Unidade de Formação será desenvolvida em doze e meia semanas de trabalho, totalizando 50 (cinquenta) semanas no fim do curso.

Cada semana será organizada de modo a incluir, ao longo de todo o curso, 24 horas presenciais teórico-práticas, assim distribuídas:

- elevação de escolaridade: 10 horas;
- qualificação profissional: 5 horas;
- ação comunitária: 1 hora;
- informática: 2 horas
- estudos/trabalhos interdisciplinares: 6 horas.

Além disso, cada semana incluirá 8 horas de atividades não presenciais (subsidiadas pelos Guias de Estudo), distribuídas pelos componentes curriculares segundo os requerimentos das atividades presenciais, incluindo o POP e o PLA. Assim, como foi dito, o tempo semanal total de dedicação dos jovens ao curso será de 32 horas semanais

#### **Sugestão de organização semanal do tempo: Sugestão de organização semanal do tempo: JOVENS**

4ª hora	INFORMÁTICA	QUALIF P/ TRABALHO		QUALIF P/ TRABALHO	
---------	-------------	-----------------------	--	-----------------------	--

5ª hora	INFORMÁTICA	PLANTÃO P/ORIENTADOR		QUALIF P/ TRABALHO	
	Dia 1	Dia 2	Dia 3	Dia 4	Dia 5
1ª hora	FORM BÁSICA: LP	FORM BÁSICA: MAT	FORM BÁSICA L. EST.	FORM BÁSICA: CH	FORM BÁSICA: CN
2ª hora	FORM BÁSICA: LP	FORM BÁSICA: MAT	FORM BÁSICA L. EST.	FORM BÁSICA: CH	FORM BÁSICA: CN
3ª hora	AÇÃO SOCIAL/COMUNITÁ RIA	QUALIF P/ TRABALHO	TRABALHO COM O PROFESSOR ORIENTADOR (CH; CN; MAT; LIN; ARTES; QT; AS/C	QUALIF P/ TRABALHO	TRABALHO COM O PROFESSOR ORIENTADOR (CH; CN; MAT; LIN; ARTES; QT; AS/C

#### horas/docência (hd), por núcleo

Funções	H/D Turma	H/D Núcleo
Formação Básica	5 espec. x 2h - 10 horas	10h x 5T=50
Qualificação para o Trabalho	6h	6h x 5T=30
Ação Comunitária	1h	1h x 5T=5
Atividades Integradas, Informática, Plantão	9h	9h x 5T=45
Reunião (Planejamento Coletivo)		2h x 7D=14
Formação Continuada		3h x 7D=21
TOTAL SEMANAL DE HORAS/DOCÊNCIA	26 HORAS	165 HORAS

A organização dos horários dos núcleos deve ser feita de modo a permitir que um mesmo profissional possa exercer as atividades de especialista e as de professor-orientador. Cada professor-orientador será responsável por 6 (seis) horas de atividades integradas e 1 (uma) hora de plantão, por semana, para atendimento de dificuldades específicas encontradas na leitura dos Guias de Estudo.

A viabilidade do horário de Informática depende da disponibilidade de computadores nos núcleos. Se essa condição não for atendida, é preciso prever um esquema de deslocamento dos alunos e do professor.

#### 5.2.5 - Planejamento das atividades presenciais

Cada **núcleo** deverá contar com cinco professores habilitados nas diferentes áreas do ensino fundamental (Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Sociais, Ciências da Natureza e Língua Estrangeira), que possam atuar como **professores-orientadores** (um por turma) e como **professores-especialistas**, em horários previamente estabelecidos. O núcleo deverá contar também com docentes responsáveis pela qualificação para o trabalho, nas áreas escolhidas para cada turma, e/ou contar com organizações parceiras que disponham de profissionais e equipamentos para tanto.

Cada turma terá um **professor-orientador** incumbido da regência da turma durante parte das horas presenciais, de modo que possa estabelecer os vínculos necessários para uma efetiva orientação educacional de cada aluno individualmente e do grupo.

Além da habilitação para docência em área do conhecimento específica do ensino fundamental, os professores-orientadores deverão estar capacitados para apoiar e avaliar o desenvolvimento integral dos jovens, contando com o auxílio dos demais docentes do Núcleo e de profissionais da área de formação profissional e da assistência social sediados na Estação Juventude. Orientarão os jovens nas atividades relacionadas à formação básica e introdução à Informática, assim como na ação comunitária e na elaboração de seu POP, esse último em parceria com o educador responsável pela qualificação para o trabalho. Serão os principais responsáveis pela integração das ações curriculares.

Para tanto, contarão com formação inicial e continuada, além de materiais didáticos estruturados de acordo com as diretrizes curriculares do Programa. Tal arranjo deverá favorecer o trabalho docente em equipe, assim como uma relação próxima entre professores e alunos.

O planejamento das atividades presenciais, de cada Unidade Formativa, será feito na semana anterior ao início das mesmas. Nas reuniões semanais, esse planejamento será detalhado, articulando-se as aulas temáticas (especialistas) com as atividades integradoras (professores-orientadores), incluindo o POP e o PLA. É importante que todos os docentes (de formação geral, de qualificação para o trabalho e de ação comunitária) planejem coletivamente, de modo a viabilizar a participação de todos e criar sinergia no funcionamento do núcleo.

É preciso prever meios e modos para realizar:

- Oficinas de educação física: dança, artes marciais, expressão corporal, esportes.
- Oficinas culturais (música, teatro, dança, cinema etc).
- Visitas a museus, exposições, patrimônio histórico ou ambiental, órgãos públicos, ONGs, articuladas a tópicos do currículo.
- Idas ao cinema, teatro e a espetáculos, articuladas a temas do currículo.
- Excursões a locais interessantes, articuladas a temas relacionados a questões ambientais e outros temas do currículo.
- Pesquisa documental, articulada a tópicos do currículo, ao POP e ao PLA.

Em cada evento, deve haver contatos prévios com gestores dos locais a visitar, definindo-se horários, meios de transporte e alimentação, material de apoio para anotações e outros registros (fotos, desenhos, gravações etc).

### **5.3 - Sistema de Formação Continuada e Apoio à Aprendizagem**

O Sistema de Formação Continuada e Apoio à Aprendizagem abrange a seleção e a preparação dos docentes do curso e o esquema de trabalho dos professores-orientadores.

#### **5.3.1 - Seleção dos docentes**

Em cada núcleo, o trabalho de apoio à aprendizagem será realizado pelos professores-orientadores, que serão recrutados segundo critérios de: a) competência em uma área específica do currículo (formação docente, em nível de graduação, em Língua Portuguesa,

Língua Estrangeira, Matemática, Ciências Humanas, Ciências da Natureza, Qualificação para o Trabalho e Ação Comunitária) e b) disponibilidade de tempo (mínimo de 30 horas semanais). Deverão ser especificamente preparados para as funções que lhes cabem no ProJovem.

### **5.3.2 - Formação dos docentes para atuar no ProJovem**

Sendo a formação específica em uma área do currículo um pré-requisito para a admissão como docente do ProJovem, a preparação dos profissionais será direcionada não aos conteúdos em si, mas sim ao Programa, aos estudantes que atenderá, e à dinâmica pedagógica integrada que o caracteriza.

A formação dos docentes para atuar no ProJovem - antes do curso e ao longo dele - ficará a cargo de uma Instituição de Ensino Superior. Essa formação deverá focalizar o processo do ProJovem e todas as ações curriculares tratadas nas Unidades Formativas, tendo também como referência o Guia do Professor, cuja tônica será o processo de construção do conhecimento teórico-prático, integrando conteúdos do ensino fundamental, temas de qualificação para o trabalho e ação comunitária. Assim, os docentes do ProJovem deverão ser preparados para o trabalho de orientação, mediante o estudo de:

- Conteúdos:
  - ⇒ Unidades Formativas do Programa, enfatizando seus eixos estruturantes e instrumentais conceituais;
  - ⇒ transformações no mundo do trabalho e novas características da qualificação profissional;
  - ⇒ características bio-psico-sociológicas da faixa etária dos alunos;
  - ⇒ processos identitários no mundo globalizado.
- Metodologias:
  - ⇒ organização de processos de trabalho coletivo (oficinas, debates etc);
  - ⇒ método das unidades de estudo e trabalho;
  - ⇒ orientação de projetos e ações sociais;
  - ⇒ gestão democrática de grupos;
  - ⇒ processo pedagógico na educação a distância.
  - ⇒ avaliação de desempenho escolar
  - ⇒ planejamento de atividades para recuperação da aprendizagem.
- Princípios e valores:
  - ⇒ educação, família, escola e cidadania;
  - ⇒ ética das relações interpessoais;
  - ⇒ inclusão e participação;
  - ⇒ cidadania ativa.

Essa formação será desenvolvida em 160 horas, antes do início do curso, continuando ao longo das Unidades Formativas, com três horas semanais de estudo. Os conteúdos e atividades de formação continuada darão seqüência à formação anterior ao curso ou serão ditados por questões de prática surgidas durante a implementação do Programa.

O desempenho dos docentes no curso será avaliado pelas IES, devendo abranger aspectos teóricos e práticos. Essa avaliação deverá ser feita com regularidade ao longo de todo o curso.

#### **5.4 - Sistema de Comunicação e Informação**

O Sistema de Comunicação e Informação terá como propósito: agilizar o fluxo das informações indispensáveis para que os demais sistemas funcionem adequadamente; manter os vínculos dos alunos com o curso; e estimular a formação de comunidades de aprendizagem e trabalho e de convivência social.

Por meio dele, serão divulgadas instruções da Coordenação Nacional e das Coordenações Municipais do Programa, a Programação das Estações Juventude, decisões dos fóruns a respeito da vida acadêmica dos alunos, avisos das universidades relativos à formação dos docentes etc. Da mesma forma, deverá veicular manifestações dos alunos, dos docentes e dos gestores locais a respeito de quaisquer aspectos do ProJovem.

Para assegurar esses fluxos, serão usados recursos, tais como:

- Jornal do ProJovem;
- Centrais de Atendimento;
- Sítio na WEB.

##### **5.4.1 - Jornal do ProJovem**

O Jornal do ProJovem terá a função de divulgar o Programa. Poderá ser editado e distribuído trimestralmente (ou com outra frequência) em cada capital e/ou para o Programa como um todo.

##### **5.4.2 - Centrais de Atendimento**

As Centrais de Atendimento a serem implantadas nos núcleos terão os propósitos de assegurar o intercâmbio de informações e de experiências, bem como de subsidiar o trabalho dos docentes e alunos. As consultas, reclamações, críticas, os elogios e as sugestões poderão ser encaminhadas via telefone (linha 0800, gratuita), fax ou correio.

##### **5.4.3 - Sítio na WEB**

O sítio do ProJovem terá vários menus destinados aos diferentes tipos de serviços prestados:

- informação geral sobre o curso;
- mural de informações;
- componentes curriculares e conteúdos das aulas;
- secretaria;
- contato com o professor-orientador;
- contato com os especialistas;
- endereços e dados pessoais dos participantes;
- intercâmbio com outros alunos e outros núcleos do Programa;
- *links* com outros sítios, selecionados de acordo com os interesses dos alunos.

## **5.5 – Sistema de Monitoramento e Avaliação do Programa**

O Sistema de Monitoramento e Avaliação, produzirá dados, informações e conhecimentos que permitirão o contínuo aperfeiçoamento do funcionamento do projeto, além de possibilitar a avaliação da qualidade do curso. Compõe-se de dois subsistemas, um interno e outro externo.

### **5.5.1 - Monitoramento e avaliação interna**

O monitoramento interno utilizará as informações e os dados fornecidos pelos Núcleos, pelas Estações Juventude, Coordenações Municipais e pela Coordenação Nacional, abrangendo todas as ações curriculares e informações do registro acadêmico dos alunos.

Será feito por meio do acompanhamento dos dados de frequência e de desempenho dos alunos, com base nas fichas de observação e nas provas das Unidades Formativas. É importante que funcione sistematicamente, utilizando uma plataforma capaz de disponibilizar, praticamente em tempo real, os dados relativos aos alunos e ao funcionamento dos Núcleos, das Estações Juventude e das Coordenações Locais.

### **5.5.2 - Monitoramento e avaliação externa**

O monitoramento e a avaliação externa serão feitos por instituição especializada, e visam a determinar a efetividade do Programa.

Inclui os seguintes componentes:

- avaliação diagnóstica inicial, por meio de instrumentos padronizados;
- realização do Exame de Certificação, com base em matriz de habilidades elaborada com a colaboração dos autores dos Guias de Estudo;
- pesquisas que permitam monitorar e avaliar diferentes aspectos do Programa, com base em amostras representativas do universo.

### **5.5.3 - Articulação dos sistemas: os Fóruns do ProJovem**

Os **Fóruns do ProJovem** serão colegiados incumbidos de articular politicamente os sistemas componentes do plano de implementação do ProJovem e de tomar decisões relativas a questões acadêmicas e administrativas que não estejam reguladas por legislação ordinária. Em cada Município haverá um Fórum formado por representantes docentes, discentes e administrativos dos Núcleos e das Estações Juventude, e dirigido pelo Coordenador Municipal.

Da mesma forma, haverá um Fórum Nacional formado por representantes das Coordenações Municipais, sob a direção da Coordenação Nacional.

## **6- Custos do ProJovem**

Para o início do Programa, em 2005, estão previstos no orçamento da Presidência da República recursos em torno de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões) distribuídos em ações governamentais, conforme o PPA.

## 7 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Congresso Nacional. *Constituição Federal* de 1988.

\_\_\_\_\_. Congresso Nacional. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96*.

\_\_\_\_\_. Congresso Nacional. *Plano Nacional de Educação. Lei nº10.172 de 09 de janeiro de 2001*.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. *Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação de Jovens e Adultos. Parecer nº 11 aprovado em 10 de maio de 2000*.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. *Resolução nº 01 de 5 julho de 2000*.

\_\_\_\_\_. Coleção Educação para Todos. Educação de jovens e adultos: uma memória contemporânea (1996-2004). Brasília: UNESCO/MEC, 2004.

COMISSÃO ESPECIAL CÂMARA DOS DEPUTADOS - Relatório Final, Brasília, Junho de 2004.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Contribuição para o Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária. Brasília, dezembro de 2004.

ANDRADE, José Eduardo de Contribuição para o Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária. Brasília, dezembro de 2004.

GENRO, Tarso. *Diretrizes para a Agenda em Educação no Brasil*. Brasília, 2004. (mimeo).

Grupo Interministerial da Juventude. Relatório Final, Brasília Agosto de 2004.

Instituto Cidadania/ Projeto Juventude Documento de Conclusão, São Paulo, julho de 2004.

IRELAND, Timothy D. Machado, Maria Margarida e IRELAND, Vera Esther J. da Costa. *Os Desafios Da Educação de Jovens e Adultos: vencer barreiras da exclusão e da inclusão tutelada (mimeo)*, 2004.

MAZAGÃO, Vera. Contribuição para o Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária. Brasília, dezembro de 2004.

MTE/SENAES *Programa Economia Solidária em Desenvolvimento – Carta de Princípios*, Brasília, 2004 (mimeo).

SALGADO, Maria Umbelina Caiafa. Contribuição para o Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária. Brasília, dezembro de 2004.

VERAS, Roberto. Contribuição para o Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária. Brasília, dezembro de 2004.

VILLAS-BOAS, Renata. Contribuição para o Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária. Brasília, janeiro de 2005.

UNESCO Políticas Públicas De/Para/Com Juventudes, Brasília, julho de 2004

## ANEXO 1

### PROJETO DE ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL - POP



**Finalidades:**

- Possibilitar ao cursista um melhor aproveitamento das oportunidades práticas e teóricas oferecidas pelo curso no campo da qualificação para o trabalho.
- Permitir ao cursista um exercício de resgate e sistematização de sua trajetória profissional, assim como de projeção dos próximos passos de seu processo de qualificação para o trabalho.
- Possibilitar à coordenação do Programa a oportunidade de, com as informações

Obs.: para os itens 2.1. e 2.2. o Programa deve fornecer instruções sobre opções de respostas.

### 3. Projeto Profissional

#### 3.1. Indicações gerais sobre como projetar seu futuro profissional

Setor da Economia	Funções / Atribuições	Tipo de Relação de Trabalho	Renda Mensal	Habilidades / Conhecimentos que pretende adquirir
-------------------	-----------------------	-----------------------------	--------------	---

#### 3.2. Passos e meios de viabilizar esse projeto

a) Levantamento de informações sobre as tendências/potencialidades do setor escolhido e de sua capacidade de absorção de novos trabalhadores;

b) Identificação de ações (plausíveis) que poderiam ser tomadas, no campo das políticas públicas, para favorecer tal capacidade de absorção;

c) Realização de uma auto-avaliação de suas condições de ser absorvido (qualidades e limitações);

d) Passos que planeja dar, no sentido de ampliar tais chances:

- quanto à educação;
- quanto à obtenção de mais informações;
- quanto a outras iniciativas.

e) Avaliação do Curso quanto às qualificações que possibilitaram ao participante a sua re-inserção e o seu reposicionamento para o trabalho:

Conhecimentos Gerais	Experiências de Vida	Habilidades Técnico-Práticas
----------------------	----------------------	------------------------------

Obs.: a primeira versão do Projeto deverá ser apresentada de modo integral, mesmo que, nesse momento, as informações sobretudo para o item 3, certamente, sejam ainda iniciais. O processo deve seguir com o professor propiciando uma efetiva mediação entre as situações trazidas pelo curso como um todo, as ações especificamente voltadas para ampliar e apurar conhecimentos sobre os Projetos Profissionais e as descobertas e opções que cada cursista fará dialogando com o orientador.

## ANEXO 2

### PLANO DE AÇÃO COMUNITÁRIA - PLA

#### **Finalidades:**

- Ampliar a percepção e os conhecimentos sobre a realidade social, econômica, cultural, ambiental e política - local, regional e nacional - a partir da condição juvenil.
- Promover o protagonismo e a participação crítica e transformadora dos jovens na vida pública.
- Contribuir para a formação do jovem na perspectiva do reconhecimento dos direitos e deveres de cidadania.
- Propiciar a articulação entre as aprendizagens proporcionadas pelos componentes curriculares do programa por meio de vivências e práticas solidárias, cooperativas e cidadãs.
- Fortalecer os espaços de socialização juvenis, bem como os vínculos familiares, de vizinhança e comunitários.

O Plano de Ação Comunitária é um instrumento construído pelos jovens nas Unidades I e II do curso, com o apoio do professor-orientador, para organizar e orientar o engajamento e a participação cidadã em ações sociais de interesse público que serão realizadas no decorrer das Unidades III e IV do Programa. O PLA deve servir como um “guia para a ação”, descrevendo o caminho que será percorrido pelos jovens e os procedimentos e as ferramentas que serão utilizados.

Além de resultar em um documento referência para os jovens, a construção do Plano de Ação Comunitária deve proporcionar para a turma de jovens a vivência de traçar o percurso entre o momento presente e o futuro próximo, entre a realidade vivida e a almejada, mobilizando nos jovens o desejo de realizar transformações no plano pessoal, profissional, social e político.

O Plano de Ação Comunitária compreende a realização de um diagnóstico do contexto social, ambiental, cultural, econômico e urbano em que os jovens estão inseridos; a elaboração de propostas de ação com base no diagnóstico e a definição das formas de execução dessas ações; prevê os procedimentos e as ferramentas de monitoramento, ou seja, de avaliação contínua do que está sendo realizado e, ao final, a sistematização das aprendizagens construídas na experiência, indicando possibilidades de continuidade e aprofundamento da participação juvenil no futuro.

O processo de elaboração do PLA deve permear o desenvolvimento dos outros componentes curriculares das Unidades I e II do Programa, buscando-se a articulação efetiva com as Ciências Físicas, Humanas, a Língua Portuguesa, Matemática, Informática, Artes, Qualificação para o Trabalho etc. Ao final da Unidade II a proposta do PLA deve estar concluída. Para a execução das ações sociais previstas no PLA estão previstas 50 horas exclusivas nas Unidades III e IV, o que desafia a equipe de professores de cada núcleo a realizar o planejamento integrado das atividades em sala de aula, especialmente nas duas primeiras unidades.

## **I. Diagnóstico**

Tem a finalidade de construir novos conhecimentos sobre o território em que os jovens vivem, para que apreendam o contexto sócio-político, econômico, cultural e urbano em que estão inseridos; para possibilitar que se apropriem com profundidade crítica e analítica de realidades antes percebidas superficialmente; que se conscientizem de suas potencialidades e

dificuldades e se comprometam com a busca de soluções conjuntas e coletivas para melhorar e qualificar o ambiente em que vivem. A elaboração do diagnóstico pode ser organizada em dois momentos:

a) Caracterizar por meio do levantamento de informações e dados obtidos com a realização de pesquisas, leituras, visitas de campo e entrevistas direcionadas para questões sobre:

- quem são os jovens na comunidade, quem são os moradores adultos com quem eles convivem (perfil sócio-econômico: renda, escolaridade, ocupação);
- como vivem, considerando as condições existentes de habitação, saneamento básico, transportes, etc., bem como o acesso à educação, aos serviços de saúde, à cultura, ao lazer, ao esporte;
- quais são os espaços de convivência social e suas características;
- qual é a história da comunidade (como e quando surgiu e se desenvolveu);
- quais são os problemas e necessidades enfrentadas, especialmente pelos jovens;
- quais são as formas existentes de organização coletiva e de enfrentamento desses problemas (programas e projetos sociais, movimentos e organizações sociais, culturais e sindicais, associações de moradores etc.).

b) Analisar, interpretar as informações levantadas:

- relacionar as peculiaridades locais do perfil sócio-econômico dos jovens e moradores, suas condições de vida e formas de convivência social com as características da região em que se inserem e sua contextualização na dinâmica de desenvolvimento da cidade;
- identificar quais são os problemas mais importantes (prioritários) enfrentados pelos jovens a partir da reflexão para diferenciação entre suas causas e seus efeitos;
- identificar quais são as potencialidades existentes na comunidade, na Juventude local e dentro da própria turma de jovens para enfrentar os problemas prioritários (situações que podem ser mudadas/solucionadas) e/ou os desafios (novas situações que podem ser criadas diante de um problema).

## **II – Definição do problema ou desafio da realidade local onde vão atuar.**

a) Uma ou mais situações poderão ser escolhidas por turma para desenvolvimento do Plano de Ação Comunitária - PLA. Essa escolha poderá ser feita ao se relacionar as demandas prioritárias identificadas no diagnóstico com os interesses, as vocações e os desejos dos próprios jovens, considerando entre outros aspectos:

- a relevância dos problemas e desafios para a Juventude e a comunidade local;
- o interesse e a motivação efetiva dos jovens que estão elaborando o PLA de intervirem;
- a oportunidade da intervenção, avaliando-se seus limites e possibilidades frente às condições existentes e ao tempo que se dispõe.

b) Para cada situação escolhida - por um ou mais grupos, duplas e em casos específicos, até individualmente - deverá ser desenvolvido um Plano de Ação Comunitária-PLA. A reunião do conjunto de intervenções pretendidas pelos jovens deverá compor o Plano de Atuação da Turma para ser compartilhado e acompanhado coletivamente por todos os integrantes.

c) Exemplos de situações para ação comunitária dos jovens:

- falta de infra-estrutura urbana ou determinada política social no território em que vivem (pesquisa, caracterização em profundidade do problema, mobilização, encaminhamento e negociação com os órgãos públicos competentes);
- resgate e promoção da cultura local (produção de eventos, produção cultural por meio de expressões musicais, dança, teatro, etc.);
- sensibilização e informação junto a outros jovens sobre o uso de drogas, DST-AIDS, sexualidade, gravidez precoce etc..(organização de campanha nas escolas, organização de oficinas, debates e produção de material);
- defesa e proteção ambiental (campanha educativa de limpeza e destinação adequada do lixo, coleta seletiva, reaproveitamento de material reciclável para geração de renda);
- preservação e valorização do patrimônio histórico (caracterização e divulgação do patrimônio, turismo);
- campanhas de interesse público tais como ações do Programa Fome Zero, campanha de vacinação etc.(apoio organizativo, sensibilização do público alvo etc.);
- serviços, programas e projetos sociais desenvolvidos pela rede pública local: creches, abrigos, asilos, saúde da família etc. (desenvolvimento de atividades lúdicas e de recreação, apoio ao agente comunitário de saúde);
- fortalecimento de conselhos, fóruns, movimentos sociais e culturais locais (apoio à organização, sensibilização e disseminação das propostas ao público juvenil por meio de seminários, oficinas, produção de material);
- apoio ao desenvolvimento de associações de moradores, sindicatos, organizações-não-governamentais, grupos juvenis e todo tipo de organizações voltadas à defesa de interesses coletivos e públicos;
- prestação de serviços à comunidade na área de capacitação para o trabalho, que será desenvolvida pela sua turma (pesquisa sobre mercado de trabalho na área específica e ação experimental).

### **III – Passos para a formatação do PLA**

O PLA deve apresentar um conjunto de atividades inter-relacionadas e coerentes para alcançar determinados objetivos ou resultados. Elas devem ser dirigidas a um público alvo definido, organizadas e distribuídas em um período de tempo, e podem utilizar os recursos materiais, humanos e cognitivos disponíveis. As seguintes questões devem ser trabalhadas:

- quem elabora e executa o plano (como os jovens, autores do plano, se identificam: por idade, por características que lhes são próprias/específicas tais como vocações, habilidades já constituídas, interesses e outros aspectos);
- o que pretendem fazer (em algumas palavras descrever a área/tipo de atuação);
- para quem (quem será atingido ou beneficiado pela ação);
- onde (em que bairro, região e/ou em que organização/instituição);
- para que contribuição a atuação pretendida trará para a melhoria do território/ da comunidade/dos beneficiários, qual é a situação ideal pretendida);
- que resultados concretos pretendem obter na prática (a partir dos problemas e desafios identificados que objetivos concretos esperam alcançar);
- quem são os responsáveis por cada uma delas.
- que prazo é necessário para realizá-las
- que recursos são necessários (conhecimentos, habilidades, recursos materiais, humanos, outros)

Ao elaborar o PLA deve-se considerar a utilização de diversas linguagens, da comunicação (artes plásticas, teatro, música, cinema, vídeo, rádio etc.), da ciência, da cultura etc. que, uma vez escolhidas, dão conteúdo e foco para as ações que se pretende realizar. Diferentes áreas do conhecimento, como por exemplo, a Língua Portuguesa, podem ser envolvidas para elaborar o texto do PLA.

#### **IV – Desenvolvimento e monitoramento do PLA**

O Plano de Atuação deverá ser executado em 50 horas, distribuídas ao longo de 6 meses previstos para as Unidades III e IV, em períodos acordados com o professor-orientador, e que incluem a execução e o monitoramento prevendo-se:

- quem elabora e executa o plano (como os jovens, autores do plano, se identificam: por idade, por características que lhes são próprias/específicas tais como vocações, habilidades já constituídas, interesses e outros aspectos);
- o que pretendem fazer (em algumas palavras descrever a área/tipo de atuação);
- para quem (quem será atingido ou beneficiado pela ação);
- onde (em que bairro, região e/ou em que organização/instituição);
- por quê (qual problema ou desafio pretendem enfrentar com o que vão fazer; que importância tem e quais são suas motivações: relacionar com as principais questões apontadas no diagnóstico e o sentido da escolha para o grupo);
- para quê (que contribuição a atuação pretendida trará para a melhoria do território/ da comunidade/dos beneficiários, qual é a situação ideal pretendida);
- que resultados concretos pretendem obter na prática (a partir dos problemas e desafios identificados que objetivos concretos esperam alcançar);
- que ações precisam ser realizadas para isso (elencar as ações necessárias);
- quem são os responsáveis por cada uma delas

- que prazo é necessário para realizá-las
- que recursos são necessários (conhecimentos, habilidades, recursos materiais, humanos, outros)

Ao elaborar o PLA deve-se considerar a utilização de diversas linguagens, da comunicação (artes plásticas, teatro, música, cinema, vídeo, rádio etc.), da ciência, da cultura etc. que, uma vez escolhidas, dão conteúdo e foco para as ações que se pretende realizar. Diferentes áreas do conhecimento, como por exemplo, a Língua Portuguesa, podem ser envolvidas para elaborar o texto do PLA.

#### **IV – Desenvolvimento e monitoramento do PLA**

O Plano de Atuação deverá ser executado em 50 horas, distribuídas ao longo de 6 meses previstos para as Unidades III e IV, em períodos acordados com o professor-orientador, e que incluem a execução e o monitoramento prevendo-se:

- tempo determinado para a preparação/avaliação e a realização de cada atividade prevista, quando a proposta de ação é inteiramente protagonizada pelos jovens;
- tempo para a participação em atividades e para reuniões periódicas com os parceiros (de organizações, programas, serviços, etc.), quando a proposta é de contribuição dos jovens em um programa, projeto ou serviço já existente para avaliação conjunta sobre a atuação dos jovens;
- tempo/momentos de trocas e reflexões conjuntas com toda a turma de jovens, sobre dificuldades e conquistas que o conjunto das vivências e práticas apresenta;
- registros e documentação das atividades realizadas, por meio de instrumentos criados para isso, tais como relatórios, fichas etc., para construir a memória objetiva e subjetiva da experiência vivenciada por cada jovem, pelo grupo e pelos beneficiários.

O objetivo de implementar processos coletivos e sistemáticos de avaliação - resgatando as vivências, as informações sobre as práticas, coletando evidências sobre o que está sendo realizado, organizando relatos de resultados - é promover o diálogo e a reflexão (individual e coletiva) permanente dos jovens sobre a experiência e possibilitar ajustes no PLA.

#### **V Alguns desafios se colocam para os professores e jovens nesta etapa:**

- tornar os espaços coletivos em sala de aula referenciais para decisões sobre encaminhamentos e ajustes do plano, ou seja, criar condições para que se realize uma gestão compartilhada do(s) PLA(s), envolvendo toda a turma e os professores;
- fortalecer a autonomia dos jovens na execução do PLA, estimulando a iniciativa, a criatividade e valorizando de sua participação;
- promover a socialização de experiências na Estação Juventude, difundindo as aprendizagens construídas coletivamente pelos jovens para que possam se sentir capazes de gerar e intercambiar novos conhecimentos e experiências;
- assegurar a governabilidade do PLA, especialmente quando a proposta se realizar no âmbito de outras organizações/instituições cujos fluxos e dinâmicas internas podem diluir a identidade da proposta de participação dos jovens;

- fomentar a articulação de apoios e de novas parcerias que ampliem o reconhecimento público e a sustentabilidade do(s) PLA(s).

## **VI – Avaliação e sistematização**

A avaliação e a sistematização são momentos de balanço, de resgate, análise e re-significação do conjunto de cada experiência de ação comunitária desenvolvida pelos jovens e pelo conjunto da turma. A partir de reflexões sobre as práticas, as principais aprendizagens construídas pelos jovens devem ser destacadas, especialmente no que se refere:

- ao alcance dos resultados propostos;
- aos acertos e erros nas formas de encaminhamento e realização das ações propostas (incluindo as formas de distribuição do tempo e o dimensionamento dos recursos necessários);
- aos desafios do trabalho coletivo em equipe e da gestão compartilhada (distribuição de tarefas, tomada de decisões etc.);
- aos efeitos provocados pelo(s) PLA(s) nos beneficiários e atingidos;
- às novas competências, habilidades e sensibilidades proporcionadas aos jovens executores pela concretização do PLA;
- ao sentido da experiência vivenciada pelos jovens no que se refere à participação e ao exercício da cidadania.

Ao final da Unidade IV, os jovens devem realizar um levantamento de oportunidades de continuação e aprofundamento em ações de participação e cidadania, com vistas a subsidiar seus passos futuros.

## **ANEXO 3**

### **FORMAÇÃO PROFISSIONAL INICIAL Arcos de Ocupações para Jovens**

1. Definição de Arcos de Ocupações: são conjuntos de ocupações relacionadas, ou seja, que possuem base técnica comum, que podem abranger as esferas da produção e da circulação (indústria, comércio, prestação de serviços), garantindo uma formação mais ampla e aumentando as possibilidades de inserção ocupacional do/a jovem trabalhador/a (assalariamento, auto-emprego e economia solidária). Embora um arco possa apresentar um número maior de ocupações, a presente proposta trabalha com no mínimo 4 (quatro) e no máximo 5 (cinco) ocupações por arco, limitação imposta pela carga horária disponível.

As ocupações de um arco estão descritas individualmente na Classificação Brasileira de Ocupações, mas não necessariamente estão contidas na mesma família ocupacional.

2. As ocupações individuais propostas estão sendo cotejadas com as ocupações de jovens no CAGED, por capital/região metropolitana, de modo a orientar a escolha dos arcos.

3. Relação dos Arcos



Telemática, Construção e Reparos, Turismo e Hospitalidade, Vestuário, Administração, Serviços Pessoais, Serviços Domésticos I, Serviços Domésticos II, Esporte e Lazer, Metalmecânica, Madeira e Móveis, Arte e Cultura I, Arte e Cultura II, Saúde, Gestão Pública e 3º Setor, Educação, Transporte, Alimentação.